



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ - SC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH UFES**

**ERNOI LUIZ MATIELO**

**A SAGA INDÔMITA DE ZECA VACCARIANO:  
“MUITO ALÉM DO ASSALTO AO TREM PAGADOR”**

**CHAPECÓ – SC**

**2023**

**ERNOI LUIZ MATIELO**

**A SAGA INDÔMITA DE ZECA VACCARIANO:  
“MUITO ALÉM DO ASSALTO AO TREM PAGADOR”**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História - PPGH da Universidade Federal da Fronteira Sul - (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Humberto José da Rocha

**CHAPECÓ – SC**

**2023**

## **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Matielo, Ernoi Luiz

A Saga Indômita de Zeca Vaccariano: Muito Além do Assalto ao Trem Pagador / Ernoi Luiz Matielo. -- 2023.

151 f.

Orientador: Doutor Humberto José da Rocha

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Chapecó, SC, 2023.

1. Coronelismo. 2. Contestado. 3. Coronelismo. 4. Fronteira Sul-Brasileira. 5. Zeca Vaccariano. I. Rocha, Humberto José da, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**ERNOI LUIZ MATIELO**

**A SAGA INDÔMITA DE ZECA VACCARIANO  
"MUITO ALÉM DO ASSALTO AO TREM PAGADOR"**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História - PPGH da Universidade Federal da Fronteira Sul - (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 25/05/2023.

**BANCA EXAMINADORA**



Documento assinado digitalmente  
HUMBERTO JOSE DA ROCHA  
Data: 05/05/2023 16:49:02-0599  
Verifique em <https://validar.tb.gov.br>

---

**Prof. Dr. Humberto José da Rocha – UFFS**  
Presidente da banca/orientador



Documento assinado digitalmente  
Paulo Pinheiro Machado  
Data: 02/06/2023 14:24:33-0300  
CPF: \*\*\*.576.840-\*\*  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

---

**Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado – UFSC**  
Membro externo

---

**Prof. Dr. Delmir José Valentini – UFFS**  
Membro interno

Dedico a todas as pessoas que lutam por direitos iguais, justiça social e liberdade de expressão. Àqueles que, por meio de suas histórias, lutam por um mundo melhor e mais justo. Dedico, também, a todos aqueles que foram vítimas do banditismo social, que, por vezes, é a única forma encontrada para sobreviver em um mundo desigual e injusto.

Dedico ainda à sagrada memória das ferrovias brasileiras, que, apesar de seu papel fundamental no desenvolvimento do país, muitas vezes foram responsáveis pela exclusão e exploração dos trabalhadores. Que esta dissertação possa contribuir para a reflexão sobre a importância da história na compreensão do presente e na construção de um futuro mais justo e igualitário.

Dedico também a todos os que, buscam na arte e no cinema uma forma de contar as histórias dos que foram esquecidos ou marginalizados pela sociedade. Que a arte e a história possam se unir em uma luta por um mundo mais justo e igualitário. Que esta dissertação possa contribuir para a reflexão e a luta por uma sociedade mais livre, igualitária e justa para todos.

Dedico especialmente à minha mãe Eni Elides de Souza Matielo e de maneira honrosa à minha segunda mãe Dóris Mielke (In memoriam), pelo incentivo, acreditação e apoio ao longo de minha trajetória na comunicação social.

## AGRADECIMENTOS

Na emocionante viagem pelo universo do conhecimento ao longo desta jornada de estudos no Programa de Pós-graduação em História – (PPGH) da Universidade Federal Fronteira Sul – (UFFS), percorremos diversas estações na excursão pela linha do tempo, rumo a descobertas memoráveis.

Após diversas conexões, embarcamos na composição principal, sabendo que uma nova estação aguarda nossa chegada. Ao superar o desafio do túnel, encontrei a luz, rendendo-me à graça espiritual da cruz de ferro, guardiã do tempo. Avisto o vale de terras férteis para semear novas sementes e noto que é chegada o derradeiro momento da travessia. É hora de desembarcar, porém noto o real aumento da bagagem e sinto uma dádiva emocional de gratidão, que vem do coração.

É com uma profunda consideração, que expresso meus agradecimentos a todos que fizeram parte deste percurso. Este trabalho não teria sido possível sem o apoio e incentivo de pessoas incríveis que estiveram ao meu lado em todos os momentos.

Ao maquinista, professor Prof. Dr. Humberto José da Rocha, orientador deste trabalho, a dupla de engenheiros ferroviários da Banca Examinadora, formada pelo Prof. Dr. Delmir José Valentini (UFFS) e pelo Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado (UFSC), que me guiaram e incentivaram a cada passo, minha gratidão é eterna.

Aos chefes de Estação, Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw, atual coordenador do PPGH da UFFS, e a eterna coordenadora do curso, Profa. Dra. Samira Peruchi Moretto e ao grupo de notáveis desta obra monumental, Prof. Dr. Claiton Marcio da Silva, Prof. Dr. Émerson Neves da Silva, Prof. Dr. Gérson Fraga, Profa. Dra. Isabel Rosa Gritti, Prof. Dr. Jaisson Teixeira Lino, Prof. Dr. José Carlos Radin, Prof. Dr. Marlon Brandt, Prof. Dr. Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, Profa. Dra. Mirian Carbonera, Profa. Dra. Monica Hass e Prof. Dr. Renato Viana Boy, que me guiaram e incentivaram a cada passo, minha eterna gratidão. Vossas contribuições, ponderações construtivas, e mentorias, foram essenciais para o sucesso deste trabalho. Sem o conhecimento, experiência e sabedoria que vossas pessoas compartilharam comigo, eu não teria alcançado os resultados que alcancei.

Neste vagão de alegrias, desejo agradecer aos passageiros bolsistas, secretários, bibliotecários e servidores em geral, e especialmente aos colegas pesquisadores Amarildo Antonio Scussel, Analice Barufke, Angela Regina da Silva Sulsbach, Bruna Carolina Krauspenhar, Cainã Paulino Oliveira, Fernanda Jaqueline Dornelles Welter, Isabel Engler,

Luana Torres Vodzik, Michely Cristina Ribeiro, Marilize Radin Frattini, Natalia Aimée Barilli Concolato, Roberto Panarotto, Tatiane Lazzarotti e Thalia Fallerintegrandes, integrantes desta nobre classe.

Sou grato ao exército encantado do Monge São João Maria, formado por autores, organizadores, produtores e coprodutores, fotógrafos e autores de artes gráficas.

Faço também uma inferência de paz aos Jagunços e Vaqueanos, já que sem eles não haveria luta. Presto minha continência especial ao alto escalão de pensadores, idealizadores e edificadores da saga histórica de lutas que levou à edificação pedagógica da Universidade Federal Fronteira Sul.

Desejo agradecer aos meus familiares e amigos que integram este vagão especial, por me apoiarem incondicionalmente durante esta jornada. Suas palavras de encorajamento, suas orações, a paciência e o amor foram fundamentais para que eu pudesse ocupar a primeira classe e concluir este trabalho.

Gostaria de agradecer também a todos os participantes da pesquisa, que acenaram-me ao longo dos trilhos, dedicando seu precioso tempo e energia para fornecer as informações necessárias para esta dissertação. Suas valiosas contribuições me inspiraram e enriqueceram a pesquisa.

Ao alcançar a gare desta estação, não poderia deixar de expressar minha gratidão a Deus, que me deu forças e sabedoria para superar todas as dificuldades. Minha fé é minha maior inspiração, e é graças a ela que consegui chegar até aqui.

A soar o apito da locomotiva, avisto ao longe o guarda-chaves, e em oração dirijo-me ao meu poderoso Deus pelo dom da vida, força, determinação, saúde e coragem.

Meus sinceros agradecimentos à minha nobre mãe, Eni Elides Souza Matielo, à filha de coração Bettina Teixeira Froelich, ao amigo do tio, Kaio Antônio. Agradeço ao diretor de Cultura de Mondaí, SC, Evandro Rosin, ao memorialista Sérgio Pompílio Eckert, às jornalistas Daniela Ungaretti e Giulia Perachi, aos informantes e entusiastas da pesquisa João Riel de Oliveira Brito, Rita Gomes, Olimpia Terezinha de Oliveira Teixeira e Geny Amaral de Oliveira.

Nossos mais sinceros agradecimentos aos gestores e servidores da Prefeitura Municipal de Piratuba, à Mitra Diocesana de Vacaria – RS, especialmente a secretária Sara Caon e à Fundação de Cultura de Campos Novos, especialmente à historiadora Eneidy Fatima Padilha da Rosa.

Sou grato à toda uma legião de amigos e incentivadores que de alguma maneira, colaboraram para que eu pudesse chegar até este notável desembarque: À Lauri Matielo, Eneide Barreto, Joice Constancer Flores, Robson Duarte Kalb, Milton Rockenbach, Olimir Paulinho

Benjamini, Giovani Gelson Meneghel, Vanderlei Weber, Celso Felipe Bordin, Vilmar Miguel Sartori, Júnior Orides Padilha, Eloir Vieceli, Euzébio Calisto Vieceli, Pedro Franco, Marcello Corrêa Petrelli, Fabianne Brandalise, Antônio Carlos Teixeira e familiares, Alison Wagner Gomes da Silva, Mauro Vanin, Gabriel Sater, Mauro Mendes, Gelci de Souza, Ederson de Souza, Stelmar Márcio Senger, Ricardo B. de Lima, Lilian Eliane Volfart Faé e Neri Faé, Edy Wilson Serpa, Luiz Fernando Spessatto, Vanessa Gabrielli Meneghel Schmidt, Alessandra G. Duarte Lima, Mildred Cristina Feiten, Henry Ritter Kirst, Carmem Eni de Cézaro Teixeira, Ladi Terezinha Riffel, Fioravante Casagrande, Cleodi Fabrin, Adélio Spanholi, Luíz Alcides Dambrós, Ailton Viel, Luiz Alberto Reidel, Roseli Lara, Ulbiratã Verdi Moura, Renato Albuquerque, Paulo Hoeller, Lírio Dagorti, Elmo Zanqueti, Francisco Valter Celedônio, Rita de Cássia Andrade, Silvério Maciel Filho, José Alves Maciel, Marta Barbosa, Santo Reni Florão, Cézar Luiz Piqueti, Rogério Silva, Assis Brasil de Azeredo, Paulo Albuquerque, Werinton Kermes , Fernando Mauro - (TV Com Brasil), Mauro Valmórbida, Jaime Telles - (Rádio Lider), Vânia Rosseti, Diego, Karen Korb, Cristiano - (Massa FM Capinzal), Nilson Roza, Álvaro Mileski - (Nativa Capinzal), Robson Duarte, Jane Fernandes, Taliane, Juliano Almeida - (Club FM), Joicelei Consalter Flores e esposa, Murilo Flores, Gabriel e à família Schenatto, Vagner Zamboni e equipe - (Rádio Educadora), Mauro Mendes, Claudir Zin, Evandro, Diana - (Rádio Erechim), Egidio Lazarotto - (Rádio Cultura), Sandro, Vini, Jean Fabiano, Ilce Basso - (Rádio Salette), Itacir Madalozzo - (Virtual FM), Antoninho Rossi, Tadzio - (Rádio Nambá), Cezar Luiz, Nauro Jásper, Paulo Gonçalves, Luis Longhini, Simoninha, Serginho, Lucas, Fernando Martini, Giane Patrícia, Marcos Feijó, Raul Pichetti, Rogério Schneider - (Rádio 96 FM), Odair José, Alex Pacheco, Donizetti Peron, Cláudio Ferraz, Tiago Cassiano, Ricardo Santuari - (Atual FM), Lúcio Mauro, Diane Vilas Boas, Adriel Gonçalves, Dirlei Casagrande - (Aliança FM), Nereu Lopes de Lima, Milton Lemke, Tatiane Doss Carlet - (Rádio Tropical Treze Tílias), Cássio Rosa, Yuri Pasqual, Maria Fernanda Ceron - (Rádio Tangará), Fabiano Trindade, João Luiz Bariviera, Vilmar Santos - (Rádio Videira), Genauro Stefanski, Maicom Brito, Paulo Rodrigo, Neliege Pagnussati de Souza, Antonio Carlos de Souza, Paulo Santos - (Rádio Fraiburgo), Erich Muller - (Rádio Vitória), Ortiz de Castro, Roseli Rossi, Maria Rossi - (Rádio Cultura de Campos Novos), Murilo Roso, Juciele Baldissarelli, Marilene Caregnato, Angélica Alves, André Alves, Rita Martini, Flávio Henrique dos Santos - (Rádio Caçanjurê), Fernando Carlos - (Massa FM Caçador), Adriano Borges, Angélica, Denilson - (Caçador FM) Kelly, Júnior, Jhonny Maicon, Daniel Santos - (Rádio V), Gilmar Santos, Artur Kalifa, Raphael Caetano, Renan Caetano, Bob Floriano, Fabiano Carlos - (Rádio Alvorada), Anne Arithuza Alves, Danny Corrêa, Ronaldo Couto, Leonardo



Deggerone, Kely Moreira Niles, Tiago Silva, Rodrigo Maciel - (Rádio Simpatia), Yolanda Mell, Lírio Dagort, Isa Locatelli, Jorge Roberto, JM, Kico, Marga Cortina, Neuza Guarnieri - (Vang FM), Clélio Dal Piaz, Mariana Dal Piaz, Fábio Bollis, Décio Pandolfi, Anderson Durgante - (Belos FM), Alvaro Pilau - (Grupo Pilau), Itamar Jacob Belin, Antonio Weirich, Vitor Camozzato Belin - (Rádio Sananduva), Rodrigo Bonato, Nelson Paulo, Eduardo Homerding, Amarildo Monteiro, Marcos Valnei, Paulo César, Marcelo Santos, Julnei Bruno, Vani Corrêa, Cristian Solto - (Rádio Catarinense) Jorge Luiz, Marlon Matielo, Ademir Pedro Belotto (in memoriam), - (Rádio Capinzal), Verdi Ubiratan de Moura - (Rádio Soledade), Renato Singer, Tiago Trindade - (Stúdio FM), Alcides Zappe, Paulo Zappe - (Rádio Imembuí), Luiz Antônio Badalotti, Edeovaldo Dias dos Santos, Docimar Schmitdt, Talita Lorenzetti, Paulo Frizzo, Nery Sérgio Borges, Elton Dalla Rosa, Rui Tomazelli, Francisco Basso Dias, Deomir Galeazzi, Neiva Liane Bresolin, Cláudio Rosa, Elton Dalla Rosa, Nery Sérgio Borges, Eliane Santolin - (Rádio Difusão), Antonio Anselmo, direção e funcionários do Sistema Sideral de Rádios, Élio Spanhol e família (Rádio Clube), Leonir Antonio Heckler - (Piratuba FM), Geferson Carli Schreiner, Cristiano Mortari - (Jornal Comunidade), Ezequiel Machado, Arthur Schreiner (Portal Magronada), Luiz Alberto Reidel, Karin Spier, Eugênio Spier (in memoriam).

Agradeço aos gestores públicos, Gilberto Chiarani - Prefeito Municipal de Pinheiro Preto - SC, Alcir Grison - (Tir) - Prefeito Municipal de Machadinho - RS, Vannei Mafissoni - Prefeito Municipal de Marcelino Ramos - RS, Valdir Rubert - Prefeito Municipal de Mondaí - SC, Andriago Mileski - Secretário Municipal de Turismo e Desenvolvimento de Marcelino Ramos - RS, Rodrigo Vecchi - Secretário de Administração de Marcelino Ramos - RS, Valdinei Caldart - Verador de Chapecó - SC.

Referendo os atores: Déo Garcez, André Luis de Camargo e Alcione Mazzeo, pelo incentivo ao cinema.

Faço inferências ao gestor Juarez Tavares - CEO - Machadinho Thermas Resort Spa, pela dedicação pela cultura do Sul do Brasil,

Meu carinho também aos prestigiosos profissionais Ângela Bastos, Everton Siemann, Ben Ami Scopinho, Tayná Gonçalves e equipe editorial do Diário Catarinense e Grupo NSC.

Minha menção ao núcleo da Globo em Santa Catarina, especialmente à Elaine Simiano, Ricardo von Dorff, Mário César Gomes e aos cinegrafistas e equipe em geral, que atuaram na produção do Globo Repórter O Poder das Águas.

Reverencio ainda aos ausentes: Eraldo Vieceli, Deuzimar Carneiro Maciel, Eugênio Spier, Celso Carlos Ribeiro dos Santos, Gilmar Arruda, Fioravante Táparo, Daniella Mendonça

e à meus amados e estimados avós, Batista José e Clarinda Motta de Azeredo e Souza (in memoriam); meu agradecimento!

A todos que, de uma forma ou de outra, fizeram parte desta jornada, meu sincero agradecimento. Vocês são verdadeiros seres iluminados, que com a luz de vossas lanternas, zelaram pela linha do destino, e não há palavras que possam expressar o quanto vocês significam para minha pessoa. Gratidão por toda a vida!

*Para liquidar os povos, começa-se por lhes tirar a memória.  
Destroem-se seus livros, sua cultura, sua história. E uma outra pessoa  
lhes escreve outros livros, lhes dá outra cultura e lhes inventa uma  
outra história.*

Milan Kundera

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa cartográfico da Região do Contestado .....	48
Figura 2 – Pedra que sustenta a Cruz do Vaccariano em Pinheiro Preto-SC .....	56
Figura 3 – Cruz do Vaccario em Pinheiro Preto-SC .....	90
Figura 4 – Mapa de Atuação de José Antônio de Oliveira - Zeca Vaccariano (1893-1930)..	107
Figura 5 – Casa de Zeca Vaccariano na foz do rio das Antas em Mondaí-SC.....	115
Figura 6 – Zeca Vaccariano em Iraí-RS.....	118
Figura 7 – Certidão de Casamento João Teles de Oliveira (sargento Vaccariano).....	133
Figura 8 – Foto do sargento Vaccariano enviada à noiva em 1925.....	134
Figura 9 – Foto do sargento Vaccariano enviada à noiva em 1928.....	135
Figura 10 – Foto sargento Vaccariano e a esposa Maristela Gomes de Oliveira, dedicada ao neto Antônio Carlos Teixeira.....	136

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRC	<i>Brazil Railway Company</i>
FUG	Frente Única Gaúcha
EFSPRS	Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande
ICA	<i>Jewish Colonization Association</i>
IHGSC	Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SRB	Sociedade Rural Brasileira
UDR	União Democrática Ruralista

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>1 A OCUPAÇÃO TERRITORIAL CATARINENSE E A CONSTRUÇÃO DA FERROVIA SÃO PAULO – RIO GRANDE .....</b>	<b>29</b>
1.1 A GEOPOLÍTICA DO CONTESTADO E A MODERNIZAÇÃO FERROVIÁRIA NO CONTEXTO DO SURGIMENTO DA REPÚBLICA .....	29
1.2 O CORONELISMO NA COLONIZAÇÃO DO CONTESTADO E ENTORNO DA FRONTEIRA SUL DO BRASIL .....	37
1.3 A CONSTRUÇÃO DA FERROVIA SÃO PAULO – RIO GRANDE E O CULTIVO DA VIOLÊNCIA NO CONTESTADO .....	46
<b>2 ZECA VACCARIANO: DE EX-COMBATENTE À AUDACIOSO ASSALTANTE DO TREM PAGADOR .....</b>	<b>54</b>
2.1 A PRESENÇA DE JOSÉ ANTÔNIO DE OLIVEIRA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL NO PÓS-REVOLUÇÃO FEDERALISTA .....	54
2.2 BANDITISMO SOCIAL E CORONELISMO: UMA SAGA PERMEADA POR RELAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS.....	61
2.3 A AUDÁCIA CRIMINAL DO ASSALTANTE DO TREM PAGADOR E A GUERRA DE NARRATIVAS .....	77
<b>3 ZECA VACCARIANO: A ASCENSÃO SOCIAL POR MEIO DO BANDITISMO POLÍTICO .....</b>	<b>100</b>
3.1 A RECONFIGURAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA BASEADA NO OPORTUNISMO NO SERTÃO .....	100
3.2 ZECA VACCARIANO: DE BANDIDO À HOMEM DA LEI.....	114
3.3 A AUSÊNCIA DE JOSÉ ANTÔNIO DE OLIVEIRA, UM EX-COMBATENTE MARCADO BANDITISMO SOCIAL .....	122
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>143</b>

## **RESUMO**

Este trabalho faz inferências à marca indelével deixada por José Antonio de Oliveira, o Zeca Vaccariano, na história da primeira metade do século XX, como executor do assalto ao grupo de pagadores da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, ocorrido em 24 de outubro de 1909, no interior do estado de Santa Catarina, Sul do Brasil. Tendo como foco a figura deste personagem histórico, se estabelece como marco temporal aproximado o período entre 1893 e 1930 por corresponder biograficamente com o protagonista e historicamente com um processo de modernização e conflito na região do oeste catarinense. Metodologicamente o trabalho se apoia em pesquisa bibliográfica, documental a partir de registros oficiais e história oral utilizando como balização a perspectiva teórica do Banditismo Social. Deste modo, o objetivo é discutir a atuação de José Antonio de Oliveira, o Zeca Vaccariano, considerando o uso estratégico da violência e suas estreitas relações com o coronelismo no Contestado e região da Fronteira Sul-Brasileira. Inspira a reflexão sobre a linha paradoxal do personagem, que vai do banditismo e o protagonismo do cargo de delegado de polícia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Banditismo Social. Contestado. Coronelismo. Fronteira Sul-Brasileira. Zeca Vaccariano.

## **RESUMEN**

Este trabajo hace inferencias a la huella imborrable dejada por José Antonio de Oliveira, Zeca Vaccariano, en la historia de la primera mitad del siglo XX, como ejecutor del asalto al grupo de pagadores del Ferrocarril São Paulo – Rio Grande, que tuvo lugar el 24 de octubre de 1909, en el interior del estado de Santa Catarina, sur de Brasil. Centrándonos en la figura de este personaje histórico, se establece como marco temporal aproximado el período comprendido entre 1893 y 1930, ya que se corresponde biográficamente con el protagonista e históricamente con un proceso de modernización y conflicto en la región occidental de Santa Catarina. Metodológicamente, el trabajo se basa en una investigación bibliográfica y documental basada en registros oficiales e historia oral, utilizando como guía la perspectiva teórica del Bandolerismo Social. De esta manera, el objetivo es discutir la actuación de José Antonio de Oliveira, Zeca Vaccariano, considerando el uso estratégico de la violencia y sus estrechas relaciones con el coronelismo en Contestado y la región Frontera Sur-Brasileña. Inspira la reflexión sobre la línea paradójica del personaje, que va desde el bandolerismo hasta el rol de jefe de policía.

**PALABRAS-CHAVE:** Bandolerismo Social. Contestado. Coronelismo. Fronteira Sur-Brasile. Zeca Vaccariano.



## INTRODUÇÃO

A construção de uma ferrovia monumental e a história de um saque recorde, integram-se à um conjunto de atributos, dos quais somam forças junto ao extermínio de caboclos, marcando os principais acontecimentos da primeira metade do Século XX na Região do Contestado, Sul do Brasil.

De um instante para o outro, o trem rompe o silêncio das matas em desalento à rotina singela do morador dos Sertões. É nesta ambiência, que se manifesta a presença icônica de um empreiteiro ferroviário, ex-combatente da Revolução Federalista: José Antonio de Oliveira, o Zeca Vaccariano. No domingo 24 de outubro de 1909, no então município catarinense de Campos Novos, SC, onde mais tarde se originaria o município de Pinheiro Preto, SC, Zeca Vaccariano entra para a história como executor do primeiro assalto à um trem pagador, dos quais se tem referências na historiografia Sul-Brasileira.

A audaciosa investida de Zeca Vaccariano e o bando dele, antecede a outros dois assaltos a trens mundialmente famosos. O assalto ao carro pagador da Central do Brasil (1960), e o roubo de Ronald Biggs ao trem da Escócia (1963), (Thomé, 2009). O conjunto de conceitos do Banditismo Social, amplamente ancorado em pilares da História dos Movimentos e das Relações Sociais, evocado pela forma de ascensão social e econômica, nas quais os sujeitos constituem, se relacionam e atuam na construção da ordem social, é o que abre este debate. Ao lançarmos hipóteses sobre os processos migratórios para as regiões de fronteiras, suas relações interétnicas e econômicas, empreendemos um construto contextual versado pela produção dos discursos no campo político, o qual nos credencia para o presente trabalho. O recorte de realidade espacial e temporal, referenciado por aproximações historiográficas por meio da micro-história, história documental e história oral, é o promotor da estruturação do problema da presente pesquisa, baseando-se no Banditismo Social e o uso da violência no processo de desenvolvimento da região do Contestado e de Fronteiras Sul-Brasileiras sob a perspectiva de Zeca Vaccariano, na compreensão do modelo de Banditismo Social praticado pelo personagem Zeca Vaccariano, o surgimento da atividade balseira no rio Uruguai, o processo colonizatório e a forte presença do coronelismo na região. Este pano de fundo empírico, é analisado por meio das ideias de autores como Peter Singelmann (1981), em *Structures of Domination and Peasant Movements in Latin America*, sendo nesta ambiência que o Banditismo Social apresenta-se como uma temática recorrente nas sociedades com forte presença rural, sobretudo na América Latina. Concomitante, trazemos a contribuição de Anton Blok (1972), o qual observa tal

banditismo por diversos momentos como “anti-social”, dado que os camponeses foram muitas vezes vítimas dos bandidos, interessando-se antes em atender a seus vínculos com os poderosos locais, do que com os camponeses. O autor atenta para as limitações do Banditismo Social no desenvolvimento de formas coletivas de protesto em virtude das possibilidades abertas às trajetórias individuais. Na compreensão de tal contexto, faz-se necessário entender Zeca Vaccariano na condição de sujeito, o que convencionava uma compreensão na dimensão humana, do ser de carne e osso, o que culmina com uma leitura por meio de oitavas da história oral, seguindo os conceitos de Verena Alberti (2004).

Remanescente da Revolução Federalista, à exemplo de vários outros, o personagem central desta história entra em cena depois de 1896. É assim que José Antonio de Oliveira, o qual ganha fama como Zeca Vaccariano, por ser natural da região de Vacaria-RS, é apresentado pelo autor Nilson Thomé, na obra *O Assalto ao Trem Pagador*, ao anunciar a presença do ex-combatente da guerra federalista na Região do Contestado, às margens do rio do Peixe (THOMÉ, 2009). Referenciado pela autora Alzira Scapin, na obra *Videira nos Caminhos de sua História* (1996), citado também por Thomé (2009), embora boa parte da vida pregressa de Zeca Vaccariano permaneça oculta até a atualidade, este homem é aceito como um antigo morador do município de Videira, SC. Narra a autora, que naquele local, a moradia rústica de José Antonio de Oliveira, o Zeca Vaccariano, se destacava entre a paisagem. Relata, que nas proximidades, em meio à mata nativa, composta por pinheirais e árvores muito antigas, haviam pequenos ranchos, onde moravam caboclos extratores de erva-mate (SCAPIN, 1996).

Conhecido líder de um grupo de empreiteiros, os chamados tarefeiros os quais contratavam trechos de roçada às margens do rio do Peixe, local que mais tarde receberia os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande – (EFSPRS), Zeca Vaccariano pactuou um trecho de abertura de picadas entre a região de Taquaral Liso (atual interior do município de Calmon-SC) e as imediações do que seria mais tarde a vila de Herval, no interior de Campos Novos (atual cidade de Herval d'Oeste - SC) (THOMÉ, 2009). Entretanto, no acerto de contas, o engenheiro Ernesto Kaiser, teria se desentendido com Vaccariano quanto aos valores a receber. Os recorrentes os atrasos nos pagamentos dos operários e casos de corrupção geravam revolta na região (THOMÉ, 2009). Para colocar fim ao impasse, Zeca Vaccariano arquitetava um plano que resultaria em mortes. Segundo Thomé (2009), Zeca era homem de confiança da Companhia e tinha acesso a informações privilegiadas. Sabia ele que o dinheiro para o pagamento das empreiteiras era trazido até Rio das Pedras por trem, pelo trem pagador. Com a ferrovia ainda em construção, os trilhos findavam um pouco antes de um túnel. A comitiva

precisou desembarcar com o dinheiro, momento em que o bando de Vaccariano executa a ação. Zeca e um grupo de comparsas fizeram a emboscada realizando o saque recorde de 375:300\$000 (trezentos e setenta e cinco contos e trezentos réis), valor que no período representava 15% da arrecadação anual do tesouro estadual (THOMÉ, 2009). Dois seguranças que acompanhavam a comitiva morreram durante o tiroteio e um terceiro ficou ferido. Zeca e o bando fugiram levando o dinheiro. No interior da atual cidade de Pinheiro Preto - SC, uma cruz erguida às margens da ferrovia faz homenagem aos seguranças Menerio Bernardo e Guilherme Bernardo, mortos na emboscada (THOMÉ, 2009).

Durante as investigações, o processo crime nº 1521 de 1918, instaurado em Campos Novos, SC, indicou que 27 pessoas teriam participado do assalto. De todo o grupo, mesmo com toda a força regimental de segurança, apenas João Mariano foi capturado, sendo este absolvido por falta de provas (THOMÉ, 2009).

Com o Exército e as forças policiais de Santa Catarina e do Paraná no encalço, Zeca e o bando circularam por regiões mais afastadas, tentando despistar a polícia, chegando à um local chamado Passo do Tigre, na região do Alto Vale do rio do Peixe. Por lá, o líder tratou de dividir o dinheiro do assalto e seguiu à frente apenas com um pequeno grupo de pistoleiros, os quais conhecia bem (THOMÉ, 2009). Depois disso, não faltaram especulações em diversos periódicos da capital paranaense e até mesmo do Rio de Janeiro. Por longo período, a quadrilha vaccariana permaneceu distante dos holofotes da imprensa da época. O autor do assalto ao trem pagador foi refugiar-se nas matas oestinas, permanecendo foragido até 1916 (THOMÉ, 2009). Vaccariano teria então sido avistado na região de Porto União da Vitória, na companhia de líderes de um movimento emancipacionista paranaense. Mas com sucessivo fracasso tentativa da criação do estado das Missões, sendo a primeira tentativa em 1910 e a dispersão do movimento separatista de 1917, o qual tinha a liderança do deputado estadual José Júlio Cleto da Silva nas terras de litígio, Zeca Vaccariano retoma a vida nas encostas do rio Uruguai, no Extremo Oeste Catarinense (BARBOZA, 2021). Por lá, Vaccariano prossegue nas atividades de criação de gado, extração de erva-mate e retirada de madeiras, o que lhe garantiu rendas as quais somaram-se com ações de contrabando com os *hermanos* argentinos (THOMÉ, 2009).

A trajetória de Zeca Vaccariano recebe nova atenção, partir de maio de 1922, período que uma comitiva chefiada pelo pastor e colonizador Hermann Faulhaber aporta na margem catarinense do rio Uruguai, fundando Porto Feliz (atual município de Mondaí-SC), (KOELN, 1980). Liderados pelo diretor da Empresa Chapecó-Peperi Ltda, o alemão Hermann Faulhaber e a equipe de colonizadores atracou em solo catarinense e assim que conseguiu orientar-se na

mata, tratou de procurar pelo mais importante morador das imediações da futura cidade: Zeca Vaccariano, personagem descrito pelo autor como homem influente no local, liderança presente na extração madeireira e condução de balsas, em direção à região da província de Corrientes, na Argentina (KOELLN,1980).

De acordo com Pe. Luiz Heinen (1997), o relacionamento construído entre Zeca e os primeiros trabalhadores locais, passa a ser regido pela cordialidade entre os novos colonos e os agregados do morador do desemboque do rio das Antas (HEINEN, 1997). Vaccariano, segundo a literatura de Koelln, vivia cercado por um grupo de capangas e costumava vangloriava-se da ação delituosa (KOELLN, 1980, p. 24). Pelos apontamentos de Breves (1985), no auge da existência, o grupo de Vaccariano chegou facilmente a 200 homens, trabalhadores os quais nunca lhe faltaram, sendo a maioria criminosos e foragidos da polícia. A facilidade de esconderijo nas matas e a ausência de leis era o que oferecia a ambiência ideal para o refúgio de bandoleiros (BREVES, 1985). A contribuição de Boiteux (1931) traz-nos algumas formas de referência à região, comumente usados até 1920, em que o Oeste catarinense era tido como um sertão desconhecido, território invadido, confins do estado e até mesmo sertão bruto (BOITEUX, 1931). Não obstante, o cultivo da violência e as severas práticas de banditismo que imperava na região, cunharam uma nova nomenclatura para a recém-criada localidade de Porto Feliz: Mondaí, que no tupi-guarani significa rio dos ladrões (BREVES, 1985; TIBIRIÇÁ, 1984; ECKERT, 2010). O autor Arno Koelln (1980), relata a estranheza dos colonizadores ao não encontrarem vida indígena entre os rios Chapecó e Peperi, mesmo que as condições da região concorressem para tal situação (KOELLN,1980).

Os primeiros relatos possíveis de serem compilados sobre o assalto ao trem pagador da estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRS), são reportagens jornalísticas, as quais embasam diversos trabalhos acadêmicos e obras literárias ao longo do último século, conforme pode ser verificado em periódicos como *A República* de Curitiba (1909), *Comércio de Joinville* (1909), *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro (1909), *Correio Paulistano* de São Paulo (1909), *Diário do Paraná* de Ponta Grossa (1909) e *O Dia* de Florianópolis (1910). Contudo, as inferências iniciais sobre José Antônio de Oliveira, o Zeca Vaccariano, são referendadas por Cleto Silva, na obra *ACCORDO Paraná – Santa Catarina ou O Contestado diante das carabinas* (1920), oportunidade em que diversos trechos do livro citam a participação do personagem como integrante das ações revolucionárias quando da tentativa de criação do estado das Missões, conforme trazido anteriormente (SILVA, 1920). Ao tratarmos o referido episódio como assalto ao trem pagador, lançamos objetivamente olhares ao conjunto de acontecimentos

que marcaram o caso, e em específico a intitulação atribuída, seja pela imprensa ou pela própria Companhia ao atentado criminoso. O tratamento do fato como sendo um “assalto ao trem pagador” não ignora as informações apresentadas por Espig (2008), que sugere que o carregamento de dinheiro teria vindo por um cargueiro, o que na interpretação da autora, tratava-se de um vagonete ou até mesmo debates instaurados em outras instâncias as quais tratam o acontecimento como um assalto à um carregamento conduzido por muares (ESPIG, 2008, p. 277). Não obstante a importância das narrativas, entendemos que elas não alteram fundamentalmente a natureza dos fatos.

Esquecido por um longo período, o assunto passou a receber maior destaque em 2009, quando o escritor catarinense Nilson Thomé lançou o livro *O Assalto ao Trem Pagador: Quando Pinheiro Preto entrou para a História do Brasil*. Na obra que sucede a *Trem de Ferro* (1974), outra literatura do autor que infere superficialmente sobre o ocorrido, Thomé (2009) abre um novo caminho para o debate do referido tema. Por conseguinte, o docudrama *Primeiro Assalto ao Trem Pagador (2012-2013)*, dirigido em coprodução com Vilmar Miguel Satori e João Paulo Dantas, mesmo que intempestivamente, procura recriar por meio de imagens, sons e memórias, o cotidiano ambientado do período, buscando ainda pela construção verossímil, a personificação imagética do referido personagem a partir da referencialização construtiva de Zeca Vaccariano no imaginário popular, bem como a compreensão de sua existência na dimensão humana. A obra narrada em primeira pessoa a partir de um diálogo entre Antônio José de Oliveira e Carlos Gaertner, embora combine realidade e ficção, se ampara em ampla pesquisa do tema e em uma abordagem metodológica com base no conceito de grande reportagem e documentarismo, aportado por entrevistas de especialistas na temática (PRIMEIRO, 2012-2013). Tema de diversas reportagens, como a matéria especial exibida pelo programa Teledomingo, da RBS TV, RS e repercutida pelo portal G1, em setembro de 2012, a obra tornou-se um clássico do cinema catarinense, sendo mencionada inclusive por Moraes (2020), o que muito provavelmente ampliou a evidência do tema, proposto pela obra de Thomé (2009), a qual recebeu contribuições da escritora Alzira Scapin nas obras *Pinheiro Preto: sua história sua gente* (1992), e *Videira nos Caminhos de sua História* (1996), literaturas as quais posicionam Vaccariano no contexto geográfico e econômico regional. A produção audiovisual também ganhou menção na obra *Juventude Protagonismo e Religiosidade*, do escritor Gilberto Tomazi (2013), ao citar que às vésperas da Guerra do Contestado (1912-1916), ocorreu o primeiro assalto à um trem pagador, lançado em filme o qual oportuniza uma nova visão sobre Vaccariano, na condição de protagonismo heroico (TOMAZI, 2013). Antes mesmo de ter a

imagem personificada no cinema, Vaccariano recebe menções sobre os feitos dele em trabalhos de Machado (2004) Cornejo & Gerodetti (2005), e Espig (2008), tendo ainda no pós-filmagens as contribuições de Pinto (2016) e Neto (2019), autores os quais citam brevemente o assalto envolvendo o tarefeiro e também dono de um dos 18 armazéns estabelecidos ao longo da linha em construção.

Seguindo na linha biográfica, na obra *O Chapecó que eu conheci* (1985), Wenceslau de Souza Breves relata um novo momento do personagem estigmatizado por bravatas e integrado ao mandonismo da Fronteira Sul do Brasil. Neste conseqüente, Koelln (1980) aponta Vaccariano como homem de prestígio ao longo do processo de colonização da região Oeste e Extremo Oeste catarinense. Já a pesquisadora Dallanora (2019), consegue apresentar pistas sobre a ligação entre Zeca Vaccariano e o coronel Manoel Fabrício Vieira, após oferecer dados biográficos deste segundo personagem em questão, mencionando a origem de Vieira na cidade gaúcha de Vacaria, bem como a relação do referido coronel com a Revolução Federalista (1893-1897), além estabelecer laços de compadrio entre Vieira e outras personalidades poderosas do período, como o político riograndense José Gomes Pinheiro Machado, a família Ramos, da região de Lages, e até mesmo o então presidente Campos Salles (DALLANORA, 2019, p. 162-173).

Mais recentemente, uma reportagem especial histórica do jornal *Diário Catarinense* de Florianópolis-SC, voltou a evidenciar o tema em uma matéria assinada pela jornalista Ângela Bastos, contando no expediente da publicação com ilustrações de Bem Ami Scopinho, edição de Everton Siemann e diagramação de Tayná Gonçalves. O texto traz detalhes do episódio dedicando espaço aos acontecimentos do Contestado, demonstrando que o caso foi amplamente explorado pela literatura e cinema, citando o precursionismo de Vaccariano como o assaltante do século, ao demonstrar audácia ao anteceder Tião Medonho no carro pagador da Central do Brasil, de 14 de junho de 1960 e ao britânico Ronald Biggs no trem da Escócia, em 08 de agosto de 1963 (DIÁRIO CATARINENSE, 23/10/2021). Na edição de 03 de novembro, o *Jornal Comunidade* também inferiu sobre o tema na coluna Direto ao Ponto, assinada por Cláudio Victor Rogge, o qual menciona a importância do resgate histórico proporcionado pela já inferida obra *Primeiro Assalto ao Trem Pagador* (JORNAL COMUNIDADE, 03/11/2021). No estado gaúcho, apesar do tempo, o episódio continua instigando opiniões. Em artigo de Ricardo Chaves, publicado em agosto de 2021, o jornalista questiona se Zeca Vaccariano seria herói ou bandido, evidenciando que a história de um saque recorde ganhou vida em um filme brasileiro (CHAVES, 2021).

Mesmo com tamanha influência social e política, a saga de Zeca Vaccariano seguiu paralela aos fatos narrados em vasta literatura ligada aos sangrentos episódios do Contestado (1912-1916). Alheia a obras clássicas da fotografia, como os trabalhos de Claro Jansson, (*O fotógrafo viajante* de 2003 e *Contestado*, de 2001), os quais são edições ricas em fotos que integraram os mais distintos períodos das primeiras décadas do século passado na região, a imagem de José Antônio de Oliveira, o Zeca Vaccariano, assim como a maioria de seus feitos, conservam-se como um mistério para a história atual. O reduzido número de fontes, ausência de documentos da época é segundo Espig (2008), o maior entrave para se inventariar assuntos que circundam diversos episódios da emblemática construção da Ferrovia São Paulo – Rio Grande. Contudo, não faltam periódicos da época os quais citam o cenário de caos social bandidagem da região (ESPIG, 2008). O mesmo aplica-se aos relatos textuais sobre Zeca, em que a literatura de Arno Koelln possivelmente seja o único a única descrição a qual se tem conhecimento sobre o perfil físico de Vaccariano (KOELLN, 1980, p. 23).

Se por um lado os conceitos semiológicos impedem a construção personal de Vaccariano, a arte cinematográfica ocupou-se disso. Na obra *Primeiro Assalto ao Trem Pagador* (2012-2013), a recriação fílmica do atentado contra o trem pagador deu vida imagética à um contundente personagem, praticamente esquecido no tempo (CATARINENSE, 2013).

O modo cortês do balseiro do Uruguai, conhecido por abrigar fugitivos de diversos recantos e criminosos perigosos, no entanto durou até o primeiro embate de ideias. Após apoiar o grupo político de Fidêncio Mello, na eleição de 1918, para prefeito de Chapecó, tornou-se delegado de polícia e como oficial da lei, passou a desmatar terras pertencentes à colonização (KOELLN, 1980). O autor Wenceslau de Souza Breves, é um dos literários que contribui para a construção biográfica de Zeca Vaccariano ao rememorar na obra *O Chapecó que eu conheci*, alguns períodos da colonização do Oeste Catarinense. O autor evidencia que o referido personagem, era ligado ao Coronel Fidêncio Mello (BREVES, 1985). Intimamente atrelado ao coronelismo, como é possível observar em distintos momentos da trajetória deste instigante personagem, tem-se a atuação do homem de carne e osso, a interface de um ser moldado pelos rigores do período. A dúbia atuação do madeireiro clandestino que agia à sombra do distintivo da lei, levou à sua demissão do posto policial em abril de 1924 (PRIMEIRO, 2012-2013). Segundo evidenciado por Koelln (1980), Vaccariano foi substituído por Frederico Kloschewskie e para se livrarem definitivamente dos percalços provocados por Vaccariano, compraram as terras dele (PRIMEIRO, 2012-2013). Com Vaccariano fora de cena, observa-se o sucesso dos negócios de vendas de terras e os avanços da indústria madeireira (KOELLN,

1980). Para os autores Thomé (2009) e Scapin (1996), as últimas menções oficiais de Zeca Vaccariano foram de que ele teria sido visto nas vilas de Perdizes e Vitória (atual Videira-SC) em 1927 (THOMÉ, 2009). Por mais que as temáticas envolvendo o Contestado e as regiões de Fronteiras Sul-Brasileiras tenham recebido notória atenção nas últimas décadas, o emblemático assalto ao trem pagador, sobretudo a historiografia de Zeca Vaccariano na categorização do Banditismo Social e a estreita relação com o Coronelismo, apresenta-se como um objeto de estudos que permanece pouco explorado frente a história brasileira.

Com o objetivo de contribuir neste sentido, o problema da presente pesquisa se estrutura no recorte de realidade espacial e temporal referenciado pelo gênero pelo gênero historiográfico da **micro-história**, em uma análise sugerida por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, a qual trará procedimentos reais detalhados, que contribuirão para uma compreensão geral dos fatos (REVEL, 1998; VAINFAS, 2002). Evidenciaremos a **história documental**, como noção de prova a partir do fundamento do fato histórico, conforme instrui Jacques Le Goff (1994), em uma análise que permitirá elucidar fatos contidos em instrumentos como o *Translado de Apelação Crime de João Mariano*, além de acervo jornalístico do período, à rigor tratado pelo prisma do **jornalismo comparado** sob a ótica de Pereira (2016), tendo ainda o direcionamento da **história oral** com base na teoria de Alberti (2004), que sugere as memórias individuais, como limites de enquadramento, basear-nos-emos no Banditismo Social e o uso da violência no processo de desenvolvimento da região do Contestado e de Fronteiras Sul-Brasileiras. Neste contexto, busca-se a compreensão deste processo histórico discutindo a relação entre o modelo de Banditismo Social desempenhado pelo personagem Zeca Vaccariano e o Coronelismo vigente na região. Assim, aufere-se os atributos de justiceiro, de homem à margem da lei, que hipoteticamente, por ousadia do destino ou influência política, agiu impunemente por conta própria ou à mando de outrem, ascendendo ao posto de oficial da lei em tempos que marcaram o período histórico do Vale do Rio do Peixe e Extremo Oeste catarinense, entre 1897 e 1930.

As insurreições sociais e as lutas originárias do acesso e exploração da terra são o pano de fundo da construção organizacional social que formam o compilado argumentativo para inferirmos os propósitos de estudos centrados em conceitos inaugurados por Eric Hobsbawm. O autor nos oferece a categorização do Banditismo Social observando a evolução dos movimentos de resistência social que se fizeram crescentes no decurso dos últimos dois séculos.

Hobsbawm afirma que o banditismo desafia a ordem econômica, a lei e o controle de recursos, contudo, não se estabelece fora das ordens socioeconômicas e políticas. O conceito introduz os estudos que compreendem que tais bandidos não constituem-se como delinquentes



comuns, os quais cometem crimes para seu próprio proveito. Tal fenômeno apresenta relação com as sociedades camponesas pré-capitalistas e que costumam se acentuar em momentos de desagregação, como guerras, rivalidades locais, relacionadas a disputas familiares, associadas ainda à fome ocasionada por más colheitas. Pode-se ainda atribuir a este modelo, o próprio desenvolvimento do capitalismo, com a consolidação de Estados Nacionais e a modificação forçada dos modos de vida milenares, incluindo a desintegração familiar (HOBSBAWM, 2017 p. 21-23).

Diante de tais condições objetivas, a fenomenologia do Banditismo Social tem o atributo de surgir ao longo da história nos mais distintos espaços geográficos do mundo, o que conecta o episódio do Assalto ao Trem Pagador de 1909 como um acontecimento integrado à um modelo de ideário social o qual não se restringe ao isolamento de seu tempo e espaço. Como objeto de estudo deste trabalho, procura-se compreender o contexto de ambiência do Banditismo Social e o uso da violência no processo de colonização da região do Contestado e de Fronteiras Sul-Brasileiras sob a perspectiva de Zeca Vaccariano.

O acolhimento do tema parte do pressuposto de que a biografia de Zeca Vaccariano e sua emblemática jornada ao longo da existência, apresenta profunda relação e representação com os acontecimentos que marcaram as primeiras décadas do último século, na constituição do identitário cultural e relações sociais, realçado pelo conjunto de atributos da etnia regional, na universalização de saberes capazes de inspirar a reflexão em determinado grupo social. Este entendimento serve-nos como livre inspiração para o debate acadêmico de um tema, que por mais instigante que se apresente na sucessão de fatos que antecedem a Guerra do Contestado e os aspectos que envolvem a colonização do interior catarinense, aos olhos de estudiosos, a saga do ex-combatente, permanece praticamente encoberta pela ação do tempo, sendo secundarizado pela história oficial. A escolha pelo tema, leva em consideração valores sociais e a vivência do autor, o qual há diversas décadas tem atuado como cineasta e produtor de conteúdo em projetos etnográficos que imortalizam a memória regional, frente ao desafio de resgate e socialização de temas da mais profunda relevância antropológica e de conservação folclórica e étnica do manancial histórico, o qual já tematizou a saga de Zeca Vaccariano em 2013 no docudrama *Primeiro Assalto ao Trem Pagador*.

Do ponto de vista acadêmico, ao nos referirmos aos pressupostos teórico-metodológicos, Eric Hobsbawm, recorre a uma percepção teórica crítica baseada no materialismo histórico e dialético, o que significa dizer que não há na sua narrativa uma mera exposição sucessiva de fatos, mas um esforço em busca de sentido do processo histórico por

meio de uma análise que busca sempre interpor o tema principal, ou seja: o Banditismo Social, fundamentada na textualização histórica, voltada para as sociedades camponesas pré-capitalistas e suas interfaces econômicas e políticas. Há, portanto, uma busca de sentido da história, na qual o historiador trata de compreender o passado por meio de suas contradições ao invés de construir uma mera textualização de reportagem.

Teoricamente, compreender como se dá a relação entre o modelo de Banditismo Social praticado pelo personagem Zeca Vaccariano e o grau de relação do personagem com o Coronelismo, oferece-nos uma interessante condição de abordagem a respeito da construção histórica dos fatos envoltos ao episódio do assalto ao trem pagador e sua relação com o desencadeamento de acontecimentos que construíram a história regional no Contestado e além Fronteiras Sul-Brasileiras.

Neste sentido, analisar a trajetória de Zeca Vaccariano na condição de um personagem o qual molda-se ao rigor dos fatos os quais o circundam, pressupõe entender os acontecimentos sociais do período a partir de uma narrativa construída pelo olhar que advém das massas humanas e não meramente recontada pelas escritas sob o prisma unilateral do poder governamental.

Em vista do exposto, o objetivo deste trabalho analisa e versa sobre a trajetória de Zeca Vaccariano, traçando um perfil do personagem apoiado no conceito de Banditismo Social, bem como a influência do sujeito nas ações que integram a estreita relação com o coronelismo e atos de cultivo à violência. Para isto, procurou-se apresentar a figura de José Antonio de Oliveira, o Zeca Vaccariano, como personagem o qual integra os fatos históricos das primeiras décadas do século XX, no Contestado e Região de Fronteira, no Sul do Brasil, inventariando ainda os acontecimentos que marcam a presença do personagem e sua relação com o cotidiano social do interior catarinense. Como desdobramentos deste objetivo geral, o trabalho procurou compreender o contexto da construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande ambientado nos modos de tratamento dado aos operários e os fatos que levaram ao assalto ao trem pagador arquitetado por Zeca Vaccariano. Investiga as circunstâncias imersivas de Zeca Vaccariano atrelado ao Banditismo Social no Contestado e o Oeste Catarinense e suas implicações com o Coronelismo, bem como e estabelece um paralelo entre a saga de Zeca Vaccariano e os acontecimentos que marcam o cenário do Pós-Contestado e a afirmação de Fronteiras Sul-Brasileiras no desenvolvimento socioeconômico regional, são especificidades que vão ao encontro do objetivo geral.

Para a realização do presente estudo, nos valem da metodologia da micro-história mediante pesquisas nos arquivos do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, documentos da Casa da Cultura e Campos Novos (SC), da Cúria Diocesana de Vacaria (RS) e periódicos da época. A História-Oral auxilia para melhor analisarmos e compreendermos a figura de José Antônio de Oliveira, o Zeca Vaccariano, como bandido social. O recurso da história oral, fundamenta a pesquisa qualitativa evidenciando com maior profundidade a vida pessoal de José Antonio de Oliveira, o Zeca Vaccariano, ao longo da trajetória biográfica. A amostra é composta por sujeitos que estudaram, tiveram contato com os fatos ligados ao tema, conheceram Zeca Vaccariano, incluindo remanescentes de seu grupo e personagens que tiveram contato com pessoas de relações parentais ou de laços de familiaridade com o referido personagem.

Apresentadas as considerações iniciais que compreendem o conteúdo do trabalho, a sequência está estruturada da seguinte forma: No primeiro capítulo trataremos da compreensão do contexto da construção da Ferrovia São Paulo – Rio Grande, ambientado nos modos de tratamento dado aos operários e os fatos que levaram ao assalto ao trem pagador arquitetado por Zeca Vaccariano e seu bando. Neste sentido, apresenta-se os elementos os quais concorrem para a exposição espacial, social e política do período, levando em consideração os modelos de relações de trabalho e os *modus operandi* do conglomerado empresarial, liderado pela *holding Brazil Railway Company* no Sul do Brasil.

No segundo capítulo apresentaremos o estado da arte, por meio da integralização de forças discursivas na investigação das circunstâncias imersivas de Zeca Vaccariano, as quais atrelam o personagem ao Banditismo Social no Contestado e o Oeste Catarinense e suas implicações com o Coronelismo. Sobre esta questão, nos valeremos de diversas fontes literárias, as quais serão constantemente confrontadas ao longo do capítulo, concorrendo para a coesão de elementos os quais oportunizam a decupagem do personagem, objeto deste estudo, na busca de novos elementos que fundamentem o conjunto de relações sociais e econômicas em que se insere a referida figura.

No terceiro e último capítulo, versaremos sobre a construção paralela entre a saga de Zeca Vaccariano e os acontecimentos que marcam o cenário do Pós-Contestado e a afirmação de Fronteiras Sul-Brasileiras. Neste sentido, aborda-se a presença de José Antônio de Oliveira no sertão catarinense, seguindo um ordenamento construtivo o qual interpreta a interferência do personagem no cotidiano local ao longo de diversos períodos os quais é evocado pela literatura e arsenal documental, o qual adicionam ao referido personagem, os contornos de um

homem que age e reage aos fatos seguindo os padrões e costumes lógicos do referido período ao qual insere-se.

Esta arguição introdutória nos inspiram o livre pensamento imagético e semiológico sobre a profundidade da figura de Vaccariano, no complexo constructo que conduz a teorização de um personagem paradoxalmente contraditório.

# **1 A OCUPAÇÃO TERRITORIAL CATARINENSE E A CONSTRUÇÃO DA FERROVIA SÃO PAULO – RIO GRANDE**

A construção imagética da chegada do trem à estação, foi a primeira cena cinematográfica experimentada pela humanidade no universo da sétima arte. Na vida real, o mundo ferroviário e as interfaces conectivas entre o romance e o drama do cotidiano, são paralelas da imaginação, que feito trilhos de uma ferrovia, desafiam o destino a inspirar-nos pelo mundo do saber, no desvendar dos mistérios de um audacioso crime ferroviário.

Reconhecido como uma importante invenção, o trem é o atributo que integra-se aos estudos que dedicaremos neste capítulo, para compreendermos a importância da modernização ferroviária na consolidação da República no processo de povoamento e logística de integração e ocupação da Região do Contestado na primeira década do século passado.

De início, contextualizaremos o cenário de transformações, ocupação e desenvolvimento humano da Região do Contestado, evidenciando o processo de colonização, visto pelo prisma do coronelismo e mandonismo, associados com a colonização da Fronteira Sul. Versaremos em seguida sobre a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, evidenciando o cenário de violências e conflitos no qual apresentaremos o conjunto de elementos que concorrem para o episódio do assalto ao trem pagador e o surgimento de Zeca Vaccariano no cotidiano dos acontecimentos do Vale do rio do Peixe e Região do Contestado.

## **1.1 A geopolítica do Contestado e a modernização ferroviária no contexto do surgimento da República**

Nas primeiras décadas após a Proclamação da República, em 1889, o Brasil entraria para os trilhos do desenvolvimento com a *Era Ferroviária*, deixando a rudimentaridade dos cargueiros de tropas, do carro de boi e das carroças, para embarcar na locomotiva do progresso, avançando em média 6.000 quilômetros de malha ferroviária por década. A tríade do desenvolvimento inaugurada no país pelo empresário Irineu Evangelista, de Souza, em 1854, com a Estrada de Ferro Petrópolis, conjugava trens, ferrovias e modernidade, segundo Espig (2008), sustentando um discurso que se conectava a semântica de atraso dos Sertões Sul-Brasileiros os quais destoavam da lógica capitalista do progresso impedindo um modelo de povoamento e colonização na imersão de densos espaços florestais, até então impenetráveis. O

desejo governamental de irromper os Sertões e substituir remanescentes nativos e sertanejos por imigrantes europeus e colonizadores dos antigos núcleos coloniais da Serra Gaúcha, para autores como Thomé (1983), Valentini (2003) e Amador (2015), efetivaria o plano de desenvolvimentismo e ocupação de uma região considerada estratégica.

Ao estudar o tema, Machado (2004) pontua que as ponderações da maioria dos autores os quais contribuem para os registros militares sobre a Região do Contestado, apresentam um Brasil rural atrasado, rústico e ignorante, envolvido por superstições. As configurações deste novo cenário são estabelecidas a partir da passagem do regime monarquista para o republicano em que o contexto de transição capitalista procede-se de forma vertical e elitista, mantendo velhos costumes de favorecimentos e confusão entre o público e o privado (PESAVENTO, 1983).

Um suposto obscurantismo precisava ser superado pelas demandas de modernização da indústria, a abertura de portos e a reinvenção do processo produtivo do café. Neste período, os caminhos da mudança apontavam para os avanços logísticos ao modal ferroviário. A questão central para as transformações sucedidas na sociedade brasileira ao longo do século XIX, evidenciava-se com a transição do sistema de trabalho escravo para o sistema livre, acrescentando-se a este fato, o Pós-Guerra do Paraguai (1864-1870). A convulsão política acirrou os ânimos, barões cafeeiros do Sudeste e coronéis agrários do Sul, não se entendem no conjunto da obra entre poder e política. Assim, segundo Pesavento (1983), com a queda da monarquia, por meio de um golpe militar, o novo modelo governamental inicia marcado por tensões. Destronado D. Pedro II, o Marechal Deodoro da Fonseca assume a presidência do Brasil. Sem apoio político suficiente, tempos depois acaba renunciando e passando o governo à Floriano Peixoto. No Sul do Brasil, as tensões aumentam entre republicanos e federalistas, eclodindo a revolta armada em fevereiro de 1893, o que só chegaria ao fim no limiar de 1894, quando Prudente de Moraes assume a presidência da república (PESAVENTO, 1983).

A conjunção entre o fim da monarquia, o início da república e os cenários de batalhas, marcava-se pela implantação das primeiras ferrovias brasileiras, que surgiam estimuladas pelo aporte de capitais privados nacionais e estrangeiros. Especialmente no Sul do país, interesses geopolíticos sobre a região, conforme infere Valentini (2003) e Thomé (1983), ficam evidentes porque além de estabelecer território, a ferrovia serviria estrategicamente para o deslocamento de tropas, atendendo à propósitos militares. É neste cenário que a história da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande – (EFSRG), que atravessa o Vale do Rio do Peixe, Região do Contestado, área de Fronteiras Sul-Brasileiras, marca-se inicialmente em 1888, momento em

que o engenheiro Teixeira Soares apresenta o plano de implantação desta extensa ferrovia no Sul do país. O traçado direcionar-se-ia na vertical, conectando o interior das então províncias de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, posicionando-se paralelamente às imediações dos tradicionais Caminhos de Tropas os quais ligavam a região do Prata, no extremo Sul, a Sorocaba, no interior Paulista (THOMÉ, 2009).

A via férrea atravessaria as imediações do território pretendido pela Argentina. Segundo Adelar Heinsfeld (2018), para a Argentina, a região Oeste dos atuais estados do Paraná e de Santa Catarina, lhe pertencia. O litígio foi (HEINSFELD, 2018). A questão foi resolvida conferindo os traçados atuais de fronteira entre Brasil e Argentina, mediante o arbitramento do presidente norte-americano, *Grover Cleveland*, que em fevereiro de 1895, emite laudo favorável ao Brasil, definindo-se assim as fronteiras pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio. Definida a contenda internacional, se inicia uma disputa interna, entre Paraná e Santa Catarina, a qual fica conhecida como a Questão de Palmas. O epicentro da área de conflito, para diversos autores, passa a ser entendido como Região do Contestado, tendo o território de 30.621 Km<sup>2</sup>, localizado entre os rios Iguaçu e Uruguai, tendo o rio Peperi-Guaçu, como marco na fronteira com a Argentina no Extremo Oeste e a Serra Geral a Leste (HEINSFELD, 2018).

A intitulação da porção Oeste e parte do Planalto Sul do Estado de Santa Catarina como Região do Contestado, segundo Valentini (2003), infere-se a este território o qual foi durante grande período o alvo de disputas entre os estados de Santa Catarina e Paraná, impasse solucionado em 1917, no Pós-Guerra do Contestado conforme veremos mais à diante. O termo, segundo Thomé (1995), foi cunhado em 1974 com a criação do Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, referindo-se à uma vasta área localizada no Centroeste de Santa Catarina, reconfigurando outras sub-regiões as quais passaram a se integrar por terem sido palco da Guerra do Contestado (1912–1916), estando inseridas no Território Contestado.

Segundo Valentini (2003), para uma percepção mais aprofundada do território catarinense quanto aos aspectos fisiográficos, é possível separá-lo em duas regiões distintas tendo como limite a Serra Geral, constituindo assim ao Leste a área litorânea e ao Oeste a de Planalto. Há ainda, segundo o autor, uma subdivisão entendida por três zonas: a de Campos, da Mata e zona Intermediária ou de Transição. Outro fator característico da região está ligado aos aspectos da fauna e flora, em que a floresta ombrófila mista, que originalmente cobriu praticamente a totalidade o território, com densas matas de imponentes árvores seculares como o cedro, o angico, a imbuia, a canjarana, a canela preta, e a grápia, evidenciada especialmente pela presença da araucária, a qual além da madeira para a construção, forneceu por longos

períodos o pinhão, como alimento aos povos locais (VALENTINI, 2003). A erva-mate, é outro elemento característico da região, que além de integrar costumes peculiares locais cultivados desde remotos períodos, torna-se um importante produto econômico para o mercado catarinense da época, que com as missões jesuíticas torna-se um hábito universal no Sul do Brasil. Assim, segundo diversos autores, a *ilex paraguayensis*, nome científico, atribuído pelo botânico francês, August de Saint-Hilaire à erva-mate em 1820, ganhou prestígio mercadológico, tornando-se a primeira commodities dos Sertões. Os antigos povos do Contestado souberam se apropriar do poder curativo das ervas medicinais e especialmente com a caça abundante para garantir subsistência. Por incontáveis gerações, indígenas e caboclos alimentaram-se dos animais silvestres, uma prática que mais tarde foi incorporada pelos colonos imigrantes (VALENTINI, 2003).

Já nos quesitos climáticos, a Região do Contestado, segundo Valentini (2003), tem como principal característica o clima temperado, apresentando-se como uma das áreas mais frias do país. O período de rigorosos invernos, chuvas prolongadas e a rusticidade natural dos Sertões, tornaram a rotina dos sertanejos dos primeiros períodos ligadas ao uso do fogo de chão, o que manteve por décadas os ranchos aquecidos. Tal afirmativa encontra amparo nos relatos de Vinhas de Queirós (1977), que menciona dias seguidos de inverno onde as temperaturas caem abaixo de zero, em que as geadas não surpreendem e raramente passa o mês de setembro sem a queda de neve. Para o autor, a região onde ninguém padece de cede e plantas e animais não morrem pela ausência d'água, pode ocorrer que nas severas nevascas, pessoas se percam e morram congeladas nas matas (VINHAS DE QUEIRÓS, 1977).

Outro aspecto que marca a paisagem catarinense é o de relevo. Para uma apreciação mais precisa, Valentini (2003) separa o território em duas porções, em que em uma delas está a região litorânea e a outra a região serrana que é propriamente o sertão, o qual tem as serras geral e a do mar como muralha natural de divisão topográfica. O fortificado rochoso é apontado pelo autor ao dialogar com Cabral (1960), auferindo a condenação provocada pela Serra Geral, ao território do planalto, enquanto que as costas litorâneas, desde o descobrimento estiveram abertas para as mais diversas aproximações e interações humanas. Deslocando-se no sentido Leste-Oeste, encontra-se o Planalto Serrano, no qual localiza-se uma série de serras que separam duas bacias hidrográficas da região: a do rio Uruguai, com águas que correm para o Sul e a do rio Iguaçu, com águas que correm para o Norte. Ambas mudam de curso e passam a correr para o Oeste. Ao longo da trajetória, segundo Valentini (2003), até a confluência com o rio Peperi-Guaçu, o rio Uruguai recebe novos desagües pela margem catarinense, como o rio



do Peixe, o Jacutinga, o Irani, o Chapecó e o rio das Antas. Contudo, o Vale do rio do Peixe e o desemboque do rio das Antas, formam o palco principal dos episódios os quais versaremos nesta obra. No outro extremo está a bacia hidrográfica constituída pelo rio Iguaçu. De menor extensão e menos acidentada, a referida bacia proporcionava no início do século passado condições de navegação em pequenas embarcações. Tem como principais afluentes, o rio Jangada, o rio Timbó, o rio Paciência e o rio Negro. As águas fluem em direção Oeste, até alcançar o rio Paraná (VALENTINI, 2003).

O processo de povoamento da Região do Contestado exige uma compreensão que passa por três fases de ocupação, as quais acontecem ao longo do processo histórico neste espaço geográfico de Santa Catarina. Em cada período as diferenças socioeconômicas e culturais e as representativas transformações surgidas, foram preponderantes (AMADOR, 2015). A primeira delas é a fase marcada pela ocupação dos povos nativos Kaingáges e Xocklég, os quais habitavam o Brasil Meridional e se integravam ao grande grupo de indígenas cognominados por Jê ou Tapuias (AMADOR, 2015). Originalmente, conforme infere Rosseto (1960), as referidas tribos habitavam a região ocupando áreas desde o Norte do Rio Grande do Sul até São Paulo, passando pelos Campos de Palmas, Sertões de Ivai e Tibaji. A presença destes povos de índole caçadora e coletora remonta cerca de 5.000 a.C., tendo acessado a região pelo rio Uruguai. O pesquisador Marlon Brandt (2012), também aufere importante contribuição ao notabilizar o pinhão como alimento prioritário para os respectivos povos, os quais habitavam os Campos e florestas do Planalto, durante a ocupação de povoamento pelos portugueses. Entretanto, constantes disputas e a rivalidade acirrada pelos recursos do Planalto, levaram os Xoklég a se afastarem dos Kaingáng, passando a ocupar regiões periféricas como as costas do Planalto e o Litoral, o que trouxe uma adaptação difícil, a qual não alcançara a plenitude (BRANDT, 2012).

A segunda fase, seguindo a ideia de Amador (2015), se dá com os caboclos, os quais sucedem aos nativos com a miscigenação de luso-brasileiros e indígenas, tendo como auge o século XIX e declínio o período assinalado pela Guerra do Contestado (1912-1916). As incursões pelos Sertões de Santa Catarina já haviam no entanto iniciado em períodos remotos. Possivelmente, Alvar Nuñez tenha atravessado a região em 1541, após desembarcar no Litoral e seguir por terra até Assumpção, transpondo a região serrana pelo Vale do Otapucu, região Sul da Barra de São Francisco, atravessando em seguida os rios Negro e Iguaçu. Pouco mais de meio século depois, por volta de 1600, tem-se o relato de que os jesuítas espanhóis, avançaram grandes distâncias entre o Uruguai e o Iguaçu. Com o período do ouro, segundo Valentini

(2003), os caminhos da Serra Catarinense, tornaram-se conhecidos, recebendo a travessia de tropas entre o Uruguai e o Iguçu, passando pelos campos de Lages e Curitiba, seguindo rumo à Sorocaba, pelo interior do Paraná. Finalmente, em 1845, o passo de Goio-Ên e Nonoai é acessado, tendo em seguida os campos de Palmas conectados por União da Vitória por meio de uma expedição que reivindicava o território (VALENTINI, 2003; SILVA, 1933).

A terceira frente de ocupação é apresentada por Amador (2015), e aprofundada por Valentini (2003), destacando a imigração europeia, a qual estabelece novos elementos para a região com a chegada de alemães italianos e poloneses, que mais tarde a partir das operações ferroviárias, avançam pelo Vale do Rio do Peixe, contexto o qual será tematizado ao longo deste trabalho. Uma quarta frente de povoamento, sinaliza um novo momento para a Região do Contestado, tendo como característica a Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Revolução Federalista (1893-1895) (VALENTINI, 2003; AMAROR, 2015).

A instabilidade política do Rio Grande do Sul foi o principal estímulo para que fazendeiros e lavradores migrassem para o Planalto catarinense. Registros do ano de 1839 evidenciam a aproximação das tropas farrapas que dominaram Lages partindo em direção à São Paulo, sendo contidas na região de Curitiba (MACHADO, 2004). Mais à diante, ao longo dos violentos combates da Federalista, o Planalto se envolve com a movimentação das colunas maragatas de Eliseu Guilherme da Silva e Aparício Saraiva, perseguidos pela Divisão Norte sob o comando dos republicanos general Francisco Rodrigues Lima e o senador José Gomes Pinheiro Machado (MACHADO, 2004). Naquele período, a Revolta da Armada que teve início no Rio de Janeiro (1893-1894), acabou derrotada pelas tropas governistas. Entretanto, os participantes se deslocaram para o Sul objetivando participar da Revolução Federalista. No Rio Grande do Sul, as duas correntes políticas tinham, de um lado, a liderança de Júlio de Castilhos, aliado ao presidente Floriano Peixoto, que defendia ideais republicanos com um governo federal forte, de poder centralizador, denominados de chimangos ou “pica-paus”. No outro extremo, estava a liderança de Gaspar Silveira Martins, o qual defendia uma proposta federalista, com a descentralização do poder, com limitações ao presidente da República reguladas pelo parlamentarismo. O grupo passou a ser tratado como “maragato” (PESAVENTO, 1983).

Maragatos e chimangos adentram Santa Catarina em luta, levando em frente as aspirações de Gumercindo Saraiva de juntar-se aos rebeldes da Armada na região portuária de Itajaí, Laguna e Desterro para em seguida avançar sobre Curitiba. A entrada das forças Federalistas em território catarinense se dá em duas colunas: Enquanto a primeira entrou por

São Joaquim, passando por Lages e Tubarão, objetivando atingir Laguna, a segunda frente penetrou por Campo Belo, passando por Campos Novos, Herval, Curitiba e Blumenau, com destino à Itajaí (MACHADO, 2004).

Após intensas batalhas, Machado (2004) relata que muitos federalistas paranaenses e riograndenses, tornaram-se refugiados no Planalto catarinense, após a derrota do movimento rebelde. O mesmo aconteceu com outros revolucionários que, conforme infere Valentini (2003), desertaram das colunas permanecendo na região.

Para além deste contexto bélico, o modelo de ocupação da região tem como linha condutora a criação extensiva de gado com seu arranjo produtivo caracterizando uma *Sociedade Pastoril*, a qual, segundo Valentini (2003), encontra no extrativismo da erva-mate, um segundo sustentáculo econômico. Para diversos autores, a estrutura produtiva predominantemente comandada por coronéis e grandes proprietários de terra, passa a destacar-se pelo poderio ilimitado gerando interfaces de dominação e um conjunto próprio de relações de subordinação entre fazendeiros, lavradores e sertanejos posseiros. Neste cenário, segundo os estudos de Tomazi (2010), lentamente as fazendas foram se instalando, especialmente a partir da segunda metade do século XIX. O avanço da nova civilização, estruturava-se sob um sistema de extermínio da população nativa, permeada por forte truculência entre grandes criadores, pequenos lavradores e o sertanejo extrator de erva-mate (TOMAZI, 2010). Sem grande valor comercial, as terras eram livremente ocupadas, segundo Tomazi (2010), sem que houvesse necessariamente uma transação comercial. A condição de sobrevivência do sertanejo no contexto do campesinato e a ideia de pertencimento do nativo, não oferecia-lhes condições se quer de imaginar a documentação legal da propriedade. Por outro lado, para os grandes fazendeiros, desde o período das concessões do título de sesmaria, em vigor até 1822, passando pelo vácuo legislativo dos anos seguintes, culminando com a Lei de Terras de 1850, a qual previa a separação de terras públicas das áreas particulares, estabelecendo título de propriedade, pela aquisição por compra, fica evidente nos estudos de Machado (2004), os privilégios e favorecimentos das classes elitistas da sociedade regional.

É nesta conjuntura de acontecimentos do período em que Santa Catarina, elevada a província em 1821, experimenta o modelo do voto democrático em 1894, com a eleição de Hercílio Luz como governador. A trajetória de três personagens deste contexto se cruzarão no conjunto de episódios históricos da época: O primeiro é o coronel Manoel Fabrício Vieira, prestigiado agente da Guarda Nacional, proprietário de grandes extensões de terras da Fazenda Chapéu de Sol, no Vale do Iguaçu, em Porto União da Vitória, o qual torna-se um dos principais

empregadores do Vale do rio do Peixe. O segundo personagem o qual se integra neste triângulo de relações é o Coronel Henrique Hupp, imigrante germânico da região de Munique, que radicado na Planalto catarinense, torna-se imponente fazendeiro e político de Campos Novos. O terceiro é José Antônio de Oliveira, ex-combatente que passaria a ser conhecido pela alcunha de Zeca Vaccariano (VALENTINI, 2003; PEIXOTO, 1995; SOUZA, 2012).

Conforme nos oportuniza o autor Oliveira Brito (2016), Zeca Vaccariano, desde o seu surgimento aos últimos dias de vida, esteve condicionado à chancela de poderosos coronéis e políticos influentes. Embora não seja possível afirmar com precisão como as relações entre Zeca Vaccariano o coronel Vieira se estabelecem inicialmente, tudo leva a crer que os laços entre os ex-combatentes foram selados nos campos de batalhas da Revolução Federalista (1893-1895), uma vez que Manoel Fabrício Vieira assim como Vaccariano era natural da região de Vacaria e lutou na revolução ao lado das forças governistas de Pinheiro Machado (DALLANORA, 2019).

Como velhos conhecidos de outras inteirações, é possível que o desenrolar dos fatos tenha concorrido para que Vaccariano e Vieira se tornem próximos. Já em relação a este terceiro personagem uma das evidências que inspira-nos à pensar o atrelamento de Vaccariano ao modelo social da época, é a afirmação de Oliveira Brito (2016) ao evidenciar que para iniciar atividades mercantis às margens do rio do Peixe, Vaccariano recorreu à um empréstimo feito pelo então prefeito do município de Campos Novos, que segundo dados históricos da época, seria o coronel Henrique Rupp. Levando em consideração a amizade e o apreço por Zeca, a autoridade local teria lhe emprestado 20:000\$000 (vinte contos de réis). Com a valorização da erva-mate como produto de exportação e as relações de intermediação estabelecidas pelos comerciantes, Vaccariano passa a integrar a referida cadeia extrativista do produto nos sertões, integrando-se na terceira via de povoamento, que após percorrer o Planalto Norte e Planalto serrano, chega ao Vale do Rio do Peixe (SCAPIN, 1996; AMADOR, 2015).

Feita esta primeira aproximação, é possível vislumbrar o conjunto de elementos que contribuem para a criação de um cenário o qual forneceu condições necessárias para a introdução dos principais agentes sociais no conjunto de acontecimentos regionais. A seguir apresentaremos elementos que aproximem tais personagens na dinâmica social e econômica do período, evidenciando uma relação de mandonismo, oferecendo argumentos para a compreensão dos fatos que desencadeiam ao longo deste trabalho.

## **1.2 O coronelismo na região do Contestado e entorno da Fronteira Sul do Brasil**

Na Fronteira Sul do Brasil, as reconfigurações no cenário de natureza político-administrativa as quais seguem à proclamação da República, agrupam-se a um elementar crescimento econômico e a uma avançada diferenciação social que às dinamiza. Desde então, percebe-se especificamente que o poder dos chefes locais ganha forças com a instrumentalização do poder público encarnado pelas coesões oligárquicas estaduais ou diretamente de grupos privados nacionais e estrangeiros ligados à implementação de projetos econômicos. Objetivamente, o poder é uma das ferramentas à disposição dos coronéis de sucesso financeiro, no objetivo de envolver autoridades empossadas pelo governo central. O lançamento e a cobrança de impostos torna-se uma ferramenta política, a qual era controlada pelos estados e municípios. Para garantir o poder local, o Estado lança mão de significativas quantias financeiras, as quais reduzem as condições de autonomia política estadual tornando as decisões mais importantes em questões locais. A subordinação crescente dos coronéis, os antigos e novos artífices da política, e as relações estabelecidas entre coronéis e autoridades judiciais tidos como amigos políticos diante de um cenário de ambiguidades, tornaram as oligarquias estaduais, serviçais dos interesses de suas clientelas políticas (MONTEIRO, 1974, p. 28-19).

Conforme é possível constatar no item anterior, no qual tratamos dos processos de ocupação do espaço e o desenvolvimento agropastoril e econômico, a formação latifundiária no interior do Paraná e especialmente em Santa Catarina, conforme orienta Tonon (2011), tem origem no Segundo Reinado, ganha forças com a Lei de Terras de 1850 e consolida-se no início do período republicano. Neste sentido, conforme infere Monteiro (1974), a ambiência de negociata de terras se instala beneficiando chefes políticos da situação, integrantes das oligarquias e coronéis influenciadores do interior, os quais se tornam integrantes minoritários do sistema financeiro, tirando proveito do surto econômico (MONTEIRO, 1974, p. 30).

Na região de Fronteiras Sul-Brasileiras, com a fixação de estancieiros dedicados ao suprimento das demandas da indústria do charque, intensifica-se a necessidade de investimentos e mão de obra. No território catarinense, a região de Lages e Campos Novos, recebe a ocupação de criadores de gado e descendentes de fugitivos de guerras e revoluções. Assim, a frente pastoril se estende até os limites de Irani e Palmas, na divisa entre Santa Catarina e Paraná. Com a pecuária extensiva, formam-se nesta região grandes fazendas constituídas por famílias que originaram grandes coronéis da Fronteira Sul do Brasil, como os Ramos, em Lages

e a família Raupp, em Campos Novos, no estado de Santa Catarina. Já no Paraná, destacam-se a ascendência dos Araújo Pimpão, em Palmas; Amazonas Marcondes e Manoel Fabrício Vieira em União da Vitória (TONON, 2011; PEIXOTO, 1995).

O termo coronel é originário de um posto da Guarda Nacional, criada no período do Império, em 10 de agosto de 1831 e extinta em 1918 já na República. Conforme orienta Leal (1996), a Guarda Nacional tinha como principal atribuição a coibição de movimentos revolucionários e a repressão aos grupos sociais, de acordo com os desígnios dos senhores de terras. Nestas circunstâncias, os principais postos eram ocupados por mandatários locais, assim, com o passar do tempo, a patente de coronel deixou de ser uma designação exclusivamente militar para evidenciar também o poder político desses mandatários que, invariavelmente, também eram proprietários locais (LEAL, 1986). Para ter acesso à uma carta-patente de coronel, o postulante deveria deter amplos recursos, uma vez que o coronel deveria responsabilizar-se pelos custos do fardamento e das armas no valor de 200\$000 (duzentos mil réis) de renda anual nas cidades e 100\$000 (cem mil réis) no meio rural (TONON, 2011, p. 265).

Na personificação do característico coronel, Carvalho (1985) esclarece que por muito tempo tal figura correspondeu ao fazendeiro possuidor de diversas propriedades em vários distritos. O coronel fazendeiro, segundo o autor, era a firme representação daquilo que mais se aproximava do histórico senhor dos engenhos da antiga sociedade patriarcal. De acordo com o autor, seguindo esta lógica, o coronelismo é visto como um sistema político construído por uma complexa rede de relações abrangendo compromissos recíprocos. Datado historicamente, o coronelismo sugere uma aproximação de um fato político com uma conjuntura econômica. Tal fato político caracteriza-se pelo federalismo implantado pela República, substituindo ao centralismo Imperial. O modelo federalista confere a criação do governador de estado, um novo ator político com amplos poderes. Durante período Imperial, o então presidente de Província apresentava-se como um homem de confiança do Ministério, entretanto não tinha poder próprio e a qualquer momento poderia ser substituído. Assim, não lhe facultava condições de montar suas bases de poder na Província à qual, por vezes, era alheio. Lançar-se como candidato a deputado ou buscar uma vaga no senado era o limite de suas forças (CARVALHO, 1985, p. 131).

Visto como o período mais longo do processo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo, o coronelismo está ligado ao momento histórico de transformação da Primeira República (1889 e 1930). Com existência limitada a esta fase, seu fim está vinculado à simbologia da prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930, entrando em declínio em 1937,

na sucessão da implantação do Estado Novo e a queda de Flores da Cunha, considerado o último dos grandes caudilhos gaúchos (CARVALHO, 1985, p. 132). No contexto da região do Contestado, ao longo do predomínio coronelista, tal modelo de liderança, conforme infere Tonon (2011, p. 269), comandou representativo número de vaqueanos e jagunços, que, conforme esclarece Peixoto (1995), são capangas mobilizados por mandonistas locais, garantidores de posses e usurpações locais. Para o autor, vaqueanos eram civis incorporados as forças legais, lutando ao lado de militares, uma vez que possuíam conhecimento indispensável sobre a região e conflito. Já os chamados pejorativamente de jagunços no período do conflito, são líderes de briga desligados de forças legais que chegaram a assumir o comando dos movimentos do Contestado. Agregados e correligionários completam a oferta de defensores coronelísticos capazes de neutralizar intrusos e invasores. O uso do referido aparelhamento humano se dava na ação de controle de conflitos locais e regionais, os quais surgiam esporadicamente envolvendo questões de ordem política, como expulsão ou eliminação de adversários, atuando ainda em questões envolvendo a usurpação de terras. A força opressora baseada na violência operou sistemicamente ao longo do período do coronelismo regional, fazendo valer suas raízes culturais advindas da formação originária riograndense e caudilhesca, que, para o autor, encontra razão de existência nas revoluções Sul-Brasileiras (TONON, 2011, p. 273). A prática do aluguel de serviços de vaqueanos era, segundo Machado (2004), bastante comum na região do Distrito de Santa Cecília de Rio Correntes, atual município de Santa Cecília-SC, onde diversos homens ocupavam-se no acompanhamento de tropas quando da desafiadora descida da serra, onde costumavam acontecer ataques de bugres os quais agiam naquelas zonas. A atividade se intensificou à medida que a descida rumo ao Vale do Itajaí, por Pouso Redondo, seguindo em direção à Blumenau, tornou-se uma alternativa para a venda ou abate do gado produzido nos campos serranos. Estrategicamente os vaqueanos viajavam à frente dos grupos e pelas áreas de flancos, procurando surpreender os bugres na espera. Ao atacar as tropas, os nativos raramente costumavam levar as mercadorias. Na maioria das vezes estavam em busca de sacos de tecidos e fivelas de metal (MACHADO, 2004).

Com o passar dos anos, as atribuições dos vaqueanos foi se distanciando das origens de manejo do gado e estrita função de grupos guarnecedores, assumindo o papel ao longo das primeiras décadas do século XX. A prática de recrutamento de vaqueanos tornou algo tão comum e aceitável, segundo Tonon (2011), que em 1905, o antigo maragato Demétrio Ramos chegou a ter sob o comando dele cerca de 600 homens fortemente armados, agindo à favor do governo catarinense, desconsiderando os tradicionais ideais de rivalidades com chimangos.

Outro fazendeiro considerado um dos principais líderes ruralistas da época era o coronel Manoel Fabrício Vieira. Baseado na região de Canoinhas, costumava fornecer grandes contingentes ao Governo Federal quando a situação fugia do controle governamental (TONON, 2011, p. 275). Utilizados em diversos períodos como contingentes a serviço das oligarquias econômicas e políticas, os vaqueanos passaram de defensores das posses de grandes coronéis, para integrantes do Exército do Paraná durante o período da Guerra do Contestado (1912-1916), sendo comandados por diversos líderes vaqueanos, inclusive incorporados às tropas legais. Durante o período, grande grupo de vaqueanos que poderiam certamente chegar à 300 homens, são integrados ao corpo de segurança da companhia norteamericana *Southern Brasil Lumber and Colonization Company* (TONON, 2011; RODRIGUES, 2008), destacada para projetos de modernização na região.

Para Machado (2004), a base do poder político dos coronéis advinha da grande propriedade fundiária, que invariavelmente era habitada por expressivo número de peões e agregados, os quais constituíam-se de homens de confiança, que integrados à fazendeiros, posseiros e lavradores da vizinhança, conferiam lealdade ao chefe político local. Neste sentido, o coronel apresentava condições ideais para decidir eleições municipais e influir em eleições no cenário estadual e nacional. Como reforço à imagem de poder dos coronéis do Sertão do Contestado, somava-se ainda a prática de poderes, exercidas em resoluções de rixas, julgamentos e arbitragens, as quais eram respeitadas pelos titulares de contendas, exercendo ainda funções policiais, as quais contavam com o efetivo de capangas e agregados. Como parte integrante da estrutura de poder, apresentavam-se as alianças políticas regionais e estaduais, que garantiam a obtenção de favores na nomeação de funcionários do estado em postos estratégicos, como delegados, juízes, promotores e até mesmo coletores de impostos. A possibilidade da concessão de verbas públicas para obras locais e o cerceamento à ascensão política de seus oponentes (MACHADO, 2004).

Seguindo na visão de Machado (2004), os coronéis tinham como incumbência a responsabilidade de zelar pela condução e resolução de demandas originadas em sua clientela política, a qual acrescia-se de pequenos integrantes do comércio. É consenso entre os autores que as iniciativas dos coronéis eram decisivas em pleitos eleitorais.

Os coronéis eram mais respeitados pela capacidade de mobilização miliciana particular do que propriamente pelo controle do voto o qual se dava em uma sociedade majoritariamente composta por massa rural analfabeta, muito embora uma coisa estivesse ligada à outra (DANTAS, 1996). Neste conjunto da obra, para Machado (2004), as impressões de Dantas



têm a vocação de considerar o coronelismo não apenas como um sistema político, mas como uma estratégia de dominação de classes. O autor considera ainda que o conceito defendido por Dantas (1996), quando versa sobre o coronelismo no Planalto catarinense, mais objetivamente à região de Curitiba e Canoinhas, onde lideranças locais firmaram-se ao longo das décadas iniciais de do século XX mesmo sem ocupar cargos públicos mas a partir da influência política em que se pese o quantitativo de homens e armas acessíveis à mobilização. Voltando à análise, para para o autor a atuação do coronel Manoel Fabrício Vieira, desde o Planalto Norte, o Vale do Iguaçu e o Sul do Paraná, por longo período entre a Revolução Federalista (1893-1895) até a década de 1930, tal fundamentação se confirmaria pelo fato de que o exercício de suas prerrogativas inerentes a patente se deram sem jamais acumular cargo público. Da mesma maneira, segundo o autor, podem ser inferidos os nomes dos vaqueanos Chico Lino, Leocádio Pacheco, Lau Fernandes, Salvador Dente de Ouro, Nicolau Bley e Pedro Ruivo, tidos como chefes locais dada a liderança de grande efetivo de capangas o qual se aproximava dos milhares, em auxílio às tropas oficiais na condição de liderança exercida por meio de um poder de fato em abrangentes regiões, sem necessariamente depender de qualquer processo de legitimidade eleitoral (MACHADO, 2004).

Ao longo de distintos períodos, conceitos amplamente versados por vasto número de autores, como “*mandonismo*”, “*clientelismo*”, “*patrimonialismo*”, “*parentela*” e “*compadrio*”, irão se articular na edificação da base de poder e relacionamentos inerentes ao coronelismo. Presente na literatura hispano-americana, sendo entendida como “*caciquismo*”, o “*mandonismo*” é um dos modelos estruturais oligárquicos ligado ao período do coronelismo que, de acordo Carvalho (1985), relaciona-se à presença local de uma estrutura específica de poder. Nela, mandatário entendido como potentado ou chefe, podendo este ser o próprio coronel, é o indivíduo que em função do controle de algum bem estratégico, normalmente a posse da terra, desempenha sobre a população a dominação pessoal e arbitrária, impedindo a comunidade do livre acesso ao mercado e à sociedade política. O autor esclarece ainda, que não se trata de um sistema, é invariavelmente uma característica da política com raízes tradicionais. Historicamente, existe desde o início da colonização, sobrevivendo em regiões isoladas tendendo a desaparecer por completo a partir da efetivação da cidadania plena (LEAL, 1980, p. 12-13; CARVALHO, 1985, p. 133-148).

Por vezes confundido com o coronelismo, o “*clientelismo*”, de maneira geral, indica uma forma de relação entre sujeitos políticos que envolve a concessão de benefícios públicos, como empregos ou vantagens de isenções fiscais em troca de apoio político-eleitoral,

principalmente na forma de voto (Carvalho, 1985, p 139). Neste sentido, confere o autor, que clientelismo seria uma propriedade variada de grandes sistemas políticos, o qual apresenta fortes traços que o aproximam do mandonismo. Desta maneira, infere o autor que clientelismo, seria um mandonismo bilateral. Na lógica de Carvalho (1985), as divergências conceituais entre autores não acabam drasticamente em conceitos tradicionais e em linhas gerais, podem ainda ser trazidos para baila entendimentos fundamentais conectados ao clientelismo e ao patrimonialismo. Este último, conforme define o autor, apresenta forte presença ao longo dos períodos do coronelismo em que o “patrimonialismo” causava confusões entre o público e o privado. Neste sentido, o estado utilizava-se ainda de serviços do clero para executar tarefas como registros de nascimento, de casamento e de óbito, entre outras atividades chanceladas pelo Estado (CARVALHO, 1985, p. 134-146).

A visão de Machado (2004) apoiada Maria Isaura Pereira, identifica ainda uma outra característica social do universo coronelístico que segundo ele é como “parentela”. Segundo o autor, o termo tem origem nos estudos de Jean Blondel, em relação à política da Paraíba. Origina-se no próprio parentesco simbólico, criado a partir dos laços de compadrio. Para compor a lógica situacional de poder a qual emerge dos coronéis, Machado (2004) pondera que a estrutura política do referido grupo, especificamente nas regiões do Contestado, consolidava-se principalmente no entorno do Partido Republicano, contando ainda com uma vasta rede de jornais, comandados por coronéis, os quais com o apoio de bacharéis e profissionais liberais, controlavam as conduções editoriais da imprensa conduzindo os destinos da notícia desde as cidades serranas de Santa Catarina até Curitiba, no Paraná (MACHADO, 2004, p. 95).

No que tange às relações eleitorais, além da dependência econômica do eleitor sertanejo diante do coronel, Tonon (2011) esclarece que a sujeição também revelava-se por meio da relação de vínculos afetivos daquilo que para diversos autores é entendido como “*compadrio*”, costumes culturais os quais conduziam o sertanejo à fidelidade eleitoral tendo o coronel como protetor. O batismo era considerado uma ação que equilibrava as forças entre chefe e chefiado, originando obrigações mútuas entre padrinho e afiliado. Assim, eleitor dos Sertões, passava a aceitar livremente a sugestão patronal, votando no candidato indicado pelo coronel, rompendo a lealdade em circunstâncias muito específicas de descaso ou mágoa. Os interesses econômicos da classe coronelista no entanto, antecediam as relações paternas e pessoais (TONON, 2011).

Os sertanejos inserem-se nesta conjuntura, na condição de uma “*clientela*” a qual adere aos avanços econômicos decorrentes da inserção do capital estrangeiro e as transformações das pactuações políticas envolvendo o poder coronelístico e a força oligárquica. Com deflagração

da Guerra do Contestado (1912-1916), a expulsão dos ocupantes de terras, os quais são rotulados como “*intrusos*” e a modernização da exploração madeireira, leva à ruína os pequenos produtores locais. Um novo século havia começado, podendo ser visto como o século do dinheiro, das negociações e explosão da violência crua (MONTEIRO, 1974, p. 31). A presença de forças transnacionais concomitante ao advento da República abalam as relações sociais consideradas estáveis entre coronéis, estruturas oligárquicas e sertanejos dos confins catarinenses. A nova conjuntura político-econômico, e os conflitos na região do Contestado, causam a exposição das condições de fragilidade do sertanejo diante dos coronéis, causando a ruptura nos laços de confiança entre o sertanejo e o coronel, levando o homem do Sertão, a perda de seu modelo de existência. Para Monteiro (1974), isto está relacionado à uma crise no compadrio interclasses como expressão de modo paradigmático. O atentado contra a vida dos próprios padrinhos, praticadas pelo líder caboclo Adeodato, gerando a ruptura e a desmistificação daquilo que o autor define como compadrio interclasses, pode ser indício da reconfiguração de uma das mais fortes amarras que conectavam um ao outro (MONTEIRO, 1974, p. 75).

No final do século XIX e início do século XX, a região do Contestado experimentava o crescimento econômico estimulado pelo mercado exportador de erva-mate e madeira, atividades específicas das regiões do Norte catarinense e Sul paranaense. Já na porção Sul de Santa Catarina e Noroeste do Paraná, notava-se o crescente aumento dos rebanhos bovinos criados para o atendimento às demandas do charque que aliado ao produto gaúcho abastecia amplamente o mercado consumidor de distintas regiões. Como acontecimentos seguintes, temos a modernização econômica, a atração de imigrantes europeus e o povoamento de regiões rurais e conseqüente crescimento populacional urbano. Com o advento da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRS), interconectando o Sudeste ao Sul, a mão de obra construtora passa a representar uma oportunidade para trabalhadores os quais são atraídos de diversas regiões do país e do exterior. O pós-construção, na visão Tonon (2011), fará de ex-operários o ingrediente ativo para o aumento do contingente humano no ajuntamento de sertanejos expropriados. Para Tonon (2011), o aporte de capital transnacional aliado à exploração da madeira e projetos de colonização, integram-se ao conjunto de transformações em curso na região do Contestado. Observa-se que o coronelismo em fase de transição consegue perceber este momento e passa a fortalecer seu poderio econômico associando-se direta ou indiretamente ao cenário de mudanças. Por outro lado, as novas forças econômicas conseguem notar o poder

coronelístico e intencionados ao estabelecimento de novas relações de trabalho, constroem alianças com os coronéis, nas quais aproximam-se das oligarquias estaduais.

Tonon (2011) discute também a instauração da rebeldia sertaneja a partir da ruptura de laços entre coronéis e sertanejos nas relações de compadrio e parentela. Uma análise do final do Movimento do Contestado em 1916, aponta, para o enfraquecimento das forças coronelistas que inicia com o desmonte do movimento sertanejo, seguido pela atualização da legislação eleitoral que retira das câmaras municipais a responsabilidade pelo alistamento de eleitores e a apuração eleitoral. O abrandamento gradativo do poder coronelístico, conforme pontua Tonon (2011), tem origem em uma teia de acontecimentos locais e regionais. Para o autor no Sul do Brasil, ao contrário de regiões como o Sudeste do país, cuja economia baseou-se na produção cafeeira, especialmente na região do Contestado, a economia atrelou-se ao extrativismo da madeira, erva-mate e pecuária, vinculando-se à um modelo agroexportador. Deficitário, o setor se retrai, diante de novos modelos econômicos baseados no transnacionalismo e na penetração de imigrantes, que assumem gradativamente as forças econômicas locais e regionais (TONON, 2011).

No Brasil conforme versa Tonon (2011), o poder coronelístico efetivou-se ainda na República Velha, insurgindo-se a partir da decadência de tal modelo. Observa-se, na visão do autor que o enfraquecimento do poder coronelístico na região do Contestado confirmou-se nas duas primeiras décadas do período republicano. O aumento do prestígio político, influencia múltiplas funções econômicas e sociais que passam até então a ser exercidas diretamente pelos coronéis, faz surgir uma nova classe, a dos “camaristas”, que eram pessoas eleitas para a vereança, mas que representavam os desígnios do próprio coronel, uma vez que eram apoiados por tais estruturas, evidenciados ao longo do período em municípios como Palmas, e União da Vitória, no Paraná e em Canoinhas, Curitiba e Campos Novos em Santa Catarina. A subcategoria passa a atuar como legisladores à mando da classe coronelista. Os camaristas participavam indiretamente das administrações públicas, indicando parentes para cargos e estabelecendo assim relações de compadrio e parentela com os coronéis. Desta maneira, observa-se que as subdivisões e surgimento de novas classes, fragmentaram e enfraqueceram a capacidade de dominação coronelista (TONON, 2011, p. 271). É neste ambiente que o “nepotismo” passa a prevalecer.

Com a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRS) e a ocupação territorial no Vale do rio do Peixe e regiões adjacentes, surgem nomes como os do coronel Manoel Fabrício Vieira, chancelado ao longo de diversos episódios das primeiras décadas do

século XX, atuando em favor dos interesses de grandes estancieiros da época. No pós-guerra no Contestado novas forças econômicas emergem no interior de Santa Catarina, reconfigurando as relações de trabalho, especialmente com a implantação da Lumber, uma madeireira subsidiária do Sindicato Farquhar, holding internacional, controlada pelo capitalista estadunidense Percival Farquhar (TONON, 2011, p. 278; MACHADO, 2004, p. 323).

O período que sucedeu a construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRS), na primeira metade do século passado, abriu espaço para a criação do município de Chapecó e consequente colonização do Oeste e Extremo Oeste catarinense, especialmente pela atuação da Colonizadora Bertaso, Maia e Cia., em 1920. Ao longo de distintos períodos, novas associações e modelos coronelistas vão aderindo ao formato original do referido modelo de poder. Em Santa Catarina, em especial no Oeste e Extremo Oeste, verifica-se o aparecimento da figura do delegado e o subdelegado, representações de poder as quais garantem proteção aos grupos ligados aos coronéis, praticando a perseguição aos opositoristas do referido sistema ou rivais políticos. Entretanto, como a Revolução de 1930 e a prisão de Flores da Cunha em 1937, o coronelismo foi se adaptando ao Estado Novo e ao populismo no limiar das décadas de 1950 e 1960 (HASS, 2014, p 322).

De volta ao Oeste Contestado, observa-se que o domínio das companhias colonizadoras, por décadas, reinou quase que absoluto com exceção de momentos singulares, como os protagonizados pelo Coronel Fidêncio Melo e João Pequeno, quando da tentativa de colonização da região de Passos Bormann. O surgimento da Era Vargas garantiu em 1932 a nomeação de Alberto Bertier de Almeida como prefeito de Chapecó. Neste novo ciclo, observa-se que na transição do coronelismo de poder para o coronelismo de clientelismo, a ação política passa do uso da violência para o aparelhamento de alianças políticas e formas mais sutis de dominação e perpetuação do poder (HASS, 2014, p. 328). Entre os principais acontecimentos os quais encontram-se inseridos neste contexto que perpassa as três primeiras décadas do século passado, destaca-se a atuação do coronel Manoel Fabrício Vieira, o qual a partir de seu grupamento de vaqueanos e serviçais, formado com o recrutamento de antigos soldados revolucionários desligados das forças no Pós-Revolução Federalista (1893-1895), torna-se a principal liderança coronelística do interior catarinense (DALLANORA, 2019).

Entre o bando de capangas, evidenciar-se-á a presença de José Antônio de Oliveira, o Zeca Vaccariano, personagem que se apresenta na história do Vale do rio do Peixe em um primeiro momento como um ervateiro, já que o produto dos sertões interessava aos recém chegados porque para a retirada bastava um facão o sapeco e o carijo. Gaertner (1974),

identifica Vaccariano como um dos interessados na colheita da planta. Por volta de 1906, Zeca teria ocupado terras junto à foz do rio Preto, onde mais tarde surgiria a atual comunidade de Ipoméia. O local, no entanto, já estava destinado à colonização e bastou Mikochevski, diretor da colônia, denunciar a intrusão, que Vaccariano rebelou-se, promovendo um tiroteio contra a casa do líder da colonização. Nesta primeira década do século passado, Santa Catarina tinha pouco mais de 74.150 quilômetros quadrados de extensão, com uma população aproximada de 450.000 habitantes, o que de acordo com Gaertner (1974), oferece uma condição de uma densidade demográfica relativamente baixa, com uma média de 57 habitantes a cada quilômetro quadrado. Contudo, considera o autor que a região mais povoada restringia-se a de Serra abaixo, Litoral e Vale do Itajaí, enquanto que no Planalto, a população era rarefeita. O município de Lages apresentava-se com cerca de 10.000 habitantes, a Vila de Curitiba, não mais que 600 moradores, seguida por Campos Novos com apenas 500 habitantes e uma vasta faixa de terras (GAERTNER, 1974).

É neste cenário de ocupação territorial e o anúncio da construção de uma imponente ferrovia atravessando os Sertões catarinenses, que Vaccariano e Vieira unem forças ao vislumbrarem um ambiente favorável ao pleno concurso que combinariam elementos característicos do conjunto do mandonismo apresentados nesta sessão.

### **1.3 A construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande e o cultivo da violência na região do Contestado**

Símbolo de um período de transformações sociais e econômicas, o cenário visto das janelas de um vagão, é a firme representação paisagística de grandes conquistas proporcionadas pelo trem. No Brasil colonial, as ferrovias foram introduzidas com investimentos privados em 1852, quando o empresário Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, constrói a primeira ferrovia brasileira. Em seguida as ferrovias ligaram Recife ao São Francisco, em 1858. Outras oito importantes ferrovias são concluídas e operacionalizadas até 1883, quando os trilhos finalmente chegam ao Sul do país pelo trecho férreo ligando Paranaguá a Curitiba, litoral paranaense. No ano seguinte Porto Alegre conectou-se a Novo Hamburgo, na região metropolitana do estado gaúcho e finalmente, em setembro de 1884, o trem percorre majestosamente os trilhos da Dona Tereza Cristina, no Sul de Santa Catarina.

As ferrovias dominaram a logística nacional alcançando os então mais distantes pontos do Brasil, tanto que em 1919 o país já possuía 28.128 quilômetros de malha ferroviária, sendo que a maior expansão se concentrava do estado de São Paulo que nesta fase somava 18 ferrovias. O país atingiu o ápice ferroviário chegando à 37.000 km de linhas férreas presentes em 22 estados brasileiros. Além dos traçados ferroviários paulistas e a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRS), outras ferrovias importantes que surgiram ao longo de distintos períodos ganharam destaque: a Estrada de Ferro Vitória a Minas, em 1903, a Ferrovia Madeira-Mamoré em 1912 e a expansão no Sul com a ligação entre Mafra, Corupá, Rio Negro e São Francisco do Sul, que conectaram Curitiba, garantindo também acesso aos portos de São Francisco e Paranaguá já em 1917 (A LINHA, 2022; THOMÉ, 1983).

No interior catarinense, a conexão ferroviária que ligaria a região Sul ao Sudeste brasileiro chegando à capital da nova república se estabeleceu por meio da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande - (EFSPRS), uma ferrovia com 1.403 km de extensão, projetada em 1888, pelo engenheiro João Teixeira Soares (MEMORÁVEL, 2011; A LINHA, 2022). Este traçado integraria o Brasil atravessando o estado de Santa Catarina pela margem esquerda do rio do Peixe, área habitada por indígenas e caboclos. Este trecho de 380 quilômetros ficaria conhecida como a Ferrovia do Contestado, já que do território, mesmo que sob domínio do Brasil, era reivindicado pela Argentina.

**Figura 1 – Mapa cartográfico da Região do Contestado**



Fonte: Acervo Memorável Trem de Ferro (2011)

A obra que possibilitaria uma interconexão então capital Federal do Rio de Janeiro às regiões fronteiriças do Brasil com a Argentina e o Uruguai, precisou ser operacionalizada por dois eixos construtores. De Santa Maria, no interior gaúcho, partem em 1890 as obras do Sul, executadas pela *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésilien*, uma empresa internacional, fundada por investidores europeus (RÜBENICH, 2002; MEMORÁVEL, 2011; A LINHA, 2022). Na etapa Norte, as frentes de serviço são iniciadas anos mais tarde, em 1897, na cidade de Itararé, no interior paulista, onde uma grande estação ligaria o traçado à Sorocabana (RÜBENICH, 2002; THOMÉ, 2009; THOMÉ, 1983; MEMORÁVEL, 2011; A LINHA, 2022). Entretanto, o ritmo das obras não atendia as previsões de execução e constantes atrasos demonstravam o comprometimento do projeto. Assim novos prazos foram estabelecidos e para que a obra ganhasse a celeridade pretendida, o empreendedor norte-americano Percival Farquhar adquire o controle acionário da Companhia São Paulo-Rio Grande e assume a concessão, integrando a empresa à holding Brazil Railway Company (VALENTINI, 2003; THOMÉ, 2009; THOMÉ, 1983; MEMORÁVEL, 2011; A LINHA, 2022).



Para maximizar os lucros, o grupo estadunidense associa a construção ferroviária à extração florestal e a exploração de terras, criando a *Southern Brazil Lumber e Colonization Company*, que se torna a maior indústria madeireira da América Latina, explorando áreas de concessão em uma faixa de 15 quilômetros de extensão, em cada uma das margens da ferrovia. Para garantir a execução da ousada ferrovia, o engenheiro Achilles Stenghel é contratado pelo diretor geral da Companhia, Gaston Cerjat, que para tocar as obras e de imediato, instala um escritório na Fazenda São Roque em Calmon (THOMÉ, 1983; VALENTINI, 2003; THOMÉ, 2009; A LINHA 2022). Conhecido pelo desempenho a qualquer custo, Stenghel recruta mais de 4.000 homens, chegando ao total de 8.000 trabalhadores vindos de diversas regiões do país, mas principalmente da região e até mesmo do exterior, especialmente do Velho Continente (THOMÉ, 2009).

O novo modelo operacional dividia as turmas em numerosos grupos que passaram a ser controladas por tarefeiros agrupados por empreiteiros, responsáveis por cada trecho. Os empreiteiros faziam uma redistribuição, subdividindo os turmeiros em sessões ao longo da extensão da linha em construção (THOMÉ, 2009; A LINHA 2022). A ausência de legislação trabalhista como marco regulatório das contratações e nenhuma garantia de vínculo empregatício, facilitava, segundo Thomé (2009), a atuação de grupos terceirizados, promovendo ainda a inserção de ex-presidiários, desertores e foragidos da justiça atuando lado a lado com pais de famílias e trabalhadores honestos (THOMÉ, 2009; THOMÉ, 1983; MEMORÁVEL, 2011).

Com um cenário concorrente para a convulsão social e humana ao longo dos anos que sucederam-se as obras da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, os períodos foram marcados pela violência física moral, institucional e individual, empregue contra operários construtores. Este capítulo da história ferroviária foi amplamente examinado por Espig (2008), onde a pesquisadora revela que foi possível investigar e contextualizar sobre o Corpo de Segurança da Construção, aspectos relacionados aos armazéns dedicado ao abastecimento dos trabalhadores pela companhia, além de breves inferências sobre os ataques à trabalhadores, realizados por nativos que habitavam a redondezas, entre Porto União e Caçador. A autora infere que apesar de os turmeiros representarem a categoria onde se concentra o maior número de profissionais, há fragilidade de informações e carência de fontes.

Criado a partir de 1908, com a presença de Achilles Stenghel, o Corpo de Segurança da Companhia é identificado, segundo Espig (2008) como força repressora, cujas ações não se resumiam aos campos jurisdicionais da empresa, mas atuando de forma policialesca contra

moradores locais. Muito provavelmente, conclui a autora, que o Corpo de Segurança teria sido incorporado à defesa das serrarias da *Lumber* a partir de 1912, após Stenghel recusar permanecer no quadro empresarial da *Brazil Railway Company* – (*BRC*). Embora discutível, o número de homens da guarda patrimonial, acredita a autora, que tenha variado ao longo da atuação, dependendo da evolução da obra e ao julgar por relatos de diversos autores, possivelmente transitou entre 80 e 200 praças. As reclamações por parte de operários, surgiram muito antes da presença do referido Corpo de Segurança, norteadas editoriais jornalísticas como as do *Diário da Tarde de Curitiba*, o qual conforme nos oportuniza Espig (2008), deu voz a queixas de remuneração duvidosa, descumprimento de cláusulas contratuais, salários atrasados e preços abusivos praticados pelos armazéns da Companhia. Uma escalada da violência e opressão é constada a partir do ingresso do Alferes Ângelo de Mello Palhares, o comissário Palhares, o qual também é tido como autoridade policial em Calmon a partir de 1909, integrando a segurança empresarial da Companhia (ESPIG, 2008).

A autora apresenta a probabilidade de que a violência de turmeiros contra turmeiros tenha sido um dos argumentos para justificar e legitimar ao Corpo de Segurança revestir-se de poder discriminatório contra os trabalhadores. A lista de ocorrências do período é bastante variável, indo de maus tratos a imigrantes, ataques terroristas à sedes de jornais, ameaça indígena, além de assaltos e assassinatos em períodos de pagamentos. Denúncias de cárcere privado, ameaças de morte contra um subtarefeiro, demissões sumárias ausentes de acertos e até mesmo o sentenciamento de morte e execução por fuzilamento, são alguns dos casos de ações criminais envolvendo o cenário de obras da ferrovia (ESPIG, 2008). O elevado consumo de bebidas, a ausência de autoridades, além da grande quantia de dinheiro em circulação e a prostituição, são elementos apontados como contribuintes para a exacerbação dos ânimos no Vale, em meio a um cotidiano de assaltos, tocaias e cadáveres jogados no do Rio do Peixe. Os raros momentos de sociabilidade, conforme os estudos de Espig (2008), resumem-se aos bailes, embora estes não desfrutassem de boa fama. A presença de homens com família, muito possivelmente era inexpressiva, um raro relato, é de uma mulher que atuava como cozinheira para uma equipe de operários. As queixas generalizadas e a propagação cada vez mais intensa de notícias de maus-tratos praticados pelo Corpo de Segurança, torna a cadeia de acontecimentos perturbadora e ao que tudo indica, tornaria o assunto alvo de reclamação do Juiz de Campos Novos ao engenheiro chefe Achilles Stenghel, que nega os fatos. O caso chega ao Governo do Estado de Santa Catarina, que vê a situação com desconfiança envia um contingente da força federal até a estação de Limeira, entretanto o Ministro de Viação,

Francisco Sá, intervém a favor da *Brazil Railway Company* – (*BRC*) e a questão é minimizada (ESPIG, 2008).

Um acontecimento de extrema gravidade, apresentado pela autora, foi a tentativa de quebra de um contrato fraudulento entre um empreiteiro geral do trajeto Sul, o Dr. Saldanha, e o engenheiro norte-americano Ryant, que levou ao sequestro do grupo de tesoureiros e ao pagamento forçado de 200.000\$000 (Duzentos contos de réis) à um grupo de turmeiros (ESPIG, 2008).

Outro episódio destacado no trabalho de Espig (2008), refere-se a uma greve de trabalhadores em abril de 1909, período em que Stenghel já havia criado o Corpo de Segurança e dirigia as obras ferroviárias. O caso cercado de violência recebeu destaque em jornais da época, tendo relatos da polícia de União da Vitória a um impresso de Curitiba, sobre tiros disparados contra trens e passageiros feridos na região do impasse (ESPIG, 2008). O período também é marcado por uma série de roubos e arrombamentos à residências e casas comerciais, em Ponta Grossa, no interior do Paraná comandados por uma quadrilha de ladrões russos (ESPIG, 2008). A tentativa de homicídio de um operário de origem italiana na região de União da Vitória, PR, em 1910, e um caso de estupro praticado contra um menino de apenas oito anos, filho de um lavrador pobre do interior de União da Vitória, PR, em 1912, são acontecimentos que se integram ao conjunto de argumentos que indicam o clima de hostilidade e violência da época.

Outro acontecimento violento, evidenciando a presença de estrangeiros, está ligado à um desentendimento em 1912 na vila de Canoinhas, entre um grupo de turmeiros do ramal São Francisco e um policial, o que terminou com o assassinato do militar e a condenação da dupla de portugueses Manoel de Oliveira e Antônio Ignacio (ESPIG, 2008; MACHADO, 2004).

Considerado pela autora como um elemento atenuador das críticas, o discurso de progresso e expectativa de avanços econômicos proporcionados pela ferrovia se conectam ao ideário da Superintendência de Curitibanos, o qual evidencia que apesar das agitações envolvendo a questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, o clima de segurança pública se sobressaía na localidade entre os anos de 1908 e 1909 (ESPIG, 2008). À exemplo da construção de outras ferrovias na América, Ásia e África, o conflito e extermínio de nativos também marca a execução das obras da Linha Sul.

Crimes supostamente atribuídos aos chamados “bugres” integram pelo menos dois episódios em 1910 na região de Curitibanos. Em um deles o cidadão Leopoldo Schumaker foi assaltado e assassinado. O outro caso é o do massacre da família Pires, onde várias pessoas

foram mortas e a fazenda incendiada (ESPIG, 2008). Documentos do período mostram, segundo Espig (2008), que as agressões eram de parte a parte, partindo também da equipe da construção. Em meio ao conjunto de acontecimentos que marcaram o período de brutalidade e barbáries, um envolvendo o inconformismo de tarefeiros frente ao modelo de atuação da Companhia, elevaria a violência ao extremo. O episódio que envolve o personagem principal deste trabalho, ficaria conhecido pela história como o Assalto ao Trem Pagador. Segundo diversas fontes como o Translado de Apelação Crime nº 1393 de 1918, em arquivo na Casa da Cultura de Campos Novos, além de literaturas como as de Thomé (2009), no domingo de 24 de outubro de 1909, o tarefeiro Antônio José de Oliveira, o Zeca Vaccariano, marcaria a biografia, como executor do assalto à um grupo de pagadores ferroviários da universalidade. A façanha criminosa do gaúcho vaqueano que se tornaria uma lenda épica, será amplamente versada no próximo capítulo deste trabalho, o qual tratará deste marco histórico das tragédias que marcam a saga das Fronteiras Sul-Brasileiras (THOMÉ, 2009; PRIMEIRO, 2012-2013).

Levada à ferro e fogo, a construção ganha novo ritmo, o que estimula o Chefe do 6º Distrito de Fiscalização da Companhia, o engenheiro-fiscalizador Alberto Gaston Sengés, a participar a novidade ao Ministro da Viação, informando-lhe a possibilidade de se recuperar o tempo perdido e cumprir o prazo contratual de integração dos trilhos ao Sul, desde que a *Companie Auxiliare*, encarregada da execução da etapa entre Passo Fundo e o rio Uruguai, equiparasse o ritmo dos trabalhos aos da São Paulo – Rio Grande (THOMÉ, 2009; A LINHA, 2022; PRIMEIRO, 2013).

A integração definitiva entre os trilhos aconteceu na segunda quinzena de outubro de 1910. Na etapa Sul, a conclusão dos serviços aconteceu em 25 de outubro, ultrapassando a Estação Alto Uruguai, chegando a margem esquerda do rio Uruguai. Quatro dias após, as obras do eixo Norte alcançaram a foz do rio do Peixe, em 29 de outubro daquele ano. Em 17 de dezembro de 1910, o rio Uruguai foi finalmente atravessado pela primeira composição ferroviária chegando ao lado gaúcho através de uma ponte improvisada (RÜBENICH, 2002; MEMORÁVEL, 2011; A LINHA, 2022).

A ocupação desenfreada de terras usadas pelo povo nativo da região, suscita uma revolta armada iniciada em 1912 que entraria para a história como a Guerra do Contestado, que só acabaria em agosto de 1916. O conflito marcado pelo massacre à camponeses, comandado pelo exército do Paraná, teria relação com a riqueza florestal baseada em madeira e erva-mate. Entre as principais características do nebuloso período sangrento onde milhares de adultos e crianças foram brutalmente assassinados, destaca-se o messianismo, a concentração de terras e a

exploração da região por empresas estrangeiras. A guerra só teve fim com a captura dos últimos sertanejos e a execução de líderes caboclos. No auge da guerra, as forças rebeldes do Contestado se agruparam e deram demonstração de poder quando a estação de trem e filial da *Lumber* foram queimadas em Calmon, em 06 de setembro de 1914. Depois do período de guerras, a comercialização de terras e expansão agrícola do Oeste catarinense prosseguiu por décadas, atraindo milhares de colonos de descendência alemã, italiana, francesa, portuguesa, húngara, polonesa, ucraniana, árabe, austríaca e até mesmo japonesa. A simbologia do período colonial está presente na atualidade na arquitetura e desenvolvimento urbanístico do vale do Contestado (RÜBENICH, 2002; VALENTINI, 2003; MEMORÁVEL, 2011; A LINHA, 2022).

Na região do Vale do rio do Peixe, da originária Estação de Porto União da Vitória, fundada ainda antes da definição de limites entre o Paraná e Santa Catarina, até a Estação Rio Uruguai, mais tarde a Estação Volta Grande, a Ferrovia do Contestado chegou a ter 33 plataformas de embarque. A ingerência administrativa levou a corrupção ao império da *Brazil Railway Company* – (*BRC*) que entrou em concordata em 1917. Sem renovação, as concessões foram perdendo a validade, sendo incorporadas uma a uma pelo Governo Federal (A LINHA, 2022; THOMÉ, 2009).

Apresentado o contexto no qual inserem-se os acontecimentos que levaram ao Assalto ao Trem Pagador e as conexões geopolíticas que a construção de uma ferrovia feita com violência representaram para o cotidiano do interior catarinense no início do século passado, nos próximos capítulos trataremos o detalhamento dos acontecimentos que marcaram o crime contra o grupo pagador. O processo investigativo e a trajetória de Zeca Vaccariano no cotidiano social das Fronteiras Sul-Brasileiras, são a base argumentativa a qual versaremos à seguir, reforçando as teorizações e pressupostos apresentados neste trabalho, como elemento dissertativo central.

## **2 ZECA VACCARIANO: DE EX-COMBATENTE À AUDACIOSO ASSALTANTE DO TREM PAGADOR**

A personificação do modelo de fora-da-lei atingiu o imaginário popular pelas telas dos cinemas. Cada qual ao seu tempo e ao seu modo, cristalizaram o protagonismo entre banditismo e heroísmo. No cotidiano real da Região do Contestado, no interior catarinense, Sul do Brasil, Zeca Vaccariano ingressou para a historiografia universal como executor do assalto ao trem pagador.

Neste capítulo trataremos de conceitos como banditismo, relações de poder e mandonismo. A construção textual terá como pano de fundo a reconfiguração social decorrentes da Revolução Federalista, traçando o perfil belicoso do período, apresentando os atores das relações construídas no sertão catarinense. Trataremos dos acontecimentos que levaram um ex-combatente a se tornar um acusado pelo cometimento de um dos principais assaltos do século.

Versaremos, em seguida, sobre a guerra de narrativas protagonizada pela imprensa da época, oferecendo elementos sobre os acontecimentos do pós-assalto, evidenciando a possibilidade da existência de coautoria, além das atividades judiciais referentes ao processo crime e os elementos que levaram ao desfecho deste processo envolvendo Zeca Vaccariano.

### **2.1 A presença de José Antônio de Oliveira na Fronteira Sul do Brasil no Pós-Revolução Federalista**

A origem da família Oliveira em terras brasileiras, segundo o autor João Riel de Oliveira Brito (2009), o qual estuda a genealogia familiar, remonta os períodos que seguem a colonização do Brasil pelos portugueses em 1500. Os relatos, segundo o autor, são de que entre os séculos XV e XVIII, grandes levas de descendentes europeus, originários da família Oliveira, chegaram ao Brasil advindos de Portugal. O estudioso destaca que os primeiros membros da referida família desembarcaram no porto de Santos e na antiga Bahia de Guanabara. Tempos depois, novas levas chegariam à recém fundada Porto Alegre, no antigo Porto dos Casais, ou Porto dos namorados, como a história relata (OLIVEIRA BRITO, 2009).

À exemplo de diversas regiões do Brasil, os ancestrais da geração Oliveira de Brito se fixaram no interior do estado do Rio Grande do Sul, dando assim origem à nova ramificação familiar. Em cidades históricas gaúchas como Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Cruz

Alta, Soledade, Carazinho e Vacaria, a família Oliveira foi se ramificando, com opção por regiões de menor densidade demográfica e grandes espaços de terras disponíveis para a colonização, por valores atrativos. Para o autor, é neste contexto, com a possibilidade da aquisição de grandes espaços de campo, que a referida família passa a figurar no cenário econômico como grandes proprietários coloniais (OLIVEIRA BRITO, 2009).

Entre diversos integrantes da linhagem da família Oliveira, Oliveira Brito (2009) evidencia a existência de um personagem em especial, que entraria para a história universal como executor do assalto ao trem pagador. José Antônio de Oliveira nasceu em 13 de janeiro de 1865, em uma localidade que, pelo relato, muito provavelmente se localizava entre a região de Passo Fundo e Vacaria, nas proximidades da divisa com o município de Soledade, no Planalto Médio do Rio Grande do Sul. Filho do imigrante português Cypriano Antônio de Oliveira, o qual era natural do arquipélago de Açores em Portugal, e da catarinense Antônia Maria de Oliveira, nascida em Lages, região da Serra Catarinense. Os relatos do autor Eloy de Oliveira Brito (2016) encontram-se em um manuscrito, do qual os apontamentos integram a obra *Um Pouco da Minha Vida*, publicada em 2016, em uma homenagem póstuma, feita pelo literário João Riel de Oliveira Brito, sobrinho do referido autor original. Nos relatos familiares o autor procura reunir informações as quais concorrem para a personificação daquele que passaria a ser conhecido pela história pelo codinome Zeca Vaccariano.

Embora não exista registros para a origem da nomenclatura, muito provavelmente, Zeca seria uma inferência ao próprio nome José, que costumeiramente é chamado de Zeca, já o termo Vaccariano, segundo diversos autores, estaria conectado ao local de atuação inicial do referido personagem, o qual também é o gentílico do município gaúcho de Vacaria, na região Serrana do Estado do Rio Grande do Sul complementarmente, segundo o dicionário Aurélio, tal palavra ainda identifica o profissional que lida com o gado (FERREIRA, 1999). Neste trabalho, nos valeremos da grafia original da alcunha Zeca Vaccariano, a qual é amplamente difundida em diversos livros e obras cinematográficas, por constar na pedra angular que sustenta a Cruz do Vaccariano, monumento moldado em trilhos ferroviários, erguido de acordo com a descrição original do local, no interior de Pinheiro Preto-SC, em homenagem às vítimas do atentado contra o trem pagador (THOMÉ, 2009).

**Figura 2 – Pedra que sustenta a Cruz do Vaccariano em Pinheiro Preto-SC**



**Fonte: Acervo Memorável Trem de Ferro (2011)**

Embora as informações sejam referenciadas por meio de obras literárias, convém mencionar que as referidas produções, sejam a de João Riel de Oliveira Brito (2009), ou a de Eloy de Oliveira Brito (2016), buscam sustentação em depoimentos e relatos orais cuja origem vem da família Oliveira, tendo os dados confrontados com referenciais do campo acadêmico. Conforme o próprio autor Eloy de Oliveira Brito (2016, p. 92-93), o pai dele, Amâncio José, o qual teve como esposa, Maria Mafalda, era um dos diversos irmãos de José Antônio de Oliveira, sendo assim, sobrinho do referido personagem. Já o escritor João Riel de Oliveira Brito (2009), que constrói a narrativa da origem da família Oliveira no Brasil, é sobrinho do autor Eloy de Oliveira Brito e por conseguinte, sobrinho neto de José Antônio de Oliveira. Para os autores Oliveira Brito (2016) e Oliveira Brito (2009), do que é possível saber, José Antônio de Oliveira, o Zeca Vaccariano, tinha uma família constituída por 12 irmãos: dentre as mulheres, Generosa de Oliveira, casada com João Tropeiro. Henriqueta de Oliveira, casada com João Fernandes e Anna Maria de Oliveira, casada com Constantino José Vaz. Já o grupo de irmãos homens eram



integrados por Florêncio Antônio de Oliveira, Sebastião Antônio de Oliveira, José Agripino de Oliveira, Manoel Antônio de Oliveira, Marcolino Antônio de Oliveira, João Cypriano de Oliveira, Marcolino Antônio de Oliveira, casado com Virgínia Antunes, Amâncio José de Oliveira, casado com Maria Mafalda de Brito, casal que teve nove filhos, incluindo o próprio escritor Eloy de Oliveira Brito (OLIVEIRA BRITO, 2016).

Na família Oliveira, o ímpeto revolucionário não era exclusividade de Zeca Vaccariano, e à exemplo dele, conforme apontam os autores os irmãos de Vaccariano, Manoel Antônio de Oliveira e José Agripino, também escolheram uma vida marcada pelos fronts da Revolução Federalista (1893-1895). Oliveira Brito (2009), revela inclusive que a vida da família Oliveira teve a trajetória marcada por tragédias e perseguições. Os efeitos da Revolução Federalista (1893-1895) recaíram sobre os familiares, uma vez que o grupo simpatizava com os chimangos, sendo contra os ideais do referido levante, motivos pelos quais foram duramente perseguidos pelo lado oposto, o dos aliados revolucionários. Os pais de Vaccariano, Cypriano Antônio de Oliveira e Antônia Maria de Oliveira, teriam se mudado para a região do Planalto Médio em razão de desavenças familiares após as terras as quais possuíam na então província do Paraná terem sido perdidas em um inventário. O patriarca da família, Cypriano Antônio de Oliveira, exercia uma atividade comercial bastante rudimentar, na qual fazia uso de uma carreta de bois para transportar mercadorias adquiridas no interior do Rio Grande do Sul até a fronteira com o Uruguai, onde eram revendidas. No retorno das longas viagens, Cypriano trazia para casa lã de ovelha, matéria prima que a família usava em teares para a fabricação de roupas, as quais eram comercializadas nas colônias velhas gaúchas, na região de Caxias do Sul (OLIVEIRA BRITO, 2016).

Com o comércio baseado no escambo e outras práticas comuns para a época, a família Oliveira juntou dinheiro e adquiriu terras na região de Carazinho-RS. O autor relata que a propriedade se estendia ao longo de 40 alqueires de terra e ficava a cerca de um quilômetro da vila, que no período era formada por não mais que oito casas e uma igreja a qual tinha Santo Antônio como padroeiro. Nas imediações de Carazinho, a família Oliveira prosperou com uma economia baseada na produção de erva-mate, no cultivo de trigo, milho, feijão e cereais, os quais se desenvolviam bem em áreas rodeadas pela mata nativa e pinheirais. O autor afirma que com o passar dos anos, embora numerosa, a família descendente de Cypriano Antônio de Oliveira e Antônia Maria de Oliveira se espalhou pelo interior gaúcho, não fixando raízes em Carazinho. Neste tempo, Zeca Vaccariano, já moço, se emprega como caixeiro, junto de um comerciante de grandes posses chamado Egídio Carpes. Neste momento se envolve

sentimentalmente com a irmã de seu contratante que não concorda com o romance e o caso termina em tragédia, com o suicídio da moça. Ao chegar de viagem, após longa jornada, Vaccariano se depara com o cenário e segundo o autor, tenta contra a própria vida, mas é impedido por um amigo e levado para a casa dos pais dele. Após vários dias enclausurado, Zeca Vaccariano passa a viajar pela região de Vacaria, onde, segundo Oliveira Brito (2016), se casou, mudando-se em seguida para a região de Campos Novos, na então província de Santa Catarina (OLIVEIRA BRITO, 2016).

Remanescente da Revolução Federalista, à exemplo de vários outros, o personagem central desta história entra em cena. É assim que José Antônio de Oliveira, o qual ganha fama como Zeca Vaccariano, é apresentado por Thomé (2009), ao anunciar a presença do ex-combatente da guerra civil na Região do Contestado, às margens do rio do Peixe. Segundo Scapin (2012), a primeira referência do personagem é de 1896, quando Zeca se estabelece com uma grande bodega na divisa da Fazenda Rio das Pedras (atual centro de Videira-SC), que servia como ponto de parada de tropeiros vindos da região dos Campos de Palmas, PR e Guarapuava, PR. Como comerciante passou a fornecer alimentação para os trabalhadores, se mudando mais tarde para as proximidades do Ribeirão da Cruz. Zeca, teria se casado com a filha de um fazendeiro da família Teles de Alcântara, donos de uma fazenda da localidade a partir de 1875 (SCAPIN, 2012).

Pelos apontamentos de Thomé (2009), Vaccariano seguira os passos de seu então comandante revolucionário, o Capitão Manoel Fabrício Vieira, após ter sido soldado do Exército de Linha, junto das tropas pica-paus. Nos anos finais do Século XIX, Zeca Vaccariano e um grupo de ex-combatentes apossam-se de uma quantia de terra da Fazenda Rio das Pedras, o que seria uma antiga sesmaria pertencente à família Pontes, que até onde se sabe, apresentava laços de parentesco e amizade com a família Vieira. Naquele local, ergueu morada temporária e em seguida abriu um armazém com o objetivo de atender aos trabalhadores da construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG). Ao que tudo indica a ocupação teria sido de maneira pacífica e consentida, já que não há registros de animosidades ou exasperações sobre o ato (THOMÉ, 2009).

Referenciado pela autora Alzira Scapin (1996), embora a vida pregressa de Zeca Vaccariano permaneça oculta até a atualidade, este homem é aceito como morador precursor do município de Videira-SC. Tanto, que a Estação de Rio das Pedras da EFSPRS, que nos dias atuais localiza-se ao centro daquela cidade, faz inferências à foz do Rio das Pedras, o qual desagua no rio do Peixe. A pesquisa da autora levou à constatação de que a nomenclatura se

deve ao fato de o local da edificação ficar aos fundos da fazenda de mesmo nome a qual fazia limites com o rio do Peixe. Narra a autora, que naquele local a moradia rústica de José Antonio de Oliveira, o Zeca Vaccariano, se destacava entre a paisagem. Relata ainda que nas proximidades, em meio à mata nativa composta por pinheirais e árvores muito antigas, haviam pequenos ranchos onde moravam caboclos extratores de erva-mate (SCAPIN, 1996).

Com o anúncio da construção ferroviária que seguiria o curso do rio do Peixe, um vasto número de moradores passou a requerer títulos de posses das terras localizadas nas imediações. O ex-combatente e então morador local, José Antonio de Oliveira, foi um dos que reivindicou propriedade. No entanto, não logrou êxito no intento, tendo em vista que a área pretendida já havia sido outorgada com a denominação de Fazenda Rio das Pedras. Já no sentido oposto, em direção da localidade da antiga Limeira, atual cidade de Joaçaba, as questões territoriais passavam por indefinições. Perante o impasse, Vaccariano conformou-se com a posse de outras duas extensões de terra: uma delas situava-se na região central, onde atualmente está o núcleo urbano de Videira, entre a Avenida D. Pedro II e as ruas Brasil e Alberto Schmidt, chegando até o Hospital Divino Salvador. Até o final da década de 1920, o local constava nas escrituras públicas de compra e venda com a denominação de “Bairro do Vaccariano”. Já a outra área localizava-se na região onde fica a atual comunidade de Linha Imbuial, no interior do município de Videira, SC (SCAPIN, 1996).

Conhecido líder de grupos de empreiteiros, Zeca Vaccariano torna-se um dos empregadores os quais contratavam trechos de roçada às margens do rio do Peixe, local que mais tarde receberia os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Para alguns autores, o personagem é referido como “taifeiro”, ficaremos, entretanto, com o conceito de Espig (2008), que refere-se ao intermediador de serviços, como “tarefeiro”.<sup>1</sup> Zeca Vaccariano pactuou um trecho de abertura de picadas entre a região de Taquaral Liso, atual interior do município de Calmon-SC, e as imediações do que seria mais tarde a vila de Herval, no interior de Campos Novos, atual cidade de Herval d'Oeste (THOMÉ, 2009). A natureza humana do personagem, embora ainda pouco conhecida, constitui-se de um o ciclo existencial que do início ao fim foi permeado pelo uso bélico e emprego da violência, conforme evidencia Oliveira Brito (2016), o qual afirma que entre os episódios que marcam a chegada de Vaccariano na região do então Campos Novos, local que mais tarde passaria a ser conhecido como Contestado, no interior catarinense, está a tentativa de prisão de um franqueado matador.

---

<sup>1</sup> Em função de que o termo “taifeiro” se refere ao trabalho desenvolvido na logística do exército, o que não condiz com a biografia do protagonista.

O caso narrado pelo autor é muito popular entre os mais antigos e assunto recorrente em rodas de conversa nas comunidades no interior catarinense. Segundo relatos, no Sertão catarinense havia um homem, conhecido como “Antônio Petiço”, cuja fama era de matador e assaltante temido pela população dos três estados do Sul. Um desentendimento entre o Coronel Manoel Fabrício Vieira e Antônio Petiço, teria levado Zeca a oferecer os préstimos dele para auxiliar na captura do matador. Zeca foi até o delegado de polícia da Comarca de Campos Novos onde tratou do assunto com as autoridades policiais e após viagem à capital do Estado, retornou com um grupo de 13 soldados e um menino que seria prático das matas locais. Após acamparem durante a noite na floresta, o grupo acordou na madrugada e seguiu pelo caminho que levaria ao paradeiro do procurado. Silenciosamente os homens destacados para a operação cercaram o paradeiro do matador que ficava no topo de uma serra, identificado pela fumaça que saía do fogão. O procurado, ainda com roupas de dormir, levantou de revólver em punho e recebeu a escolta à bala. Ferido no tiroteio, Antônio Petiço correu para o mato onde acabou morrendo. Como prova do cumprimento da missão, relata o autor, que Zeca Vaccariano entregou as orelhas de João Petiço e em troca, como pagamento pela resolução do caso, recebeu 1:000\$000 (um conto de reis) (OLIVEIRA BRITO, 2016).

Mas o principal episódio que colocaria a trajetória de Zeca Vaccariano no conjunto de acontecimentos do início do século passado, ainda estava por vir. Para Oliveira Brito (2016), a sucessão de fatos que marca a empreitada do grupo de assaltantes ao trem pagador, contaria com forte influência política, especialmente advinda de uma importante personalidade brasileira da época, o senador José Gomes Pinheiro Machado. O autor relata que o político gaúcho natural de Cruz Alta, RS, era amigo pessoal de Vaccariano. Conhecido como um dos mais influentes políticos da República Velha (1889-1930), ele próprio teria aconselhado Zeca a manter-se calmo após o atentado contra o trem, que nada lhe aconteceria, já que a razão prevaleceria, trazendo a vitória na causa. Zeca Vaccariano detinha grande prestígio perante outro importante político, cuja família possuía enorme poder e influência na região de Campos Novos-SC, o então superintendente municipal, Coronel Henrique Rupp. Imigrante germânico da região da Baviera, Henrique Rupp chegou à Região do Contestado em 1881, como agrimensor, após ter se formado em Paris e vindo residir em Joinville. Em Campos Novos, fez carreira na política local, ocupando cargos no Legislativo e no Executivo. Como membro da Guarda Nacional, segundo Souza (2012), ajudou o então general José Gomes Pinheiro Machado em combates no Sertão catarinense, tornando-se assim aliado do referido político no período republicano (SOUZA, 2012). Sob a chancela do coronel Henrique Rupp, Vaccariano iniciaria

na década de 1920 a exploração madeireira no Extremo Oeste catarinense, no início da colonização. Conforme Oliveira Brito (2016), Dr. Rupp teria confiado a região Oeste do Contestado ao ex-combatente com a condição de extração madeireira e fixação de residência (OLIVEIRA BRITO, 2016).

Apresentados os elementos biográficos iniciais que sustentam a compreensão do personagem, seguimos para o próximo item, no qual trataremos das relações de poder mobilizadas pela política e o banditismo social.

## **2.2 Banditismo Social e Coronelismo: uma saga permeada por relações políticas e econômicas**

A porção Sul do Brasil, diferente das regiões Sudeste e Nordeste do país, nas quais as iniciativas agrícolas tropicais (algodão, cana-de-açúcar) e a extração de minerais (ouro) garantiram os primeiros períodos de exploração, tradicionalmente apresentou-se vocacionado para o oferecimento de víveres para as demais regiões por meio da pecuária (muars, charque, sebo, couro) e da colheita da erva-mate para exportação à Argentina. Tanto uma atividade quanto a outra, eram exercidas de maneira extensiva. A compreensão deste momento e suas formas produtivas se fazem necessárias como elemento fundamental para alcançar a origem banditismo no Sul do Brasil, caracterizado pelo modo de produção em ambiente inóspito os quais incidiram decisivamente as condicionantes de ordem cultural de tal população (ROCHA, 2020b).

A ousadia da lida com o gado rústico e o processo da extração da erva-mate, integram os elementos que apresentam os riscos do trabalho nas vastidões de campos e matas, exigindo precauções como facões, facas, armas de fogo e relho, tornando-os objetos comuns do cotidiano, concorrendo para o condicionamento cultural da violência, bem como sua legitimação no Meridional do Brasil, especialmente nas regiões marginais dos rios Paraná e Uruguai, combinando atribuições de labor e pistolagem (ROCHA, 2020b; TEIXEIRA, 1998; RENK, 2006). A ocupação intempestiva do território e ausência de definições oficiais de limites instituiu na Região de Fronteiras Sul-Brasileiras os homens da fronteira, indivíduos que à exemplo do que analisa Franco (1997), sobre o interior paulista, projeta-se a partir de valores centrados na coragem pessoal (FRANCO, 1997, p. 51; ROCHA, 2020b, p. 6).

A legitimação da violência na região Meridional é apresentada por Rocha (2020b) a

partir de relatos extraídos de Wachowicz (1985), que refere-se ao Paraná da época como uma zona onde apesar da amizade ser considerada como fundamental, para um homem, andar sem revólver seria comparado com um sujeito andar nú. O autor compreende que o homem rural necessitava andar armado para proteger-se dos perigos da selva. Desta maneira, no Paraná, assassinatos em brigas de bodegas ou corridas de cavalo, não eram considerados criminosos irreparáveis. Já os ataques contra famílias, matar para roubar ou praticar desonras eram atos altamente reprováveis, pois desequilibrava o bem viver nas sociedades pioneiras (ROCHA, 2020b p.7; WACHOWICZ, 1985, p. 110-111).

No que se refere ao interior catarinense, Rocha (2020b) aponta-se em Marquetti (2019) para inferir que o cotidiano do Oeste de Santa Catarina esteve marcado pela violência cotidiana, a qual poderia ser observada como algo necessário, sendo o uso de armas necessário e prestigioso. Com a violência institucionalizada a qualquer momento transformar um homem pacífico, ligado à família, poderia se tornar um criminoso (ROCHA, 2020b p.7; MARQUETTI, 2019, p. 238-249). Nesta conjuntura, o interior catarinense, à exemplo do Sul do Brasil em sua totalidade, historicamente congregou elementos ao longo dos tempos os quais concorrem para conjecturar uma origem para o banditismo social. As características das Fronteira Sul-Brasileiras, de baixa densidade populacional, estimularam a cultura da violência cotidiana a qual se modificou com a afirmação dos limites entre os povos e de naturais iniciativas de modernização (ROCHA, 2020b).

Na Região do Contestado, interior catarinense, o ex-combatente José Antônio de Oliveira, conhecido líder de um grupo de tarefeiros das obras da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, chancelaria a história codinomeado como Zeca Vaccariano, um personagem o qual, dada repercussão dos feitos marginais, pode ser considerado o bandido de maior evidência do início do século passado e de todos os tempos nas Fronteiras Sul-Brasileiras (PRIMEIRO, 2012-2013). O vocábulo “bandido” origina-se no latim (*bannitus*); o que no conceito italiano, *bandito* refere-se ao homem banido, o que independentemente a razão, é posto como um fora da lei. Os conflitos civis surgidos na Catalunha nos séculos XV e XVII trazem como marco o surgimento do termo “bandolero” o qual faz inferência às ações bandidas as quais mais tarde concorreriam para o “banditismo” (GONZÁLEZ, 2009, p. 2; HOBBSAWM, 2017, p. 26; ROCHA, 2020, p. 1). Rocha (2020), infere que na literatura emprega-se os termos bandido e bandoleiro sem que haja a devida distinção entre ações individuais ou grupais, o que sugere que o critério de escolha é notado como uma influência baseada na orientação cultural, que segundo Gonzáles (2009), estariam ligadas a linhas espanhola, portuguesa e inglesa. Ao analisar

entendimentos expressos por Paul Saint Cassia (2001, p. 373), observa-se que o autor evidencia que os conceitos e as características do banditismo são inerentes à abordagem, possibilitando o exemplo de que um caso assuma uma conotação legal, social ou mítica. Na mesma linha, Rocha (2020b), destaca a perspectiva comparativa como metodologia de análise para o banditismo constitui-se de um importante instrumento na detecção de importantes variáveis as quais tendem a aparecer, como é a questão do nível de controle estatal diante o monopólio da violência, o sistema de distribuição e legitimação da propriedade, o nível de desenvolvimento da sociedade civil, a natureza dos processos políticos, as formas de acumulação do capital, a relação entre as elites e o Estado e a condição insegurança e miséria nas sociedades em que os casos são objeto de estudo (SAINT CASSIA, 2001, p. 374; ROCHA, 2020b, p. 2).

Mesmo influenciada pela abordagem disciplinar, refletindo ainda a ambientação do caso, Rocha (2020b) pontua que Pedro Jaén González (2009, p. 3-4) infere uma vasta possibilidade de categorizações distinguindo “ladrões famosos”, “valentões”, “banditismo de natureza religiosa”, “contrabandistas”, “bandido guerrilheiro”, “assaltante de estradas”, “banditismo chantagista” (especialmente por meio do sequestro) e “banditismo político” como os perfis mais recorrentes. Tais diferenciações, na visão de Rocha (2020b), são altamente relevantes não apenas para diferenciar o banditismo em si, mas para a partir das variáveis apresentadas por Saint Cassia (2001), notabilizar tanto os aspectos de natureza do banditismo quanto o pano de fundo da sua ação, o qual manifesta-se como um indicativo da dinâmica da sociedade em que ambienta-se os acontecimentos em estudo.

Como contributo para a questão a qual trazemos à baila, observa-se o contexto ambiental e social no qual insere-se a Região do Contestado, sobretudo o Vale do Rio do Peixe, no período que tem como epicentro a construção da EFSPRS, em que a escalada da violência, conforme já inferida no capítulo anterior, atinge os mais elevados níveis. Nesta construção, faz-se necessário discorrermos sobre os conceitos que envolvem duas categorias específicas do banditismo as quais contribuem para o entendimento dos acontecimentos que envolvem o assalto ao trem pagador, principal ação criminosa do início do século passado na Região de Fronteiras Sul-Brasileiras e elemento fundamental deste trabalho. Para alcançarmos tais desígnios, passamos a considerar o “banditismo político”, já que as intercorrências fundamentais envolvendo a existência de José Antônio de Oliveira, personagem principal deste estudo, apresentam-se com maior relevância a partir deste olhar, o qual com base em Rocha (2020b, p. 9), para uma categorização minuciosa, é necessário conjugar os elementos os quais são inerentes ao conceito de “coronelismo”, composição predominante no referido período a qual torna-se elementar para

uma genealogia do banditismo social. Retomando o que já foi apresentado nesta obra, o coronelismo pode ser conceituado a partir de Vitor Nunes Leal (1975, p. 20), como uma “forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa”. A partir dessa coexistência, Rocha (2020b) aproxima-se de Leal (1975) ao concordar que tais vínculos geram “um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (LEAL, 1975, p. 20).

Autores como Anton Blok (1972) e Paul Saint Cassia (2001) inferem que o surgimento do banditismo político remete à costa do mediterrâneo, mais especialmente à Itália do século XVIII, onde o “*brigantaggio politico*”, ou seja: o “banditismo político”, representava a categoria de bandidos sociais operando aliada a discursos políticos regionalistas e nacionalistas. Para ampliar tal entendimento, Rocha (2020b) evoca Blok (1972) para rememorar que o autor usa categoria para criar um contraponto ao conceito de Hobsbawm (1970, 2015, 2017), que conecta bandidos sociais aos desejos camponeses de resistência e subversão. Nesta linha construtiva, Rocha (2020b) considera fundamental compreender a afirmativa de Blok (1972), que reitera a impossibilidade de compreender o banditismo sem submetê-lo à uma análise a partir da rede de grupos e classes, uma vez que, para atuarem, bandidos conjugavam diferentes tipos de forças protecionistas que alternavam-se entre apoio de parentes e camponeses até a proteção de políticos e autoridades constituídas. Para o autor, tal detalhe relativizaria a categoria revolucionária do bandido, uma vez que ao se aliar com o *status quo*, inclinar-se-ia politicamente para a ala conservadora, enquanto que ao se juntar a grupos contestadores, estaria mais afeito ao universo revolucionário (ROCHA, 2020b, p. 10; BLOK, 1972, p. 498-500).

Isto é o foco central da linha argumentativa a qual configura o perfil de Zeca Vaccariano na definição e categorização de sua identidade bandida. Entretanto, ao referir-se ao Sul do Brasil, Loiva Otero Félix (1996) reitera uma sensível diferença entre o modelo geral do coronelismo que marcou a política brasileira e o conceito de caudilhismo na condição de uma especificidade Sul-Brasileira. Para a autora, o perfil carismático no exercício militar de liderança e a condição de transitoriedade no caudilho, se contrapõem à fase de função política e do estilo mais permanente da ação coronelista (FÉLIX, 1996, p. 35) sinalizando a tênue diferenciação entre os referidos contextos. Como contributo, Rocha (2020b) pontua que no campo político as diferenças conceituais consistiam na condição de que os federalistas (maragatos) manifestavam descontentamento com a ascensão de Floriano Peixoto, o que



convertia-se em força de apoio deste a Júlio de Castilhos na condição presidente da Província gaúcha. A instigação entre os blocos levou à Revolução Federalista (1893-1897), o que torna-se conjuntura fundamental na observância que tal contexto estende-se muito além do conteúdo político, uma vez que a dinâmica dos acontecimentos combinando guerra e política, convergiram para atos de violência que atingiram a totalidade do Sul do Brasil, fazendo aflorar a cultura violenta peculiar da formação fronteiriça e militar sulina, notabilizando de ambos os lados a barbárie instituída pela prática da degola (ROCHA, 2020b, p. 10; PESAVENTO, 1983, p. 89). A revolta armada estendeu-se para os outros dois estados da região Sul do país, contexto já tratado no capítulo anterior em que os rumos da revolução conduziram para a região do Contestado, no interior catarinense, diversos revolucionários, que com o fim dos combates acabaram se integrando aos moradores locais, produzindo interações sociais, impondo suas condutas e modelos de ação amalgamado pelo ideário trazido dos fronts revolucionários (MACHADO, 2004; MEIRINHO, 2009; SÊGA, 2008; PRIORI et al., 2012).

A partir da conjectura lançada por Rocha (2020b), é possível observar que muito provavelmente a Revolução Federalista e o conjunto de códigos de honra e significados particulares de tal ambiência e período possam produzir respostas sobre a origem do ímpeto de banditismo incorporado por Zeca Vaccariano. De toda a sorte, a dinâmica das Fronteiras Sul-Brasileiras, principalmente pela lógica do litígio territorial, pode ser vislumbrada como uma das probabilidades para que cenário concorresse para a expansão do ímpeto de indômito forada-lei. O autor considera que encerrada a Revolução Federalista em 1895, os resquícios da reconfiguração das forças políticas, no contrabalancear de ganhos e perdas, seguiram incidindo seus reflexos na cultura da violência inerente ao Brasil meridional. Ainda evidencia Rocha (2020b), que a afinidade entre a guerra e a política se estabelece na lei da reciprocidade entre a violência para atingir o poder político e o referido poder político para normatizar a violência em favor de determinado grupo.

Nesta condição, o “banditismo político” pode ser entendido como uma variável daquilo que se conceitua amplamente como “banditismo social”, uma vez que não seja possível separar do mesmo os componentes da violência e o uso do bélico. Nos preceitos do literário, tal categoria se estabelece a partir da estruturação do “mandonismo” e “filhotismo”, as quais são inerentes ao coronelismo dos séculos XIX e XX, que na região Meridional é acrescida pelo caudilhismo. Este modelo, além de catalisar a natureza “semiprivada” das relações sociais, evidencia o caráter belicoso dos homens de guerra e fronteira sulina (ROCHA, 2020b, p. 11). Possivelmente seja neste contexto histórico que Zeca Vaccariano protagonizaria o banditismo

social, mantendo a gene de pertencimento ao universo da valentia indômita a qual não tardaria para se revelar. Conforme vem se configurando ao longo da construção deste trabalho, observa-se a interface de preceitos os quais conjugam forças entre o mandonismo, a parentela e o compadrio, os quais integram-se ainda ao banditismo social, sobretudo ao seu aspecto político, na intenção de estabelecer ao personagem Zeca Vaccariano as condições fundamentais para a atuação em múltiplas frentes ao comando do coronelismo e da própria política.

Por conseguinte, Rocha (2020b) discute os conceitos que traduzem o banditismo social como condição de adaptação. Para dar vazão ao pensamento o autor aporta-se em Singelmann (1975), no qual percebe-se que a violência das disputas políticas da época tinha no homem dos Sertões, seus agentes operacionais, sendo que homens sociáveis e pacíficos poderiam ser elevados ao banditismo na legítima defesa de sua parentela, sob preceitos os quais consideravam justos e dignos. Por outro lado, a significância da parentela era ultrapassada sob a perspectiva de posturas e ações tomadas de acordo com o aspecto da conveniência de maneira utilitarista, na lógica pela qual o autor percebe os sertanejos como “homens que se defendiam existencialmente da melhor maneira possível sob circunstâncias anárquicas” (SINGELMANN, 1975, p. 83).

Nas Regiões Sul-Brasileiras, Rocha (2020b) afirma que o banditismo pode ser notado como um dos catalizadores de um processo de transformação social na virada dos séculos XIX para XX. Fenomenologicamente, a cadeia de acontecimentos, segundo o autor, direciona-se ainda ao meio do século XIX com o advento da Lei de Terras (1850), o que com a Proclamação da República (1889), agilizou modernização e a industrialização no final do século. A delimitação do espaço privado e o avanço de obras monumentais, as quais convergiram para a geração de tensão entre as classes economicamente inferiores a partir da confluência de elementos culturais da violência cotidiana, a rusticidade da vida e os aspectos religiosos. A reconfiguração de espaços a partir da definição de limites entre países e estados, acrescido ao mandonismo local, culminaram para que os aspectos econômicos insurgidos com a colonização das terras, a extração da erva-mate e da madeira, e as obras estruturais de grande porte, fizessem das Fronteiras Sul-Brasileiras, um ambiente convulsionante (ROCHA, 2020b, p. 11).

Para Rocha (2020b), o conjunto de elementos culturais, políticos e econômicos podem ser integrados a partir das ações de colonização e a Guerra do Contestado (1912-1916), que incidiram na constituição histórica do Sul do Brasil, especialmente no interior catarinense. Neste quesito, mesmo distante dos atributos que personificam o banditismo social na perspectiva de “adaptação”, a saga de Zeca Vaccariano nas Fronteiras Sul-Brasileiras está, em

certo grau, alicerçada no ambiente da expropriação. Rocha sugere a partir de Monteiro (1974), a convergência de “uma violência costumeira para uma violência inovadora”, na qual a transformação política manifesta-se nas relações de compadrio e as alternativas de subsistência baseada na organização e luta de uma comunidade diante de uma crise global. Nesta construção, Paulo Pinheiro Machado (2004) suprime conceitos como milenarismo, misticismo e a religião, para evidenciar o eixo construtivista da paralela na qual o sertanejo toma consciência de classe e passa a integrar a luta a partir da perspectiva da diferenciação entre pobres e ricos (MACHADO, 2004, p. 26).

As definições de Vaccariano nesta perspectiva também obedeciam uma lógica que à conduzia para a priorização em atuar para um dos lados e a conveniência o atraía para a concentração dos poderosos, atrelado aos coronéis e políticos locais, como amplamente versado ao longo deste trabalho. Distante dos falsos ares de justiceiro vingador, é possível afirmar que embora pudesse sentir as agruras inerentes aos processos de transformação social e econômica, José Antônio de Oliveira havia superado a condição de ervateiro, profissão que segundo Gaertner (1974), lhe assegurou ganhos econômicos em um primeiro momento no Contestado, para associar-se ao poder de coronéis (PRIMEIRO 2012-2013; THOMÉ, 2009).

Cercado do conjunto de elementos naturais e inerentes ao banditismo, a ambiência de conflito e o cenário convulsivo tornaram-se o reagente para a solidificação da violência, que se juntaria a outros revoltosos. Conforme já discorremos no terceiro item do capítulo anterior, a partir de Espig (2008), observa-se que o descontentamento de tarefeiros diante do modelo de atuação da Companhia elevaria a violência a patamares inéditos. O caso envolvendo o empreiteiro Saldanha e o engenheiro norteamericano Ryant, em que o pagamento de operários aconteceu mediante grave ameaça, se junta a linha de acontecimentos notabilizados por greves e incertezas no recebimento de proventos entre os turmeiros da Linha Sul da EFSPRS. Não obstante ao que seria um modelo operacional da Companhia, Zeca Vaccariano estaria prestes à integrar a lista de inconformados com as práticas empresarias da *Brazil Railway Company (BRC)*.

Como tarefeiro, Vaccariano pactuou um trecho de abertura de picadas entre a região de Taquaral Liso, atual interior do município de Calmon-SC e as imediações do que seria mais tarde a vila de Herval, no interior de Campos Novos, atual cidade de Herval d'Oeste. Entretanto, no acerto de contas, o engenheiro Ernesto Kaiser se desentendeu com Vaccariano quanto aos valores a receber. Na tentativa de colocar fim ao impasse, Zeca arquiteta um plano que acabaria com várias mortes. Para Thomé (2009), Zeca era homem de confiança da Companhia e tinha

acesso a informações privilegiadas. Sabia ele que o dinheiro para o pagamento das empreiteiras era trazido até Rio das Pedras por trem, pelo trem pagador. Com a ferrovia ainda em construção, os trilhos findavam um pouco antes de um túnel. A comitiva precisava desembarcar com o dinheiro, momento em que o bando de Vaccariano executaria a ação que entraria para a história como o primeiro assalto à um trem pagador (THOMÉ, 2009).

Era domingo, 24 de outubro de 1909, quando por volta das nove horas da manhã o aparelho de telégrafo que ficava no escritório central da construção da Companhia da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, localizado ao lado da Estação de Calmon, recebeu uma mensagem em regime de urgência do escritório que ficava na 2ª Residência da 7ª Divisão de Obras da Linha Sul. Por meio de código Morse, Pedro de Castro, chefe da residência baseada no quilômetro 150, comunicava ao engenheiro Achilles Stengel que instantes mais cedo um grupo armado realizara disparos com armas de fogo contra a comitiva pagadora da EFSPRS deixando dois mortos. Dois operários da ferrovia que passavam pelo local presenciaram ao tiroteio ocorrido no leito ferroviário. Surpreendido pelo informe inesperado, Achilles Stengel reagiu solicitando o detalhamento das informações uma vez que na comitiva encontrava-se Ernesto Kaiser, um amigo pessoal do engenheiro chefe, que atuava como desenhista, integrando a equipe de engenharia o qual havia estado pessoalmente com Stengel na noite a qual antecedeu os fatos quando do retorno da jornada de inspeções.

Para aumentar o suspense, o telégrafo emudeceu e Achilles ficou sem contato até o final do dia, momento em que sobreviventes chegaram na 2ª Residência e a linha telegráfica foi reestabelecida, garantiu nova comunicação. A informação dava conta de que um dos empreiteiros da EFSPRS, conhecido como José Antônio de Oliveira, codinome Zeca Vaccariano, na companhia de um numeroso grupo armado, havia atacado violentamente a comitiva que transportava valores para a 2ª Residência, destinado ao pagamento de tarefeiros, assaltando o emissário Henrique Baroni, tesoureiro da *Brazil Railway Company* e o engenheiro Ernesto Kaiser, tendo sido assassinados dois dos seguranças, Menério Bernardo e Guilherme Bernardo, os quais eram irmãos. O grupo ainda teria ferido gravemente um terceiro segurança, Lino Ferreira, que mesmo machucado, conseguiu fugir.

A ocorrência, segundo Thomé (2009), aconteceu nas proximidades de um riacho que mais tarde recebeu o nome de Ribeirão da Cruz, no marco do quilômetro 152, que tempos depois foi designado como o quilômetro 208 da estrada férrea (THOMÉ, 2009). Na imprensa do Paraná, jornais do período detalharam o acontecimento a partir de relatos testemunhais que afirmaram que da 2ª Residência ao arranchamento de Vaccariano, o qual ficava no Km 152, o

percurso era feito à cavalo, desviando do leito ferroviário, fazendo uma curva longa e em seguida atravessando uma ponte de 30 metros, construída sobre um riacho que antecedia a casa em que morava o tarefeiro.

Segundo relatado, o rancho era bastante espaçoso, tendo na esquina um balcão para negócios. Adiantando-se dos guardas da Companhia que conduziam o dinheiro em um cargueiro, Baroni e Kaiser seguiram caminho e quando passavam em frente a porta da casa de Vaccariano, foram surpreendidos pelo tarefeiro que saltou do balcão chamando o pagador. Baroni e Kaiser pararam, quando observou-se as casas desertas. Vaccariano foi insistente, pedindo para que eles entrassem e em seguida perguntou a Baroni se ele portava dinheiro. Ouvindo a negativa do pagador, que negou-se a entrar na casa e seguiu caminho atrás do cargueiro que à essa altura havia passado à diante, transportando o dinheiro. Vaccariano seguiu insistente, praticamente forçando que Kaiser descesse do cavalo, foi quando o mesmo desembarcou do animal e entrou. No instante seguinte apareceram diversos indivíduos surgidos do interior da casa e dos fundos, os quais agarraram Kaiser pelos braços e pelo corpo, desarmando-o. Baroni, que seguia mais à frente pelo leito onde seriam assentados os trilhos, cerca de 50 metros da casa de Zeca, estava acompanhado por Meneiro e Guilherme, posicionados ao lado do cargueiro, enquanto Lino seguia adiantando-se. (DIÁRIO DA TARDE, 29/10/1909; DIÁRIO DO PARANÁ, 29/10/1909; THOMÉ, 2009, p. 28).

Ouvindo vozes que vinham por de trás dele, Baroni voltou-se compreendendo em seguida que corria perigo e logo após ouviu os primeiros disparos de armas de fogo. De imediato saltou do animal e rolou na rampa da estrada sacando da arma para revidar quando percebeu que estavam em desvantagem, uma vez que o grupo de assaltantes era grande, logo, rolou pelo barranco do rio e permaneceu escondido. Os camaradas não resistiram a primeira descarga e caíram mortos. Mesmo ferido no ombro, Lino correu perseguido pelos bandidos que com novos disparos balearam-no na perna. Os assaltantes chamaram por Baroni e como ele não atendeu, fizeram Kaiser busca-lo às margens do rio. Ao avistar Kaiser, Baroni voltou sendo levado para a casa de Vaccariano, que o perguntou cinicamente se estaria ferido. Ao responder que não, os assaltantes passaram a revista-lo tirando-lhe as chaves das malas. Baroni pediu para que Vaccariano não extraviasse os documentos, obtendo a resposta de que o interesse era apenas pelo dinheiro. Neste momento alguns membros do grupo de assaltantes se aproximaram sugerindo que o melhor a fazer seria mata-lo. Vaccariano no entanto respondeu negativamente ao ato, uma vez que teria dado a palavra de honra à Kaiser, de que pouparia a vida do pagador. Em seguida, o chefe do grupo ordenou que a dupla responsável pelo pagador seguisse estrada

à fora e que só retornassem ao final do dia, sendo escoltados pelo bando até certa altura. Kaiser e Baroni obedeceram às ordens e permaneceram no Km 157 até o fim da tarde, quando regressaram para a 2ª Residência (DIÁRIO DA TARDE, 29/10/1909; DIÁRIO DO PARANÁ, 29/10/1909; THOMÉ, 2009, p. 28).

Uma declaração dada à imprensa de Ponta Grossa por um trabalhador que acompanhou ao caso, oferece versão diferente ao atentado criminoso. Segundo o relato, na véspera do atentado contra o trem pagador, na noite de sábado, Baroni e o grupo de pagadores da EFSRS, incluindo dois fiéis camaradas, decidiram pernoitar na casa de Ernesto Kaiser, engenheiro residente da 2ª Divisão. No dia seguinte, a comitiva tomou chá às sete horas da manhã e na companhia de um engenheiro e de Lino Ferreira, o qual era um dos camaradas, seguiram linha abaixo, na direção de Uruguay (nome da última estação ferroviária no estado catarinense), quando depois de mais de uma hora de viagem, foram surpreendidos por uma descarga feita da mata que atingiu Menerio derrubando-o fulminado, deixando Guilherme e Lino Ferreira, feridos. Novos disparos foram feitos em direção de Guilherme que também foi atacado à faca e assassinado. Mesmo ferido, Lino procurou salvação e tentou correr pela mata e mesmo sendo perseguido conseguiu escapar. Em seguida, Vaccariano fecha o cerco e aprisiona Baroni e Kaiser arrancando deles as armas e tudo o que tinham. O grupo de bandidos leva o cargueiro que transportava o dinheiro tocado à galope para um local conhecido como Gramados. Baroni e Kaiser foram à diante, no local onde existia um arranchamento de turmas e funcionava a venda e moradia de Zeca. Tão logo recebeu a notícia, o chefe de turma reuniu os trabalhadores e partiu em busca dos cadáveres. Revoltados, os trabalhadores atacaram as moradias incendiando os ranchos onde moravam os envolvidos no atentado. Durante a noite, enquanto os corpos eram velados, seis dos integrantes do grupo se aproximaram do arranchamento, mas ao verem os ranchos queimados como sinal de represália, fugiram do local (DIÁRIO DA TARDE, 27/10/1909).

A emboscada de Zeca Vaccariano e um numeroso grupo de homens garantiu a posse de um expressivo volume de dinheiro, considerado até a atualidade como um saque recorde, valor que no período representava 15% da arrecadação anual do tesouro estadual. No interior da atual cidade de Pinheiro Preto-SC, uma cruz erguida às margens da ferrovia faz homenagem aos seguranças Lino Ferreira, Menezes e Guilherme, mortos na emboscada. Com a fuga dos salteadores a partir do ocorrido, o líder Vaccariano passou a ser convencionalmente historicamente como um bandido lendário (PRIMEIRO 2012-2013; THOMÉ, 2009).

Retomando a discussão teórica de Rocha (2020a), em linhas gerais é possível destacar ao menos quatro possibilidades de enfoque para o banditismo e seus principais autores para o estudo da referida categoria: a) o banditismo na condição de expoente da rebeldia social nas comunidades (HOBBSAWM, 2015); b) o banditismo político ou o modelo mais atrelado a elite local (BLOK, 1972); c) o bandido guerrilheiro, com atuação em locais de disputas entre nações ou grupos internos (VANDERWOOD, 1992); e d) o banditismo como maneira de adaptação em locais de transformação social (SINGELMANN, 1975). Para o pesquisador, tais conceitos constituem-se como importantes possibilidades de abordagens não excludentes, que contribuem na análise de casos específicos, o que nos fornece elementos para dialogarmos sobre o caso em específico deste trabalho, uma vez que é possível observar a essência da atuação do sujeito Vaccariano a partir de elementos que o conectam ao banditismo político, dado ao fato das relações construídas com líderes coronelistas locais.

Para ampliar a compreensão sobre banditismo ou heroísmo, passaremos a dialogar com o conjunto de autores e teorias que ajudam esclarecer tal entendimento no caso em tela. Inicialmente, nos valeremos de Hobsbawm (1970, p. 28), que sistematiza tal contexto pontuando que “um homem se torna bandido porque faz alguma coisa que não é considerada como um crime pelas convenções de sua localidade, mas que o é pelo Estado e pelas normas locais”. Para promover uma diferenciação, o autor evidencia três perfis de bandidos sociais: o “*bandido nobre*”, modelado em Robin Hood; os “*guerrilheiros Haiduks*”; e o “*vingador*”, tendo Lampião como referência. Estas formas diferenciam-se conforme as regiões em que o Banditismo Social teve o seu desenvolvimento. O autor menciona ainda a notoriedade assumida pelos agentes do banditismo social, incluindo a influência de elementos como as crises políticas e econômicas da região, contextos ligados as estruturas do poder local e o domínio dos proprietários. Tais condições, evidenciam os movimentos camponeses como uma das formas de expressão de descontentamento, com inclinações para movimentos revolucionários, a depender dos fatores externos envolvidos. Estas circunstâncias relacionam-se com crises de natureza estrutural, que podem ser provocadas por desastres naturais ou por fenômenos irreversíveis, como a evolução do capitalismo. Conforme versa Hobsbawm (1970), é nestas condições que o Banditismo Social conecta-se aos movimentos revolucionários ou passa a aceitar a liderança de líderes revolucionários.

Com base nesta conceituação, Rocha (2020a) estabelece uma relação com outros autores e perspectivas, as quais garantem a identificação de correspondências, extraindo de casos ocorridos no Sul do Brasil, dois subtipos de bandidos sociais os quais dados os elementos

envolvidos, o autor configura como “bandidos” e “intrusos”. A partir dos principais casos estudados, o autor considera bandidos aqueles modelos sociais formados pela valentia, sendo recorrente o caso de egressos de guerras do período de revoluções, envolvidos em disputas familiares, tendo a atuação marcada como jagunços de coronéis locais ou ainda pela aversão ao que consideravam como injustiça, passando a atuar com o objetivo de buscar reparação para aquilo que consideravam como errado. Para o autor, tais aspectos combinados, compõem a ambiguidade das referidas figuras, que tem em Zeca Vaccariano e suas ações no interior de Santa Catarina como exemplos evidentes que podem ser apresentados. Há por outro aspecto o contexto de bandidos estudados no interior do Paraná, em que a atuação de “Santa Cruz” revela um contexto de violenta exploração em que o papel do personagem extrapola o conceitual, adquirindo contornos antissociais, tendo como alvo os próprios *mensus* (nome dado ao trabalhador mensalista da erva-mate) e camponeses.

A ambiguidade de ação se reforça no caso do Rio Grande do Sul, envolvendo Francisco Sanchez Filho, o Paco, cuja atuação misturava feitos de heroísmo aos de banditismo, uma vez que o bandido atuou como capanga, tornando-se acusado e protegido grupo político em distintos momentos em razão da dinâmica política. Os estudos de Rocha (2020a), ainda dão vazão aos casos de lideranças de briga e as lideranças femininas, envoltas na Guerra do Contestado (1912-1916). Por fim, conjuga o subtipo tratado como a categoria de intrusos, contextualizada por diversos autores, os quais inferem aspectos como as medidas governamentais como a Lei de Terras (Lei n.º 601/1850) e a Lei de 20 de março de 1861 (que normatizava a extração nos ervais), as quais foram adotadas como dispositivos que caracterizaram bruscamente os até então posseiros e coletores como “intrusos” das terras recém tituladas (ROCHA, 2020a).

Contudo, categorizar o contexto biográfico de Zeca Vaccariano propondo um enquadramento de maior assertividade, passa necessariamente pelo entendimento daquilo que viemos versando desde o princípio desta dissertação. Notadamente em um primeiro momento é possível entender que a tentativa do uso da terra, a busca pelas possibilidades da existência econômica pela extração da erva e em um terceiro momento o inconformismo pelas causas sociais e os próprios aspectos da violência das Fronteiras Sul-Brasileiras, misturado ao ímpeto de ex-combatente e a valentia inerente as afirmações humanas no ambiente hostil da construção da EFSPRS, manifestaram seus efeitos sobre as condições psicossociais do personagem. Entretanto, é preciso considerar ainda o contexto vindouro ao passo que observa-se um modelo de banditismo franqueado muito mais ao atendimento das demandas políticas que sociais. Há ainda que se discorrer que o processo de transformações ocorridos no Brasil, especialmente no



Sul do país, congrega um modelo de ordem mundial, acontecendo em espaços, tempos e formas distintas. As transformações de ordem econômica, política e cultural que aconteceram no Brasil.

De acordo com os preceitos de Rocha (2020a), a analogia entre a economia moral dos pobres europeus com a condição de vida dos camponeses do Sul do Brasil pode ser constituída inicialmente pela perspectiva econômica, seguida pela perspectiva cultural. Observada pelo aspecto econômico, atendo-se para a predominância dos ciclos do gado e da erva-mate entre meados do século XIX estendendo-se para a segunda década do século XX, é fundamental compreender, conforme amplamente versado do primeiro item do capítulo anterior, que essas atividades de tropeirismo e extração ervateira convergiam de certa forma para nomadismo que condicionava um modo de vida que aproximava-se ao contexto da economia moral versada por Thompson (1998).

De acordo com relatos de Hobsbawm (1976; 2017), a passagem para o capitalismo agrário não ocorre em um momento histórico específico e depende do momento em que é gerada tal transição. Nos países desenvolvidos, a transição se deu no século XVIII, ao passo que na América Latina, no século XX. O exato momento de início do Banditismo Social pode não estar muito bem configurado, mas está conectado à dissociação da sociedade tribal ou à extrusão da sociedade familiar. Notadamente o Banditismo Social pode incidir sobre a difusão do capitalismo industrial e com o processo de consolidação do Estado Nacional, uma vez relacionando-se à emergência das classes, e da luta de classes as quais dão uma nova orientação às lutas dos camponeses (FERRERAS, 2003; CARVALHO DA SILVA, 2012).

Desde o instante em que Hobsbawm (1976; 2017) estabeleceu a aproximação dele sobre o Banditismo Social, o autor sofreu uma série de críticas sinalizando certas dificuldades. Um incisivo questionamento veio de Anton Blok (1972), especialista neste contexto, que no início da década de 1970, apresentou as deficiências existentes no modelo de Hobsbawm que concebia o banditismo como “social” e as facilidades a que foram submetidos os casos escolhidos para compor o modelo. Blok (1972) partiu das suas pesquisas pessoais direcionadas ao banditismo para dizer que Hobsbawm, recorria a excessivas generalizações nas análises. O modelo de fontes usadas levaria implícita uma avaliação positiva do referido fenômeno, romantizado pelos camponeses e por certo número de pesquisadores. Outra inquirição se refere ao interesse pelo protesto social antes que pelos casos em si. Isto acabaria silenciando outros aspectos da relação camponeses-bandidos, como o uso da violência contra os próprios camponeses. As referências e o mito centralizam-se na análise de Hobsbawm (1976-2017) e ambos são discutidos por Blok. O autor assegurou que o Banditismo Social foi por diversos

momentos um banditismo “anti-social”, ao passo que os camponeses foram diversas vezes vítimas dos referidos bandidos, preocupados prioritariamente em atender a seus vínculos com os poderosos locais do que efetivamente com a causa camponesa (BLOK, 1972). O autor promoveu uma agenda temática para aprofundar tais estudos optando pelos casos em vez do modelo. Para isto sugeriu analisar o mundo rural como um todo, a fim de compreender as relações sociais existentes, o que tornaria mais compreensível a opção pelo banditismo. Anton Blok (1972) adverte para as limitações presentes no Banditismo Social para a construção de formas coletivas de protesto em virtude das probabilidades abertas a partir da carreira solo (BLOK, 1972). Hobsbawm (1976; 2017), no entanto, compreendeu que as críticas de Blok não maculavam o modelo dele. Em razão das críticas realizadas por Blok (1972) de fato Hobsbawm (1976-2017) asseverou que o mito do Banditismo Social tinha que ser avaliado, o que não mudava drasticamente a posição dele.

Hobsbawm (1976; 2017) manteve-se como a principal referência para estudos posteriores. A influência de suas hipóteses tem se apresentado irresistível para as gerações seguintes de historiadores. Após alguns trabalhos que seguiram à risca as suas análises, surgiram algumas críticas em periódicos especializados, uma destas pesquisas pode ser considerada como de transição. Trata-se da publicação de Peter Singelmann (1991), em que um artigo referente ao cangaceirismo como Banditismo Social com implicações políticas do cangaceirismo, por esta razão analisou a vasta bibliografia sobre o coronelismo como sistema político e o cangaceirismo como um formato oposicionista ao mesmo (SINGELMANN, 1991). Ao mesmo tempo, ele próprio estabeleceu uma continuidade entre cangaceirismo e coronelismo, como uma via de mão dupla, tanto pela rota da ascensão social, quanto no caminho à oposição política, tencionado pela mudança das correntes políticas nacionais ou regionais. As críticas mais contundentes surgiram poucos anos depois com as pesquisas de um outro grupo de historiadores. O livro sugestivamente intitulado em inglês, *Bandidos*, em referência ao *Bandits* de Hobsbawm, publicado em 1987, mesmo que na condição interpretativa de suas propostas, garantiu ao autor a conquista referencial referência para este grupo de estudo. Richard Slatta (1991) aceitou as dificuldades de lidar com o mito e já na introdução da obra sinalizou duas questões que mostravam importante diferença da proposta de Hobsbawm: as fontes e o significado das classes médias na construção do mito do banditismo. Sobre a primeira questão, a obra nos oferece uma renovação considerável, trazendo à superfície o material produzido pelas polícias regionais e pelo poder judiciário na perseguição aos bandidos. No que tange à segunda ponderação, a preocupação debruçou-se nas interpretações que as classes

médias urbanas lançaram sobre o Banditismo Social. A construção textual da obra baseou-se na diversidade do Banditismo Social na América Latina, evidenciando os bandidos do México do século XIX, o cangaceirismo no nordeste do Brasil, o banditismo rural na Argentina e Venezuela e as relações entre banditismo e comunidades camponesas das regiões andinas. A obra apresenta ainda outras aproximações como as recriações que Hollywood realizou dos bandidos e os estudos realizados pelos criminalistas latino-americanos. Nas conclusões da obra, Slatta (1991) afirma que é impossível falar de Banditismo Social na América Latina de forma romantizada. Estas afirmações resultam da comprovação de uma das premissas de Blok (1972), referente as relações existentes entre os bandidos e as elites rurais regionais as quais dificultam decisivamente a probabilidade de que o bandido se torne um herói do povo ou um defensor dos pobres (SLATTA, 1991). Na compreensão de Slatta (1991), seria necessário utilizar outra nomenclatura, como “bandidos guerrilheiros” ou “banditismo político”.

Assim, o banditismo não seria um movimento pré-político, e sim um grupo com objetivos contundentes, podendo ou não estar preparados para transformar a sociedade. Entre os motivos estariam a luta contra a opressão, mas principalmente pela obtenção de benefícios pessoais. Os bandidos sociais certamente estariam objetivando benesses a eles próprios e alguns chegariam a ser reintegrados na sociedade sem grandes consequências de aceitação. As desconstruções inerentes ao Banditismo Social como o compartilhamento dos roubos entre os camponeses, seriam acionadas pelas necessidades dos bandidos antes de ser considerado um ato de reparação (FERRERAS, 2003). Os apontamentos até aqui apresentados elucidam diversas questões do que veremos em seguida sobre o contexto do atentado contra o pagador no Contestado catarinense.

Ao estudar o contexto do Banditismo Social no Sul do Brasil, Rocha (2020a) contribui com o que já vem sendo construído. Para o autor, os bandidos sociais seriam uma correspondência mais afeita ao ideário de luta de classes sem classes. Nesta perspectiva, o tarefeiro Zeca Vaccariano assaltou o trem pagador da colonizadora expropriadora, mas a motivação por traz do crime assentou-se principalmente em apossar-se do dinheiro de que ele precisava. O autor ressalta ainda que tanto Zeca, quanto os já citados Paco e Santa Cruz, agiram também em favor dos poderosos locais (THOMÉ, 2009; LONDERO, 2011; COLODEL, 1998, ROCHA, 2020a). Em outra linha proposta pelo autor, se faz necessário reluzir o conceito de intrusos a trazer o caso de Minho Flores, o qual revoltou-se em razão da limitação dos ervais para extração (ROCHA, 2020a; NASCIMENTO, 2015). Já Gaudêncio, por sua vez, embora egresso da Revolução Federalista, manteve reivindicação de terras para a agricultura, não

procurando mudanças políticas (ROCHA, 2020a; BALDIN, 2017). O nome de Capitão Belo e a inferência o Bando do João Inácio, é tratada sob o ponto dos reflexos da colonização da *Jewish Colonization Association (ICA)* corroborando com a ideia de “intrusão” (ROCHA, 2020a GRITTI, 2013; TEDESCO; CARON, 2012).

Revela Rocha (2020a), que a perspectiva da luta de classes sem de classes favorece a compreensão da natureza dos movimentos. A ressalva que necessita ser feita, segundo o autor, é que não se trata de ações alienadas, atrasadas ou “pré-políticas” como definida por Quijano (2000), ao passo que se retoma a concepção thompsoniana de “economia moral” para caracterizar o modo de vida dos povos Sul-Brasileiros na época. Assim, é fundamental verificar a advertência feita por Thompson (1998, p. 152) o qual enseja que “embora essa economia moral não possa ser descrita como ‘política’ em nenhum sentido mais avançado, tampouco pode ser descrita como apolítica, pois supunha noções definidas, e apaixonadamente definidas, do bem estar comum”. Desta maneira, o conjunto de entendimentos até então apresentados, nos oferecem a oportunidade de empreendermos uma visão de maior amplitude sobre os feitos de Vaccariano na condição de objeto prioritário de análise, ao auferirmos uma categoria mais apropriada aos seus feitos do que essencialmente um Bandido Social, versado pelo conceito universal. Isto posto, concordamos com Rocha (2020a), ao definir Zeca Vaccariano como um bandido sem pertencimento ao ideário de lutas de classe, mesmo que envolto nela. Conforme já dito, estaria o personagem muito mais afeito ao atendimento das suas necessidades alinhadas com demandas da elite rural do coronelismo, do que decidido em promover qualquer vingança ou ação legítima em favor do social.

Corroborando com a insígnia textual que fundamentam o que viemos versando, podemos tomar como empréstimo o conceitual de Pericás (2010), quando da discordância do autor para aplicação conceitual de banditismo social para os casos alusivos ao cangaço. Nesta ocasião, o conceito de Hobsbawm sobre o Banditismo Social foi apresentado como questionável pela ausência elementar de fundamentos documentais ao quais comprovariam a teoria na tentativa de universalizar um esquema teórico (PERICÁS, 2010, p. 25). Observa o autor que o cangaço não encontra razões para ser encarado como um formato pré-político de protesto social, executado de maneira inconsciente (PERICÁS, 2010, p. 187-188). A base argumentativa do autor reside no fato de que raros líderes de bandos de cangaceiros eram originários das camadas mais baixas da sociedade. A maioria dos chefes cangaceiros, além ascender a partir de uma camada social privilegiada, tinham preferência em pactuar relações com as elites locais (PERICÁS, 2010, p. 33-35). Lampião, por exemplo, foi um líder cangaceiro

que estreitou excelentes relações com figuras políticas regionais de grande importância, como os coronéis baianos Petronilo de Alcântara Reis e João Gonçalves de Sá, tendo ainda estabelecido laços com o governador de Sergipe Eronildes de Carvalho (PERICÁS, 2010, p. 35 - 36).

Retomando o caso em tela, modelo semelhante pode ser perfeitamente auferido a José Antônio de Oliveira, assaltante do trem pagador da EFSPRS. Assim, na próxima sessão, trataremos novos apontamentos sobre o crime do assalto ao trem, os quais corroboram para as alianças de Vaccariano e a construção política que ao longo dos períodos cercou sua existência possibilitando, inclusive, a impunidade para um assaltante e seu bando. Neste próximo subitem trataremos mais à fundo das questões as quais convergem para a configuração de um cenário no qual todas as ações do personagem concorrem para um fundo político.

### **2.3 A audácia criminal do Assaltante do Trem Pagador e a Guerra de Narrativas**

Conforme oportuniza Espig (2008), além do Corpo de Segurança, estrutura a qual já apresentamos no capítulo anterior, Stenghel teria optado pela contratação de um grupo especializado para ir ao encalço dos bandidos. A chefia foi conferida a Salustiano Moreira, designado a partir de Ponta Grossa, PR, para atuar em Calmon, SC, com documento de creditação do engenheiro-chefe, declarando que o referido emissário estaria em missão especial da Companhia. Moreira partiu em direção ao interior de Santa Catarina levando um carregamento de carabinas e portando um ofício no qual informava ao Comissário de Polícia da jurisdição de Palmas-PR que o enviado seguia em perseguição aos criminosos responsáveis pelo assalto ao trem pagador. Para a autora, as definições publicadas no jornal *O Progresso*, edição de 18 de janeiro de 1910, demonstram que a empresa construtora preferia agir aos seus moldes, propondo desconfiança sobre a atuação da Polícia local (ESPIG, 2008). Em meados de outubro de 1909, uma força de 30 praças do exército partiram de Curitiba com destino ao interior catarinense. Conforme o órgão de imprensa do Partido Republicano Paranaense, dois trens especiais foram usados para conduzir o destacamento até a região de ação (A REPÚBLICA 27/10/1909).

Oficialmente para a Companhia, Vaccariano chefiava duas empreitadas: Uma delas era a da 6ª divisão, onde o Coronel Manoel Fabrício Vieira, seria sócio dele. Já na outra frente de trabalho, que ficava na 7ª divisão, Vaccariano aparece nos documentos da construtora como

titular, muito embora menções de periódicos da época, sugerem que neste segundo trecho ele também contaria com algum tipo de apoio financeiro para o empreendimento. (A REPÚBLICA 27/10/1909).

Apontado como o líder do assalto, Zeca foi “demonizado” pela imprensa (ESPIG, 2008, p. 261). Um procedimento comum no período em que a estrutura textual jornalística pautava-se pelo pré-julgamento e o uso inadvertido de adjetivação como “famigerado Bandido”, “ávido de dinheiro” e “dotado de instintos perversos” (DIÁRIO DA TARDE 25/10/1909). Chegou a ser cogitado que o grupo teria fugido para o Rio Grande do Sul (DIÁRIO DA TARDE 25/10/1909). Havia ainda quem acreditasse na hipótese de uma fuga para a Argentina (DIÁRIO DA TARDE 25/10/1909). Alguns órgãos cogitaram inclusive o caminho feito em fuga pelo acusado, que teria seguido rumo à Palmas pela estrada de São Pedro e seguido depois para Chapecó para entrar por caminhos costeiros ao rio Uruguai em território argentino (A REPÚBLICA, 01/11/1909).

O pânico causado pelas notícias desencontradas aumentou quando a linha editorial de jornais da capital paranaense passaram a tratar a situação da região como “desesperadora”, pressupondo receosamente que o grupo armado estaria na região e para se vingar da Companhia tentaria um ataque contra as autoridades de Calmon e União da Vitória, o que efetivamente, nunca aconteceu (DIÁRIO DA TARDE 29/10/1909). A publicação menciona ainda que o superintendente da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, Dr. Álvaro Martins, teria recebido um telegrama de Achilles Stengel e que o engenheiro teria informado que o grupo de Fabrício Vieira, profundo conhecedor das matas da região, estaria atuando na área e iludindo a vigilância teriam se dirigido a cabeceira do rio Timbó (DIÁRIO DA TARDE 29/10/1909). Satirizando o ocorrido, segundo a imprensa, um grupo de rapazes teria feito circular a falsa notícia de que um contingente policial em diligência pelas matas teria encontrado o corpo de um homem enforcado em uma árvore, tendo sido reconhecido como sendo Zeca Vaccareano, que estaria com os braços amarrados para trás. O jornal desmente o boato ao final da redação (A REPÚBLICA, 01/11/1909). Com tantos rumores, o assunto se tornou uma das principais pautas, ganhando espaço privilegiado em diversos jornais do país, como o Jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro (CORREIO DA MANHÃ 10/11/1909). Jornais como *O Comércio* de São Paulo, repercutiam a teoria de Achilles Stengel que colocava Fabrício Vieira no centro dos acontecimentos: “Supoem-se que Zeca pertença a gente do coronel Fabrício” (O COMMÉRCIO, 10/1909). Impressos tradicionais mantido pelos Republicanos da capital Paulista, também noticiaram o atentado contra o trem cinco dias após o ocorrido. A reportagem

reproduz uma notícia veiculada em Curitiba, “chegada por malote” até a redação do periódico (CORREIO PAULISTANO, 29/10/1909).

Chama atenção o trato com a notícia, que nitidamente apresentava ruídos ou falha de comunicação, provocada provavelmente pela dificuldade de contato com áreas remotas como era o caso do Sertão catarinense, local onde os fatos se desenrolaram. Como exemplo, podemos evidenciar uma publicação de Joinville, em que o periódico noticia que “o primeiro alvejado pelos tiros dos assaltantes foi o maquinista” (COMMÉRCIO DE JOINVILLE, 10/1909). Como se sabe, nenhum maquinista ficou ferido ou foi vítima de disparo no episódio. No Rio de Janeiro, então Capital da República, a notícia ecoou pelo Palácio do Catete, segundo Thomé (2009); Publicações como as do jornalista gaúcho Edmundo Bittencourt, no *Correio da Manhã*, não economizaram em detalhes, evidenciando inclusive a morte de animais que conduziam o grupo pagador pela ponta da linha (CORREIO DA MANHÃ, 03/11/1909). Possivelmente a notícia teria chegado à Europa, já que o jornal *Der Kompass* (A Bússola), um periódico dirigido aos teuto-brasileiros, editado em língua alemã e em caracteres góticos, trouxe a notícia do assalto ao pagador em destaque na edição de 10 de novembro de 1909 (DER KOMPASS 10/11/1909).

As acusações de Stenghel, atribuindo o envolvimento do Coronel Manoel Fabrício, levou o oficial da Guarda Nacional a desmentir os boatos usando jornais como o *Diário da Tarde*, da capital paranaense de propriedade de Celestino Júnior, contando ainda com a reprodução de conteúdo que lhe era favorável no *house organ* oficial do Partido Republicano Paranaense. O impresso minimiza sua possibilidade de envolvimento no crime: “Quanto a culpabilidade do coronel Fabrício, dizem que não passa de balela e temor, por ser ele homem valente e ter um bando de camaradas capazes de qualquer aventura” (A REPÚBLICA, 01/11/1909). A publicação do jornal de seu grupo político diz que Fabrício teria deixado União da Vitória no dia do ocorrido, tendo ido para São João, atual Campos Novos, e depois para os ervais onde um grupo de trabalhadores fazia colheita: “...todo mundo sabe ser elle um homem honrado e incapaz de participar de um assalto roubar” (A REPÚBLICA, 01/11/1909).

Provavelmente o caso assumiu tais dimensões por conta do montante do assalto: Para se ter uma noção aproximada do que o montante de 375:300\$000 (trezentos e setenta e cinco contos e trezentos réis) representava para o período, basta comparar com o orçamento geral do estado de Santa Catarina para 1911, que segundo Machado (2008), era de 2.000:300\$000 (dois mil contos de reis). Desta maneira podemos observar que a quantia levada se aproximava de 15% (quinze por cento) de toda a arrecadação catarinense. O valor era suficiente na primeira

década do século passado para comprar 3.750 (três mil setecentos e cinquenta) lotes urbanos em áreas nobres no centro de Curitiba, que na edição do Diário da Tarde da capital paranaense de 2 de janeiro de 1911, eram oferecidos ao preço de 100\$000 (cem réis) (DIÁRIO DA TARDE 02/01/1911). Ao buscar um dimensionamento para a quantia, Thomé (2009) afirma que a quantia era de expressão para a época, valor suficiente para pagar o salário de pelo menos quatro mil trabalhadores braçais.

O episódio do Assalto ao Trem Pagador, muito embora seja um acontecimento o qual segue na paralela dos eventos criminais do período, merece atenção especial, uma vez que integrado ao ambiente hostil da Região do Contestado, no entendimento de Thomé (2009), representa a escalada da violência, o que segundo o autor, se verifica na crônica de Dante Martorano, publicada no jornal *O Estado*, o qual sinaliza o momento como o período em que a violência mais se revelou no Vale do Rio do Peixe. Os vestígios fúnebres do cenário de obras também estão presentes em um cemitério improvisado pelos operários nas imediações do Túnel de Pinheiro Preto, SC, construção em rocha basáltica, cuja saída Sul apresenta visada para o local onde lápides de cimento e cruzeiros de ferro sinalizam a última morada para dezenas de vítimas da construção. As minúcias deste período marcado pela marginalidade e forte temor, passam a ser desvendadas por Thomé (2009) a partir de um encontro do autor com familiares do engenheiro chefe, em que a comunicação de Gisella Stenghel, filha de Achilles, é revelada por meio das cartas enviadas por ela ao cunhado, casado com a irmã Júlia (THOMÉ, 2009). Na correspondência em papel timbrado da *Brasil Railway Company*, enviada pelo malote da Companhia, na terça-feira, 26 de outubro de 1909, Gisella Stenghel relatou o que chegou até ela em Calmon: A jovem inicia o texto afirmando todos estarem bem apesar a situação de tristeza, demonstrando inconformismo com o ocorrido, dando entender que em contato anterior já teria mencionado sobre as alegações de que um empreiteiro não satisfeito com o acerto de contas, arquitetou o crime, o qual após o ocorrido, chegou a mencionar que a vida de Achilles Stengel estaria nas mãos do grupo. A correspondência dá ainda o dimensionamento do início das buscas pelos criminosos com a chegada de praças do exército e a participação de policiais locais, os quais tentavam sem sucesso a localização dos criminosos. Contudo, a principal preocupação demonstrava-se ser a segurança da família Stenghel, colocada em risco a partir dos episódios do assalto (STENGHEL, *apud* THOMÉ, 2009, p. 33).

Um trem especial partiu de Calmon, SC em direção à Ponta Grossa, PR, levando os caixões com os corpos das vítimas Guilherme Bernardo e Menerio, assassinados na emboscada. O traslado foi acompanhado por Henri Baroni, sendo recebidos no dia 26 de outubro pelo



pastor Honhl, em desembarque na cidade paranaense onde a família residia. No desembarque, as urnas receberam a cobertura do estandarte da loja maçônica local, a qual as vítimas frequentavam na Sociedade Beneficente Estrela. Os corpos, segundo a imprensa, estavam inchados e irreconhecíveis, tendo Menerio recebido dois tiros na cabeça, enquanto Guilherme apresentava ferimentos por bala e de facão que iam da cabeça aos pés (THOMÉ, 2009; DIÁRIO DA TARDE, 27/10/1909).

Já em Calmon, passada a agonia dos momentos em poder do grupo de assaltantes, o engenheiro Ernesto Kaiser e o camarada Lino Ferreira, após medicados, trataram de agir, saindo em perseguição ao bando de assaltantes. A essa altura dos acontecimentos os jornais já noticiavam os desdobramentos do caso, atribuindo cúmplices para o crime. Mesmo com o início da movimentação de tropas paranaenses, um detalhe das operações poderia garantir vantagem ao grupo de Vaccariano: embora a Estação de Calmon ficasse sobre jurisdição administrativa do Paraná, as terras da área da margem esquerda do rio do Peixe, partindo da foz do rio Caçador, constituíam-se legalmente sob o domínio de Santa Catarina. Desta maneira, como o crime ocorrera no leito em construção em área catarinense, as investigações e as providências legais sobre o acontecimento necessariamente deveriam ser tomadas pela Polícia de Santa Catarina. Tendo supostamente este entendimento após o assalto, Zeca e o bando seguiram para o Norte, passando pelo rio Caçador, entrando em território do Contestado, administrado pelo Paraná (THOMÉ, 2009).

Ao tomar ciência da ocorrência, infere Thomé (2009) que o Comandante da Inspetoria Militar de Curitiba, General Vespasiano, cuja jurisdição abrangia o Paraná e Santa Catarina, procedeu o imediato envio de um destacamento de 50 praças do 4º R.I., comandado pelo Capitão Lopes, destacados para as áreas de construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, na região da Linha Sul, atendendo assim um pedido do superintendente da Companhia, Dr. Álvaro Martins, comunicando as definições ao governo do Estado de Santa Catarina. As diligências suscitaram, no entanto, debates na imprensa sobre qual polícia deveria agir. Se por um lado as autoridades estaduais agem para reprimir o crime, a atuação federal se faz necessária, já que a região de litígio está sujeita à atuação da polícia catarinense, razão pela qual as forças paranaenses estariam impossibilitadas de agir (THOMÉ, 2009).

Na quinta-feira, 28 de outubro de 1909, Gisella Stenghel volta a manifestar-se por carta sobre os desdobramentos do caso, mencionando a passagem dos “salteadores” duas léguas de distância no caminho da Fazenda São Roque, de propriedade de Afonso Alves Camargo. O local seria exatamente onde o pai dela, Achilles, desejava cercar os fugitivos, mas, por

“teimosia” do Porto, não foi possível fazer à força, o que fez com que os suspeitos cruzassem livremente pelo lugar (STENGHEL, *apud* THOMÉ, 2009, p. 37). Um rapaz da fazenda teria dado a informação de que um grupo entre 40 e 60 integrantes teria atravessado a região dias antes. Na carta, a jovem atenta para o fato de que não seria possível saber o caminho tomado pelo grupo, mas com a chegada de grande efetivo da polícia, seu pai Achilles mandaria cercar o caminho de Timbó, indo em direção à Palmas, PR, além de outro trajeto que levaria ao Paraguai, na intenção de capturar os criminosos. Na correspondência, Gisella afirma ainda que o pai dela jurou que haveria de pegar todos os assaltantes, um a um, mesmo que isso levasse toda a vida dele. Embora dê demonstrações de preocupações com o desejo de vingança manifestado pelos criminosos, ela própria acredita ser difícil tal ato consumir-se. No trecho seguinte, Gisella deixa evidente que as suspeitas são de envolvimento de Manoel Fabrício Vieira no crime, uma vez que ele próprio seria o dono da quadrilha e que Zeca Vaccariano teria sido empregado dele, à exemplo de outros integrantes do grupo.

Ao encerrar a carta destinada ao cunhado, Gisella dirige insultos aos criminosos (STENGHEL, *apud* THOMÉ, 2009, p. 37). Thomé (2009) relata que no dia 29 de outubro de 1909, uma sexta-feira seguinte ao assalto, um novo incidente foi registrado na Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, em que uma locomotiva da Sorocabana a qual tracionava uma composição especial, colidiu com um tronco na altura de Legrú, no trajeto entre Porto União e São João. O acontecimento também foi manifestado em carta redigida por Gisella para a irmã Julia. Na correspondência, a filha do engenheiro chefe infere sobre o descarrilamento do referido trem, no qual viajavam Glasser e Heling, integrantes do alto escalão administrativo da Companhia. De imediato, o surgimento de um tronco de madeira na linha o qual motivou a colisão, é atribuído supostamente aos bandidos envolvidos no assalto. De acordo com o texto, a máquina e os vagões tiveram poucas avarias, entretanto, o maquinista teria sofrido fortes ferimentos no pé mas não correria risco de morte. A jovem encerra a carta citando o desejo do pai Achilles para que ela e a mãe dela deixem Calmon por alguns dias, passando um período com a irmã e o cunhado, fato que ela descarta devido à preocupação em deixar Stenghel sozinho (STENGHEL, *apud* THOMÉ, 2009, p. 38). O caso também foi repercutido pela imprensa da capital paranaense, mencionando que no trem viajavam dois militares: os tenentes Jobim e Eiras (DIÁRIO DA TARDE, 31/10/1909).

Thomé (2009), detalha que a composição tendo partido às 14:00 horas daquele dia da estação de Ponta Grossa conduzia o 1º Tenente Trindade Jobim e o 2º Tenente Carlos Eiras. Eles acompanhavam um destacamento do Exército, destinados à Calmon, onde substituiriam

os oficiais responsáveis por um outro contingente de 50 praças, haviam sido enviados de Curitiba para a região da ponta dos trilhos na localidade de Gramado, estação que ficava no Vale do Rio do Peixe, estando junto o Dr. Glasser, o qual foi chamado para o km 133. No entendimento do autor, é evidente que o grosso tronco de madeira havia sido propositalmente colocado na linha para motivar a parada da composição. O fato foi associado à mais um ataque por Stenghel que atribuiu o insucesso da emboscada ao fato dos bandidos notarem que os carros de passageiros estavam lotados de militares, o que teria feito os bandidos desistirem da ação (THOMÉ, 2009).

Para a imprensa, os episódios representavam a versão brasileira do que vinha acontecendo nas ferrovias norte-americanas. Em publicação, os jornalistas do período alarmavam para um tempo de insegurança nos trens e danos patrimoniais e financeiros incalculáveis, o que efetivamente não se confirmou na época (A REPÚBLICA, 29/10/1909). Novos detalhes dos acontecimentos do período são pontuados por Thomé (2009) a partir de novas cartas emitidas por Gisella em 04 de novembro de 1909, sugerindo que o grupo de criminosos teria seguido o caminho de Palmas, PR, em direção ao Paraguai. No entanto, uma equipe de 10 homens comandados pelo alferes Hoening já estariam no encalço do bando à partir daquela cidade paranaense. Temendo a ocorrência de muitas mortes, o grupo não teria sido atacado ao passar por Irati, PR, já que se deslocavam como viajantes. A carta menciona o fato de que Vaccariano teria dito que como brasileiro, não admitia que companhias estrangeiras lhe roubassem, e por esta razão, agiu liquidando daquele modo as contas com Stenghel. Um deputado chamado Cleves, teria ouvido a fala de Vaccariano enquanto almoçava na estação de Irati, quando Zeca chegou com um grupo de 14 homens armados para fazer compras.

Gisella relata ainda que o engenheiro Kaiser, uma das vítimas do assalto, teria passado por Calmon destinando-se à São Paulo. Mas enviou telegrama de Palmas, o que reforça a ideia de que também teria ido atrás de Vaccariano, mesmo sem ninguém em sua companhia. Em seguida menciona que o pai dela estaria organizando uma polícia de homens de sua confiança para investir nas buscas de Vaccariano, cuja munição para a expedição já teria chegado. No entendimento da jovem, as praças do exército não estariam agindo com afíncuo, estando fora da capital apenas à passeio. No trecho seguinte, Gisella pede para que o cunhado envie homens de “confiança” e “sem vício”, para agirem na empreitada de buscas pelos assaltantes. Relata ainda que na localidade não haveria perigo algum, mas reforça a preocupação com o pai, o engenheiro Achilles Stengel, que costumeiramente viajaria até Uruguai, a última estação da EFSPRS em solo catarinense, a qual na atualidade fica no município de Piratuba, SC. Gisella

menciona ainda o fato de que Fabrício estaria “danado” com ele, o pai dela, uma referência ao coronel Manoel Fabrício Vieira, que teve o cunhado preso, mas o mesmo teria fugido e o referido fazendeiro não teria acreditado nesta versão. O mais provável segundo a jovem é que o fugitivo estivesse escondido no mato por medo (STENGHEL, *apud* THOMÉ, 2009, p. 39, 40).

Gisella informou ainda a passagem do juiz de direito de Campos Novos, Anfrísio Fialho, pelo local do crime durante visita ao escritório de Calmon. No lugar do assalto, o magistrado teria encontrado envelopes da companhia e dentro deles um pequeno valor de aproximadamente 15\$000 (quinze réis) (STENGHEL, *apud* THOMÉ, 2009, p. 39, 40). O autor confirma que de fato o juiz de direito da Comarca de Campos Novos, SC, esteve no cenário do crime no dia 30 de outubro de 1909, cerca de uma semana depois do ocorrido. A autoridade do judiciário vistoriou o local na companhia de policiais catarinenses e em seguida, segundo Thomé (2009), direcionou-se à Calmon, SC, de onde enviou um telegrama ao Governador do Estado de Santa Catarina, que na época era Gustavo Richard (PRC), fazendo a confirmação do caso e reiterando o envio de tropas para a Vila de Campos Novos, objetivando garantir segurança ao grupo de engenheiros e policiar a linha. Enquanto isso, em Irati, no Paraná, duas casas de negócio sinalizavam a vila, considerada ponto de refeições para quem circulava pela estrada em direção à Palmas, PR. Conforme Thomé (2009), após acamparem por alguns dias nas imediações da Estrada Estratégica Porto União da Vitória-Palmas, na travessia do rio Jangada, Zeca Vaccariano e a comitiva dele continuaram atrás do efetivo policial do Alferes João Koenig. Por pouco as forças de Koenig e o bando criminoso não se encontraram (THOMÉ, 2009).

Embora não seja mencionada a data exata, a passagem das tropas rivais entre Palmas e Irati, em solo paranaense, ganhou destaque na imprensa de Ponta Grossa no início de novembro de 1909 e simultaneamente na de Curitiba. Com apenas seis soldados e um sargento, o grupo de Koenig almoçou em Irati e dali seguiu viagem de carroça. Cerca de uma hora após terem deixado o local, é assistida pela comunidade local a chegada do bando de Vaccariano, armado com *winchesters* e montados à cavalo com três cargueiros. A parada, segundo a imprensa, foi logo após as casas de onde vieram em direção a casa do negociante Oliveira, onde fizeram compras de alimentos e vinho do Porto. No local, Vaccariano, que era conhecido dos moradores e viajantes, afirmou que seguiria rumo à Argentina e que já se considerava um cidadão daquele país platino. Zeca ainda teria perguntado pra onde teria ido o destacamento de Alferes com seus homens engaiolados e desafiou-os dizendo que passaria perto e que se a força se rebelasse contra ele e seu grupo, matariam a todos. Após fazer as compras necessárias e pagar os gastos,

Zeca e o bando teriam saído pela estrada à fora com seus companheiros de lida. Viajantes e moradores da vila, segundo os jornais, se impressionaram com a audácia do bando armado, mas mantiveram-se calados temendo que o menor comentário pudesse ferir a honra do chefe dos salteadores (DIÁRIO DO PARANÁ, 01/11/1909; DIÁRIO DA TARDE, 01/11/1909).

A linha dos textos de Thomé (2009) aprofunda conceitos versados sobre o coronel Manoel Fabrício Vieira, oficial da Guarda Nacional, que ao longo deste trabalho tem garantido inserção nos acontecimentos que envolvem Zeca Vaccariano e o Assalto ao Trem Pagador. A notável relação há muito forjada nos campos de batalha, fortemente entrelaçada nesta construção literal, é amplamente aceita pelo autor que infere que Vieira era um ex-militar do Exército baixado sob a patente de capitão. Após a Revolução Federalista (1893-1895), baseou-se na região Sul do Paraná, local do qual sua influência emanou-se pelos domínios da Região do Contestado: “Era bem visto pelo comando da Inspetoria Militar com sede em Curitiba, pela polícia e por uma grande parte da imprensa” (THOMÉ, 2009, p. 42). Este muito provavelmente teria sido o motivo de várias autoridades, terem saído em defesa de Fabrício Vieira, quando atribuído a ele, associação ao caso do Trem Pagador (THOMÉ, 2009, p. 42). A boa fama do coronel e o estreito relacionamento com a imprensa, podem ter garantido condições para Fabrício Vieira apresentar a versão dele sobre os fatos e buscar distanciar-se dos acontecimentos criminais.

As alegações, no entanto, não foram suficientes para convencer Gisella Sthengel, que voltou a corresponder-se com a família após Fabrício Vieira debater as acusações de que seria o chefe da quadrilha vacariana. Segundo ela, “quanto aos artigos do Fabrício, ele está se vendo apurado, está escrevendo quanta besteira há, mas elle vae ver o fim” (STENGHEL, *apud* THOMÉ, 2009, p. 42). No entendimento de Gisella, não valeria a pena responder ao fazendeiro a quem ela chama de “maltrapilho, que não vale nada, só se pode perder o tempo” (STENGHEL, *apud* THOMÉ, 2009, p. 42). Segundo ela, os rapazes do escritório da Companhia teriam escrito um artigo para os jornais em resposta ao posicionamento de Vieira e até chegaram a enviar alguns telegramas, entretanto Achilles mandou rasgar tudo. A correspondência traz ainda informações sobre a fuga de Vaccariano e o grupo que teriam seguido em direção à Palmas, mencionando ainda a prisão de João Mariano, um dos integrantes da quadrilha, encontrado pela polícia gaúcha em Vacaria-RS. O texto menciona ainda a presença de um dos filhos do coronel Amazonas, de União da Vitória, que teria estado na região e feito perguntas sobre o caso, o que no entender da jovem, revelaria a possibilidade de Amazonas ter alguma relação com o ataque ao pagador. Descobrir a verdade, segundo ela, seria questão de tempo. Gisella encerra a carta

anunciando a contratação do advogado Dr. Casemiro para cuidar dos procedimentos jurídicos do crime perante a justiça. Achilles teria o chamado por ser homem sério, afirma a jovem (STENGHEL, apud THOMÉ, 2009, p. 43).

Na segunda quinzena de novembro de 1909, Edgar Alencar Guimarães, o “Gardito”, redigiu, segundo Thomé (2009), uma correspondência secreta em acordo com o engenheiro Achilles Stenghel, destinada ao chefe de polícia do Estado do Paraná, na qual denunciava oficialmente em nome da Cia EFSPRS, a participação do coronel Manoel Fabrício Vieira e o envolvimento de políticos de União da Vitória com a quadrilha de assaltantes, inferindo ainda o acobertamento e proteção de Zeca Vaccariano durante a fuga. O receio que a correspondência caísse em mãos erradas fez com que a carta fosse envelopada juntamente com uma carta remetida por Giselle para a família em Curitiba, identificada por um bilhete enviado pelo malote da Companhia. No texto Gisella pede um favor ao cunhado, para não abrir a carta que segue junto e que a mesma seja entregue em mãos ao chefe de polícia, Dr. Costa Carvalho, ressaltando ainda que o envio pelo correio poderia ser detectada por “sujeitos do Porto da União, muitos bandidos que são, vendo a carta redigida ao chefe de polícia, são capazes de lê-la e não deixarem ir além...” (STENGHEL, apud THOMÉ, 2009, p. 44).

Para a imprensa, conforme infere Thomé (2009), a perseguição da justiça foi integralmente frustrada pela deficiência de caminhos e facilidades de esconderijos oferecidos pela floresta densa, na qual os salteadores estavam familiarizados. No inquérito policial instaurado pela Comarca de Campos Novos, além do líder Zeca Vaccariano, foram identificados e indicados: Antonio Ignácio de Vieira (Antonio Honorato), João Camilo, Antonio Pinheiro, João Horácio, Antonio Leonidio, José Mattana, Lourenço Menessoski, Francisco Guerino, Abrão Porsmo, Wenceslau Moraes, João Pereira, Olympio Cabral, Florêncio Francisco Silva, Saturnino Moraes, Rufino de Almeida, Manoel Dutra, Bernardino José Chaves, João Mariano, Affonso Silva, Janguinho, João Calábria, João Pinheiro, Lourenço Baptista, José Calábria Antônio Ferro e Antonio Leonardo. O primeiro, conforme a justiça sendo o empreiteiro dos trabalhos da ferrovia, sendo os demais parte trabalhadores, jornaleiros, camaradas, entre outros (TRANSLADO APELAÇÃO CRIME JOÃO MARIANO, 1918; PROCESSO CRIME ZECA VACCARIANO, 1918).

As investigações levaram a descoberta de que os valores do assalto foram divididos entre os criminosos ainda no dia do crime, no “Passo do Tigre”, local para o qual o bando vacariano se dirigiu após o assalto. De lá o grupo teria seguido em direção a Porto União da Vitória, atuais municípios de Porto União, SC e União da Vitória, PR, que na época era uma

cidade única, entretanto não teriam adentrado à vila urbana pelo receio de serem reconhecidos, já que a repercussão do caso tomou grandes dimensões em toda a região e a Cia EFSPRS teria colocado toda a força regimental de segurança no encalço do grupo (THOMÉ, 2009; PRIMEIRO, 2012-2013).

Em depoimento ao inquérito policial instaurado em 22 de janeiro de 1910 pela comarca de Campos Novos, Henrique Jorge Baroni, na época com 33 anos de idade, afirmou que os acusados agiram premeditadamente, uma vez que teriam concebido o plano de assaltar o pagador às vésperas da ação criminosa. Após executar o crime, o bando se apossou de quatro *winchesters*. De acordo com Baroni, Vaccariano e Manoel Fabrício Vieira eram sócios em uma empreitada do trecho da 6ª divisão (TRANSLADO APELAÇÃO CRIME JOÃO MARIANO, 1918; PROCESSO CRIME ZECA VACCARIANO, 1918). Do que se apurou como certo, antecedendo ao dia do pagador, Vaccariano reuniu a família e os levou para Porto União, local que segundo fontes orais, moravam parentes da família (TRANSLADO APELAÇÃO CRIME JOÃO MARIANO, 1918; PROCESSO CRIME ZECA VACCARIANO, 1918; GAERTNER, 1974). Conforme depôs Kaiser, a retirada da família de Vaccariano do local aconteceu cerca de seis semanas antes do assalto. O depoimento soou pesado e o caso levou Kaiser a se desligar da construção e deixar a região (O LIBERTADOR 09/02/1910). Outro fato que de certa forma presume uma ação planejada, é a informação de que Vaccariano teria ordenado o corte dos fios telegráficos entre os Km 152 e 148. Mesmo com a área sem comunicação, as informações sobre o ocorrido acabaram chegando ao conhecimento das autoridades, já que segundo periódicos, dois moradores de origem polonesa que seguiam pelos trilhos em direção ao quilômetro 164, onde faziam compras, teriam presenciado os disparos à uma distância de cerca de 200 metros. As testemunhas se dirigiram para 2ª Residência em Calmon-SC, onde o fato foi relatado ao responsável, Pedro de Castro, que de imediato comunicou Achilles Stenghel (DIÁRIO DA TARDE 29/10/1909).

Uma dúvida importante que paira sobre o episódio é a motivação do crime. Para Espig (2008), a sugestão mais observada por diversas fontes é de que teria se tratado de um mero assalto, objetivado pelos problemas financeiros os quais Vaccariano vinha passando, após não ter se dado bem na administração das próprias finanças. Autores como Queiroz (1966) e Thomé (1983) também sustentam tal teoria, tanto que durante oitiva do pagador ao longo do trâmite do processo crime, fora afirmado que muitos dos operários de Zeca estariam com os salários atrasados. Diante deste problema, que também atingia outros tarefeiros, a Companhia passou a utilizar vales que eram repassados aos turmeiros pelo tarefeiro (TRANSLADO APELAÇÃO

CRIME JOÃO MARIANO, 1918; PROCESSO CRIME ZECA VACCARIANO, 1918; ESPIG, 2008). Além disso, a conforme Primeiro (2012-2013), a lista de devedores do armazém de Zeca só aumentava, sem previsão de recebimento das dívidas.

Uma outra linha de entendimento aponta para o descontentamento geral dos tarefeiros à partir da forma com que Stenghel passou a realizar os pagamentos, baseado em uma política própria de valores e descontos (O PROGRESSO, 30/10/1909). Este modelo de operação estaria reduzindo o poder que os tarefeiros exerciam sobre os turmeiros. A imprensa da época, por sua vez, repercutiu os comentários da época que Vaccariano havia assaltado o trem para cobrar-se do que lhe era de direito e a companhia lhe negara pagamento (O PROGRESSO, 06/11/1909). Em *Primeiro* (2012-2013), historiadores afirmam que uma roçada entre a região de Taquaral Liso e a Estação Herval seria o motivo da discordância nos valores da empreitada entre Zeca e Stenghel, já que o grau de dificuldade dos serviços deixou o trabalho demorado, tornando os valores pactuados muito abaixo do custo real da contratação. Neste ponto, Thomé (2009) colabora com o entendimento afirmando que a última semana de outubro de 2009 teria sido decisiva na trajetória de Vaccariano, o qual costumava adiantar pagamento aos contratados dele e que desejaria assim honrar o que havia prometido, a base de 3\$000 a 4\$000 (três a quatro mil réis) por uma jornada diária ou valores entre 80\$000 e 100\$000 (oitenta e cem mil réis) para os mensalistas (THOMÉ, 2009). A Companhia no entanto, teria se negado em fazer o adiantamento, alegando ausência de medições, o que teria irritado Vaccariano, levado a arquitetar um plano para tomar o dinheiro pela força (THOMÉ, 2009).

Em entrevista concedida à imprensa paranaense, Ernesto Kayser refuta a alegação de Vaccariano, ao afirmar que a Companhia não estaria devendo nada ao ex-tarefeiro, a não ser uma pequena quantia de 32:000\$000 (trinta e dois contos de reis). A resposta é enfática: “A São Paulo – Rio Grande nunca deveu um vintém a Vaccariano e se lhe dizia seu credor é porque nunca pagou os trabalhadores que lhe trabalhavam no trecho da sua empreitada” (DIÁRIO DA TARDE, 11/11/1909). Kaiser afirmou ainda que conhecia Vaccariano: “É conhecido como homem de maos instintos”, afirmou o entrevistado, o qual seguiu o interrogatório depreciando o grupo de trabalhadores que integrava a equipe do ex-tarefeiro (DIÁRIO DA TARDE, 11/11/1909).

Ao longo do tempo tem se buscado compreender o conjunto de acontecimentos que se integram a história do assalto ao trem pagador. Um dos mecanismos é a arte cinematográfica. Neste contexto, Hagemeyer (2012), considera que uma obra fílmica é uma contra análise da sociedade, e desta maneira a reconstituição cênica de fatos pode garantir compreensões acerca



do contexto social em que foi produzido. Esta representação pode ser ampliada com base na teoria dos simulacros de Baudrillard (1983; 1991; 1996), a qual é utilizada como forma de compreender a sociedade, levando também em consideração as relações com a mídia e a técnica, entrelaçando valores sógnicos, imaginários e fatores histórico-sociais. Tal análise nos traça uma percepção que recebe inclusive a contribuição de Eric Hobsbawm (1970; 1976; 2017), que mencionou o cinema em vários trabalhos dele. O autor observa uma relação entre o cinema e o Banditismo social, pontuando que os filmes de Hollywood, especialmente os filmes de faroeste, retratavam uma versão romantizada e idealizada do Banditismo social. Este segmento cinematográfico historicamente apresentou os bandidos como heróis lutando contra o sistema opressor, muitas vezes representado pelo governo ou pela lei. O autor infere que tanto o cinema quanto a cultura popular em geral, contribuíram para a perpetuar essa visão romantizada do banditismo social, o que de certa forma conduziu à uma legitimação do crime (ERIC HOBSBAWM, 1970; 1976; 2017).

O episódio do trem pagador possivelmente pode ser melhor interpretado a partir de conceitos obtidos pela verossimilhança cinematográfica: Recriada cinematograficamente na obra *Primeiro Assalto ao Trem Pagador* (2012-2013), a roda de chimarrão entre Vaccariano e Carlos Gaertner, episódio que segundo fontes orais e o próprio personagem, o qual se torna colaborador de uma revista do Vale do Itajaí, na década de 1970, teria acontecido em Porto União, uma das últimas moradas do ex-combatente (GAERTNER, 1974; ESPIG, 2008; PRIMEIRO, 2012-2013). No encontro que como de costume reunia considerável número de pessoas no entorno de Zeca, desejosos de ouvir seus contos, Vaccariano afirmou a Gaertner que naquela época era escriturário do governo, que o ataque ao pagador foi a única forma encontrada para cobrar o que a Companhia lhe devia, já que a fome havia se abatido sobre as turmas e os trabalhadores não tinham o que comer. Além disso, o caderno de anotações da venda que fornecia aos peões, não tinha mais espaço para anotações (GAERTNER, 1974; ESPIG, 2008; PRIMEIRO, 2012-2013).

Para Espig (2008), de maneira geral, permaneceu também a representação na qual Vaccariano era uma boa pessoa, sendo obrigado a agir marginalmente após ter o pagamento negado pela chefia da construção o que conduziu ao assalto como forma de honrar os compromissos com seus contratados. Nesta linha, seguem também diversos historiadores na obra fílmica, os quais apontam em entrevista com base em um entendimento pessoal, Zeca apenas retirou da ferrovia o que lhe era de direito. O documentário retrata ainda o conceito de que mais bandido além do próprio Vaccariano, seriam os responsáveis pela construção, por

terem explorados tantos trabalhadores, assassinado nativos, entre outras atrocidades cujas vítimas à exemplo dos mortos no assalto, também mereceriam um monumento (PRIMEIRO, 2012-2013). A inferência do grupo de historiadores sobre o marco monumental, refere-se a cruz de ferro erguida mais tarde pelos trabalhadores da Companhia, no local do ataque. No pedestal esculpido em basalto uma placa apresenta a dedicatória de: “Paz as victimas do bandido Zeca Vaccariano, Kil°152 – 24 – X – 09” (THOME, 2009).

**Figura 3 – Cruz do Vaccario em Pinheiro Preto-SC**



Fonte: Acervo Memorável Trem de Ferro (2011)

Para qualquer das direções que se aponte, considera Espig (2008), que a escala conflitual é um forte elemento revelador do ambiente de desavença entre tarefeiros e contratantes. A participação de fato de turmeiros na ação criminosa é outra questão controversa, que segundo a autora, é documentalmente imprecisa. De qualquer forma, tudo leva a crer que Zeca Vaccariano teria contado com a atuação de um grupo entre 20 e 30 homens armados (THOMÉ, 2009; ESPIG, 2008; TRANSLADO APELAÇÃO CRIME JOÃO MARIANO, 1918; PROCESSO CRIME ZECA VACCARIANO, 1918).

Retomando o discurso da imprensa, inicialmente o fato foi tratado como autoria atribuída a “indivíduos de má conduta, ex-trabalhadores da estrada, que infestam toda aquela zona de sertão bruto” (DIÁRIO DA TARDE, 25/10/1909), tendo ainda alguns meios, limitando-se em noticiar o ataque a Baroni partido de trabalhadores (O PROGRESSO, 26/10/1909). O processo crime refere-se aos ajudantes do tarefeiro com o uso de nomenclaturas como “trabalhadores, camaradas, jornaleiros, entre outros”, os quais atendiam as demandas do tarefeiro. Entretanto, nas oitivas policiais, Baroni afirma que os bandidos eram prioritariamente homens do Coronel Manoel Fabrício Vieira (TRANSLADO APELAÇÃO CRIME JOÃO MARIANO, 1918; PROCESSO CRIME ZECA VACCARIANO, 1918). Antes disso, em entrevista concedida na capital paranaense, o engenheiro Ernesto Kaiser havia afirmado que os assaltantes não eram trabalhadores no trecho empreitado, mas na verdade eram “vagabundos, ou melhor como se diz no Brasil, capangas” (DIÁRIO DA TARDE, 11/11/1909).

A suspeição da faculdade moral dos contratados por parte das declarações dadas a imprensa, repercutiu negativamente perante a opinião pública, o que na visão de Espig (2008), teria levado a Companhia a reconsiderar sua narrativa ao ponto que no entendimento da autora a descrição mais adequada para grupo de assaltantes seria um misto de turmeiros, homens de confiança, além de capangas de Vaccariano (ESPIG, 2008). Ao versar sobre a índole de Zeca Vaccariano, merece atenção especial o fato de que após apossar-se de todo o montante financeiro do pagador, Zeca Vaccariano e a maior parte do bando pegou o caminho da mata, enquanto que alguns preferiram seguir pela linha, no sentido Norte, na direção de Rio das Pedras, atual cidade de Videira. Antes de deixar o local do crime, Vaccariano resistiu ao interesse de seus camaradas em matar Kayser e Baroni, afirmando que não era com eles que o grupo tinha contas a acertar (TRANSLADO APELAÇÃO CRIME JOÃO MARIANO, 1918; PROCESSO CRIME ZECA VACCARIANO, 1918).

Capturados, os dois sobreviventes foram obrigados pelo líder do grupo a seguir linha abaixo, em direção a Limeira, atual cidade de Joaçaba-SC, só sendo possível o regresso no dia seguinte. Ao receber a informação do ocorrido por turmeiros da ferrovia, Pedro Teixeira de Castro, um assistente de Kayser que havia ficado em Rio das Pedras, preparou com armas o operário Diógenes da Silva Paraná, um apontador, para que fosse em socorro à Baroni. Mas se aproximando do local da emboscada, Diógenes foi pego de surpresa por um grupo de cinco capangas de Vaccariano que não permitiram que ele socorresse o pagador. Ameaçado de morte pelo camarada Rufino de Almeida, o apontador se viu obrigado a retornar.

Depois que Diógenes voltou, o assistente Pedro Teixeira viu o bando passar pela residência da ferrovia em Rio das Pedras e os reconheceu como trabalhadores que estavam a serviço de Vaccariano na empreitada ferroviária. Em seguida, Pedro Teixeira montou a cavalo e seguiu até o local do crime, onde localizou os corpos de Menezes e Guilherme jogados ao chão com vestígios de perfurações por bala e marcas de golpes de facão. Tais ferimentos, muito provavelmente teriam sido feitos após o assassinato dos dois. Teixeira decidiu então seguir pela linha em construção, chegando ao túnel escavado para a passagem da ferrovia onde foram encontrados escondidos, o pagador Baroni e o engenheiro Kayser, além de Lino Ferreira, que foi localizado com graves ferimentos. No retorno à estação de Rio das Pedras, ficou sabendo que Vaccariano e o bando haviam fugido para Gramado, um pequeno povoado ao Norte da estação, que na atualidade pertence ao município de Rio das Antas-SC (TRANSLADO APELAÇÃO CRIME JOÃO MARIANO, 1918; PROCESSO CRIME ZECA VACCARIANO, 1918).

Ao estudar o caso a partir de uma abordagem jurídica, Moraes (2020), compreende que o feito de Vaccariano instiga o pensamento e lança diversos questionamentos, instituindo uma profunda reflexão sobre o acontecimento e os protagonistas daquilo que ele chama de “epopeia sertaneja”. O autor questiona se teria sido este um ato criminal como tantos outros em que a motivação central seria a obtenção de riquezas. O que instituiria em trabalhadores o desejo de seguir a chefia do tarefeiro em um ato de tamanha audácia quanto a do caso em questão? Qual a reflexão proporcionada pelo acontecimento a partir da observância do conflito armado, o qual aconteceu nesta mesma região, poucos anos depois? Tais reflexões, reitera o autor, são possíveis ao passo que se coloca em análise apontamentos trazidos pelo processo judicial instaurado na Comarca de Campos Novos para investigar o crime praticado por Vaccariano e o grupo dele (MORAES, 2020, p. 169).

Conforme Moraes (2020), Vaccariano requeria da Companhia o pagamento pelo serviço da turma dele, entretanto, a quitação da dívida não aconteceu, culminando com os eventos do crime. Nos autos do processo criminal, fonte prioritária utilizada por Moraes (2020) para tal abordagem, o depoente Irineu Cheis, testemunha de defesa de Zeca Vaccariano, alega que o assalto foi executado para honrar os compromissos de pagamento aos homens que estavam sob sua responsabilidade (PROCESSO CRIME ZECA VACCARIANO, 1918, p. 73). Tal informação também é verificada no Translado de Apelação Crime de João Mariano (1918). Para Moraes (2020), à exemplo de Vaccariano, comumente os tarefeiros também eram negociantes, fazendeiros e até mesmo políticos locais, os quais recrutavam trabalhadores

sertanejos da própria região a partir da percepção de serem homens de confiança. A percepção de Moraes (2020), a qual aporta-se na linha argumentativa de Machado (2004), nos sugere que a terceirização de serviços e contratação de trabalhos com a Companhia era uma atividade restrita à pessoas influentes ligadas à setores da política, o que notadamente nos faz entender que Zeca Vaccariano de fato não estaria atuando em carreira solo no fornecimento de trabalhadores para a obra, mas sim, ligado ao grupo notadamente poderoso, vinculado à coronéis e mandonistas locais (MORAES, 2020, p. 170; MACHADO, 2004, p. 147).

O autor evidencia que os desentendimentos e incoerências no que se refere aos rendimentos de Vaccariano podem ter sido gerados a partir da decisão da *Brazil Railway Company* de pagar os funcionários por meio de vales, o que acabava diminuindo o poder que os tarefeiros tinham sobre seus funcionários (MORAES, 2020, p. 170). Nos dias que antecederam o crime, o tarefeiro se deslocou até Calmon na tentativa de negociar as diferenças em relação ao pagamento de suas empreitadas, uma vez que não recebeu valores suficiente para pagar todos os seus funcionários. No encontro com Baroni, o próprio pagador afirmou que não haveria mais o que receber, já que o valor total já havia sido acertado. Não tendo a reivindicação atendida, o inconformismo gera reação imediata em Vaccariano, que avisou que “o Dr. Achilles havia de pagar isto mais cedo ou mais tarde” (MORAES, 2020, p. 170; PROCESSO CRIME ZECA VACCARIANO, 1918, p. 46).

Para Moraes (2020), os problemas com a ferrovia não foram exclusividade de Vaccariano. O nome do coronel Maximino de Moraes, que futuramente figuraria entre os vaqueanos a serviço do exército na Guerra do Contestado, também insere-se entre os queixosos à administração de Achilles Stengel. Objetivando receber seis contos de réis como pagamento pela empreitada dele, Maximino enviou o sobrinho Leandro até Limeira para negociar com o engenheiro responsável por aquela divisão. Entretanto, controvérsias em relação a execução dos trabalhos e o que estava especificado em contrato fizeram com que a Companhia se recusasse a pagar, o que causou profunda irritação no tarefeiro. Irritado com a decisão do engenheiro de não pagar seu tio pela empreitada, em conversa com o lavrador Isac dos Santos, Leandro dispara: “Não tem nada, o Zeca e Maximino hão de cobrar-se”. Tal declaração sugere uma aproximação involuntária com a teoria de Hobsbawm sobre o Banditismo social (PROCESSO CRIME ZECA VACCARIANO, 1918, p.18). Segundo Moraes (2020), a narrativa de Isac dos Santos inclui até mesmo Vaccariano, que como já alegado, tinha problemas por outra empreitada e dias seguintes ao fato executaria o assalto.

Na visão de Moraes (2020), o assalto ao trem pagador talvez não surtisse o efeito

suficiente para vingar de um todo os descontentes com a ferrovia. Para o autor, o principal responsável pelo descontentamento geral tinha nome e era o Dr. Achilles Stengel. Ressalta que testemunhas ouvidas no processo relatam que Vaccariano havia enviado um de seus camaradas à Porto União para assassiná-lo. O tal capanga atenderia pelo nome de Rufino, que colocou-se em prontidão observando o desembarque das locomotivas que chegavam naquela estação na esperança de encontrar Stengel; o que não ocorreu (MORAES, 2020, p. 170; PROCESSO CRIME ZECA VACCARIANO, 1918, p.41).

As relações de trabalho, segundo o entendimento de Moraes (2020), praticadas ao longo da construção da EFSPRG, podem ser objetivamente analisadas para o entendimento das dinâmicas sociais do universo sertanejo daquele período. Na visão do autor, a nova experiência de trabalho implementada nos moldes da empresa internacional não rompia de momento com os laços de compadrio e o coronelismo, fundamentos das relações sociais envolvendo os indivíduos do Sertão do Contestado. Tanto, que os vínculos estabelecidos entre Vaccariano e seus homens, era muito mais estreito do que uma mera relação entre patrão e empregado, uma vez que alguns destes eram até mesmo compadres seus, como o caso de João Pinheiro. A afirmativa de Moraes (2020) encontra ressonância em Machado (2004), o qual versa conforme estabelecemos no capítulo anterior sobre os costumes daquela época em que a reciprocidade de compromissos era pactuada pelo batismo, gerando fortes laços entre padrinhos, afilhados e notadamente o compadre, que no caso era o pai da criança a ser batizada (MORAES, 2020; PROCESSO CRIME ZECA VACCARIANO, 1918).

No entendimento de Moraes (2020), os laços de compadrio baseavam-se em uma relação de parentesco bastante profunda, garantindo relações de dominação e subordinação. Os estudos sobre o tema mostram inclusive que ele esteve bastante presente não apenas no Contestado, mas Brasil como um todo. Argumenta o autor, que Duglas Teixeira Monteiro (1974, p. 58) conjectura que as práticas de batismo eram responsáveis pelo estabelecimento de vínculos religiosos, os quais apresentavam reflexos nos aspectos econômicos e sociais. Habitualmente os sertanejos costumavam convidar para padrinho de seus filhos os fazendeiros donos das terras nas quais eram agregados. Para eles, a atitude representava uma garantia de proteção e serviço, enquanto que para o fazendeiro assegurava a lealdade. A presença de João Pinheiro entre o grupo de assaltantes do pagador é apontado por Moraes (2020), como um indícios da participação de coronéis na arquitetura do crime. Confere o autor, que além de compadre de Vaccariano, Pinheiro era capataz da Fazenda Chapéu de Sol, do coronel Manoel Fabrício Vieira, fazendeiro de Porto União, que conforme já versamos em itens anteriores, ao

longo do conflito armado do Contestado tornou-se um prestigiado vaqueano a serviço dos militares (MORAES, 2020).

Afirma Moraes (2020), que nas noites que antecederam ao assalto, João Pinheiro foi visto vindo de Porto União na companhia de um outro camarada. Durante as oitivas, João Keche, uma das testemunhas do processo judicial, revelou boatos que a dupla se dirigia para o Rio Grande do Sul com o objetivo de atrair trabalhadores para a colheita de erva mate e que viajavam somente a noite para não serem vistos. Entretanto, depois do crime, os dois camaradas do coronel Fabrício foram flagrados retornando para Porto União na companhia de Vaccariano. O autor afirma ainda que tanto antes quanto depois do episódio criminoso, o tarefeiro responsável pelo assalto esteve em Porto União, vila na qual encontrava-se a residência do coronel Manoel Fabrício Vieira. Nas semanas que antecederam a execução do plano, Vaccariano transferiu a família dele para a referida vila de Porto União da Victória, que no período era uma única cidade, incumbindo ao auxiliar José Calábria, a responsabilidade pelo negócio. Retornando para casa ausente da família e sim na companhia daqueles que eram referidos como de homens de confiança, dias depois, executara o assalto para finalmente voltar para Porto União (TRANSLADO APELAÇÃO CRIME JOÃO MARIANO, 1918).

As oitivas de algumas testemunhas oferecem também indícios de estreito companheirismo entre o mandatário do crime com uma outra personalidade local, o coronel Henrique Rupp. O lavrador Afonso Inácio Cruz, o qual esteve na casa de Vaccariano, onde manteve negociações particulares um dia antes do acontecimento, é quem infere as alegações de uma possível relação de apoio e amizade de José Antonio de Oliveira para com o referido coronel. Durante um diálogo com João Pinheiro, o próprio Vaccariano teria garantido que não haveria perigo, já que ele contaria com o auxílio do Coronel Fabricio Vieira e que valer-se-ia também do coronel Henrique Rupp, o qual juntaria armas e gente disposta ao intento (MORAES 2020; PROCESSO CRIME ZECA VACCARIANO, 1918, p. 41. p. 11). Nas oitivas, nenhuma das testemunhas afirmou ter objetivamente reconhecido pessoas ligadas ao do coronel Henrique Rupp entre os mais de quinze envolvidos no episódio do assalto. Entretanto, Vicente Menezes, um tipógrafo arrolado como depoente, avistou o coronel Rupp na vila de Campos Novos, nas proximidades de um armazém no qual estavam depositadas oito carabinas *comblain* adquiridas por Vaccariano (MORAES 2020; PROCESSO CRIME ZECA VACCARIANO, 1918, p. 41). p. 15).

Outra questão levantada por Moraes (2020), é que em nenhum instante os coronéis Manoel Fabricio Vieira, Henrique Rupp ou Maximino de Moraes, foram inquiridos a depor,

mesmo diante de indícios substanciais da participação de ambos. Para o autor, o fato sugere uma reflexão sobre o funcionamento do judiciário na Primeira República, mesmo judiciário que poucos anos depois incriminaria sumariamente dezenas de sertanejos por sedição (levante popular), assassinatos e incêndios ao longo da Guerra do Contestado. Argumenta o autor que neste período não se pode afirmar a imparcialidade com que agia a justiça no sertão catarinense, já que por diversas vezes antes da aplicabilidade da lei, entrava em jogo os interesses dos próprios coronéis locais. Neste conseqüente, a própria constituição de 1891 era um entrave, uma vez que só garantia o direito de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de remunerações para os bacharéis em direito da Justiça Federal, razão pela qual, o pequeno número de juízes de direito que atuavam nas esferas estaduais, os quais eram bacharéis, mantinham-se à mercê do coronelismo, vendo-se obrigados a aguardar das leis estaduais os benefícios oferecidos a colegas da esfera federal (MORAES, 2020, p. 172; LEAL, 1997, p. 102). A pressão exercida pela esfera coronelística era tamanha, que o próprio preenchimento de cargos como a escolha de juízes de direito nas vagas existentes nas comarcas era feita à partir de uma lista tripla submetida ao governador do Estado e de toda maneira, o coronelismo acabava por influenciar o processo (MORAES, 2020, p. 172; O DIA, 12/10/1917, p. 1).

Neste conseqüente, conforme infere Moraes (2020), no ano de 1918, época em que Vaccariano é localizado pela justiça e levado a julgamento, o juiz Lucas Bhering acabou assumindo o posto na comarca de Campos Novos, no Planalto Sul de Santa Catarina, após passar pelas cidades de Joinville e de São Francisco do Sul na condição de promotor público. O jurista havia sido escolhido pelo próprio governador Felipe Schmidt em 1917 para exercer as atividades de juiz de direito em Chapecó, no Oeste do estado, sendo designado no ano seguinte para uma das vagas na região litigiosa (MORAES, 2020, p. 172; O DIA, 12/10/1917, p. 2). Por anos a promotoria pública tentava garantir a prisão daquele que era apontado como mentor intelectual do Assalto ao Trem Pagador da EFSPRS e neste sentido, a prisão preventiva de Zeca Vaccariano tornar-se-ia um ato o qual agradaria a promotoria pública. Um ano após o atentado criminoso, em 1910, o principal assistente de negócios de Vaccariano, José Calábria, havia sido preso em Vacaria, RS e conduzido a julgamento na comarca de Campos Novos, SC, entretanto, os relatos testemunhais da época não trouxeram embasamento suficiente para apontar o envolvimento do personagem no crime (MORAES, 2020, p. 172; O DIA, 12/10/1917, p. 2).

Meses antes, João Mariano, outro integrante do grupo de vinte e sete suspeitos do crime mencionados no processo judicial, foi localizado no Vale do Rio do Peixe. Diversas testemunhas, que segundo Moraes (2020), presenciaram o crime, asseguraram que ele havia



feito parte no assalto. Capturado em Herval, localidade que na época era um distrito de Campos Novos, João Mariano, após o assalto, havia seguido com normalidade a vida na zona rural da vila em que ocorrera a ação criminosa. Os depoentes considerados testemunhas chave, que haviam sido ouvidas e citado o envolvimento do personagem em 1909, não foram inquiridas novamente para deporem. As alegações das testemunhas de defesa, únicas a serem ouvidas, segundo o autor, versaram pelo não envolvimento do rapaz, o qual argumentou-se ser muito jovem na época dos fatos, tendo entre onze e doze anos, o que não concorreria para a participação no referido crime. Assim, o réu foi absolvido por unanimidade, após ser submetido ao júri. Neste sentido, Moraes (2020) atenta para o caso do referido jovem, que filho de pais negligenciados no período, direciona-se à reflexão sobre a diminuta infância do início do século XX, na qual precocemente as crianças encontravam-se inseridas no universo do trabalho e da marginalidade.

Designado ao júri, finalmente Vaccariano foi levado à julgamento. Um fato se sobressai ao conjunto de acontecimentos, que o réu teria concordado em partes com a acusação, reiterando que alguns dos fatos apresentados eram verídicos. A defesa de Zeca apresentou uma única testemunha, o fazendeiro Irineu Cheis, o qual reiterou a linha argumentativa comumente evocada de que os operários de Vaccariano executaram o assalto a fim de receber o pagamento, e de que nenhuma disposição do contrário por parte de Zeca impediria a ação de seus camaradas. O depoimento acrescentou ainda a informação de que o réu não obteve enriquecimento com a ação criminosa, o que sustentaria a base argumentativa, provando que o dinheiro não havia sido roubado para benefício próprio. Tal conduta argumentativa convergia para depoimentos tomados ainda em 1910, seguindo a afirmativa que depois de assaltar o grupo de pagadores, o acusado procurou pelo comerciante Horácio Lopes, dono de uma casa de negócios e quitado seus débitos, o que teórica mente depõe à favor da moralidade (MORAES, 2020, p. 173; TRANSLADO APELAÇÃO CRIME JOÃO MARIANO, 1918; PROCESSO CRIME ZECA VACCARIANO, 1918, p. 25).

A absolvição de Zeca Vaccariano por unanimidade em todo os quesitos, expõe segundo Moraes (2020), a designação ao Tribunal do Júri como fator decisivo para a absolvição. O autor argumenta que o júri era o setor do judiciário mais afeito a influências da política local. As manobras jurídicas executadas pelos advogados iam muito além do uso do poder político e econômico, adentrando à esfera da articulação das listas de jurados, fortemente influenciada por coronéis que garantiam que os “sorteios” ocorressem na convivência dos interesses coronelísticos (MORAES, 2020, p. 173). Cabe ressaltar que o detalhamento de como se

estruturou a tese de defesa de Zeca Vaccariano, bem como qual advogado atuou na causa, são informações que permanecem ocultas. A análise das peças acessadas, no entanto, sugerem que a absolvição de Zeca Vaccariano, se deu em razão que o júri popular, aceitou a tese da defesa de que o réu era inocente dos crimes imputados. Como apresentado, a defesa usou argumentos apresentados no júri, que convenceram o corpo de jurados da inocência de Vaccariano. Convém ressaltar, que em um tribunal de júri, apenas o promotor, o juiz e advogado de defesa, possuem conhecimentos jurídicos e em tese os jurados são pessoas leigas no conhecimento do direito. Muito provavelmente os argumentos da defesa são desconhecidos pelos documentos oficiais, tendo em vista que no conselho de sentença, o principal instrumento é a oralidade. Sendo que, os jurados não têm acesso aos autos, apenas à um relatório, sem que seja feito juízo da questão em julgamento. Desta maneira, não estão evidentes nos documentos oficiais os quais foram possíveis de serem acessados, informações mais detalhadas sobre os fatos. Neste conseqüente, pondera-se que não se tratava apenas de mera lógica do sentimento, a qual informava as decisões do corpo de jurados, mas principalmente a linha ideológica, partidária, a qual de acordo com o desígnio de interesses, era usada tanto para absolver quanto para condenar (LEAL, 1997, p. 106).

A decisão favorável à Vaccariano gerou inconformismo para o promotor adjunto da comarca, capitão Amantino Luiz de Andrade. Após analisar a deliberação tomada pelo corpo de jurados da Comarca de Campos Novos, decide levar o caso ao Superior Tribunal do Estado, apelando pela anulação da sentença. O principal argumento apontado pelo promotor para a apelação residia no fato de que, conforme ele, os jurados da região costumeiramente acabavam inocentando grandes criminosos do período (MORAES, 2020). Neste contexto, reitera Moraes (2020) que a ausência de zelo do júri notada pelo promotor adjunto referenda a tese de que tais criminosos amparavam-se sob o escudo protecionista de autoridades locais. O autor considera que o julgamento de Vaccariano no comparativo com outras ações jurídicas de igual teor, ocorridas no mesmo período, ocasião em que sertanejos foram presos ao longo da Guerra do Contestado (1912-1916), evidenciam que o que ocorreu não foi mero indiferentismo, como afirmado pelo promotor adjunto, mas sim uma intencionalidade (MORAES, 2020).

Antigo aliado de coronéis locais, Vaccariano participou ativamente da Revolução Federalista (1893-1897) e mesmo na condição de foragido da justiça pelo assalto ao trem pagador, conforme versaremos mais à frente, integrou as colunas de homens de José Cleto da Silva posicionando-se como liderança de luta pela criação do Estado das Missões, promovendo saques e instaurando o caos em diversos locais da região do Contestado (MORAES, 2020, p.

174; O DIA, 17/08/1917). No outro extremo, conforme infere Moraes (2020), sertanejos que se opuseram ao domínio dos coronéis, lutando no lado oposto aos poderosos na Guerra do Contestado (1912-1916), mesmo na ausência de provas, foram levados à julgamento e condenados em júris locais, como se apresenta o caso de Firmino Alves Cardoso (MORAES, 2020, p. 174; PROCESSO CRIME FIRMINO ALVES CARDOSO, 1915).

Para Moraes (2020), a natureza de casos como o assalto ao trem pagador possibilita uma reflexão sobre a dinâmica social edificada na Região do Contestado, a qual serviu de base para que o personagem central desta trama conseguisse mobilizar um expressivo grupo de camaradas para arquitetar um crime. Contudo, para Moraes (2020), o processo criminal produzido para julgar o caso é elemento revelador das motivações, estratégias e táticas usadas pelos sujeitos, além de elementos da dinâmica social e política daquele período.

A incessante busca por Zeca Vaccariano e o grupo de assaltantes após o crime mobilizou o Exército e forças policiais do Paraná e de Santa Catarina, o que levou o líder da emboscada a procurar por regiões menos conhecidas da margem direita do rio Uruguai, no Oeste catarinense. Longe da civilização e dos holofotes da imprensa, Zeca permaneceu oculto por vários anos até que em 1916, com o fim das operações militares e o término da Guerra do Contestado, ressurgiu no Alto Vale do Rio do Peixe, sob o escudo protetivo de Manoel Fabrício Vieira e de policiais revoltosos do Paraná, insatisfeitos com a definição de limites entre Paraná e Santa Catarina, a qual dividiu o território em litígio pelo meio. Em 1917, Vaccariano e seu grupo engajaram-se em um movimento reacionário liderado pelo político José Júlio Cleto Silva, na busca de uma nova solução para a contenda (THOMÉ, 2009).

Nesta sessão, a interface entre a teorização do Banditismo Social e o caso concreto do assalto ao trem pagador, permite uma análise entre os acontecimentos envolvendo Zeca Vaccariano e identificação dos possíveis traços que o conduzem à referida categorização. No próximo capítulo, entenderemos as implicações dessa relação no sentido de uma virada de chave na vida de Vaccariano, que de bandido procurado passa a delegado de polícia e homem de prestígio no Oeste e Região de Fronteiras Sul-Brasileiras.

### **3 ZECA VACCARIANO: A ASCENSÃO SOCIAL POR MEIO DO BANDITISMO POLÍTICO**

A célebre cena presente na maioria dos filmes *western* do cinema norte-americano, em que a estrela de xerife é conferida ao homem mais valente da cidade, protagonizou-se na vida real do Oeste catarinense, onde um homem considerado bandido, virou delegado.

A emblemática saga de Zeca Vaccariano, após o fracasso da criação do Estado das Missões, conduz o personagem à uma virada de chave na trajetória protagonizando a liderança como balseiro do rio Uruguai. A nova atividade econômica, combinada às relações de poder e política, garantiriam elementos que o elevam ao posto de delegado de polícia.

Neste capítulo, apresentaremos a nova fase da vida de Vaccariano, pontuando os desdobramentos do pós-julgamento que inocentou o personagem, além de evidenciarmos avanços da colonização na região que compreende o Grande Oeste catarinense e regiões além-fronteiras Sul-Brasileiras.

Trataremos de apresentar um desfecho para o momento que consideramos crucial na existência de Vaccariano como extrativista no Extremo Oeste, instante em que Zeca sofre uma mudança brusca na trajetória, diante de novas forças econômicas locais e a saída de cena do personagem. Antecederemos os elementos que integram as considerações finais deste trabalho, revelando eventos inéditos da jornada de Zeca Vaccariano e os últimos relatos da vida de um dos mais famosos bandidos das Fronteiras Sul-Brasileiras.

#### **3.1 A Reconfiguração Política e Econômica Baseada no Oportunismo no Sertão**

Logo após encerradas as batalhas do Contestado, em novembro de 1916, pouco mais de um mês da assinatura de acordo de limites, telegramas enviados de Campos Novos, SC, para Florianópolis, davam como certo o início de um novo conflito. Desta vez, liderado por um grupo de autocratas paranaense, descontentes com os rumos da anexação do território contestado ao estado de Santa Catarina. Por traz das movimentações, estava o parlamentar republicano José Júlio Cleto da Silva, o qual contava com diversos homens incluindo o coronel Manoel Fabrício Vieira, os irmãos Vieira e Zeca Vaccariano (SILVA, 1920-1933; O ESTADO, 22/11/1916).

Conhecido tabelião da região de União da Vitória, PR, Cleto percorreu vastas distâncias incentivando o povo a aderir a causa. Partícipe da ideia, se fazia presente no grupo de pensadores, Dr. Meneses Dória, morador da capital paranaense. A revolta tomou forma e do lado rebelde já haviam diversos apoiadores e pessoas dispostas a lutar (SILVA, 1920-1933; O ESTADO, 22/11/1916).

Para defender a soberania dos estados, os exércitos entraram em ação, com grande efetivo de homens, segundo a imprensa da época. De Curitiba, partiu para região de Herval d'Oeste, um destacamento de 174 homens. Sob o comando do capitão Albuquerque Reis Silva, tendo como subalternos os tenentes Pedro Sebastião Carpes, Tulio Paes Lemos e José Soares de Faria Santos (O ESTADO, 22/11/1916). Já o regimento de segurança, tinha a frente o comandante tenente Floriano Barcellos Bica, levando oficiais subalternos, sargentos Eudorico Vieira da Silva e Horácio Xavier (O ESTADO, 22/11/1916). Para os paranaenses injuriados com o resultado da contenda, a criação de um novo estado parecia naquele momento uma resposta plausível e bastante razoável para o caso. As notícias do acordo entre os estados do Paraná e Santa Catarina à essa altura já produziam efeitos, inclusive no interior do Rio Grande do Sul, em que dissidentes se manifestaram solidários ao argumento de José Julio Cleto da Silva (O ESTADO, 22/11/1916).

No ano seguinte boatos teriam se espalhado sobre o desejo que manteria o coronel Manoel Fabrício Vieira, de reiniciar uma revolta na área de guerra. Os rumores eram tamanhos que o próprio Fabrício Vieira e Zeca Vaccariano foram à redação e um jornal de Curitiba para desmentirem a intenção de “sublevarem” o Contestado. Segundo a nota, ambos concorriam para a paz local (O DIA, 18/02/1917). A temática é retomada novamente em março daquele ano, quando o chefe da comissão de limites entre Brasil e Uruguai, General Gabriel Botafogo, esteve no Rio de Janeiro. Para tranquilizar o país sobre a possibilidade de uma nova onda de confrontos, o militar afirmou ter estado por via terrestre pela faixa do Contestado, nos limites entre Paraná e Santa Catarina, onde notara que os únicos riscos de incidentes seria se o coronel Fabrício Vieira e Zeca Vaccariano entrassem em uma nova disputa local. Entretanto pela observação do chefe de limites, tal situação se apresentava como pouco provável, já que o grupo não teria muita chance de se dar bem em combate. A essa altura, segundo a imprensa, Fabrício Vieira já estava cuidando de assuntos particulares em solo gaúcho, onde de acordo com o chefe de limites, Borges de Medeiros, então presidente da província gaúcha (cargo que atualmente é de governador), não permitiria um novo levante surgido no Sul (A RAZÃO, 21/03/1917).

No Rio de Janeiro, a imprensa da Capital Federal noticiava a interrelação entre o coronel Fabrício Vieira e Zeca Vaccariano, que estariam, se dando bem no pós-guerra com ações criminosas. Vieira, segundo o impresso, seria um “caudilhete daqueles sertões”, um caboclo inteligente que sabia explorar muito bem todas as possibilidades de lucro, mencionando que o “caboclo”, fixou residência na região de Carazinho, RS. Vaccariano foi descrito como “outro espertalhão” que mesmo apontado como um dos primeiros criminosos ligados ao assalto ao trem pagador, “depois de várias tropelias, assassinatos”, além de crimes como saques entre outras atividades ilícitas, teria se tornado “homem de bem” e sempre que se manifestava a presença de um destacamento do exército, Vaccariano se fazia presente à serviço dos militares. O jornal que apresenta uma foto bastante conhecida de Fabrício Vieira, apontado como principal líder vaqueano ao lado de seu grupo de homens, não oferece detalhes sobre o que exatamente estaria trazendo lucro para a dupla, reforçando no entanto a existência de laços entre os dois, dando indícios inclusive que a atuação de ambos se fazia além-fronteiras, incluindo a região de Carazinho, RS (A RAZÃO, 24/04/1917).

Em meados de 1917, as notícias sobre o massacre do Contestado, no interior catarinense, ainda apresentavam-se bastante aquecidas como conteúdo jornalístico. A percepção do então presidente da província paranaense Afonso Camargo sobre a definição de limites e a conflagração do episódio do Estado das Missões e o envolvimento de Cleto Silva na contenda, gerava debates. Os impressos davam por certa a conflagração de novas batalhas, desta vez a favor do novo estado, o que foi amplamente noticiado em um periódico da Capital da República, no qual o título chamava atenção para o acirramento de forças em descontentamento com o acordo de limites. O coronel Fabrício Vieira e Zeca Vaccariano, são o centro das atenções noticiosas naquele momento, que traz ainda os filhos de Vieira, Luiz Fabrício, José Fabrício, além de Chicuta, Didi Augusto, Rernardo Viana, Manoel Martins, Alves de Farias, Euclides Bandeira, Chico Feio e Meneses Dória, entre os líderes do novo levante no Sul do País (A RAZÃO, 10/08/1917).

O presidente da província do Paraná, decide intensificar o policiamento na região de Palmas, PR. Enquanto isso, Zeca e Manoel Fabrício, estariam se preparando para ações em São João (atual município de Matos Costa - SC), mas as intensivas não se confirmam e eles partem com os homens em direção a Taquara Verde, atual distrito de Caçador, SC. Por aqueles dias, 200 civis armados pelo governo paranaense estavam preparados para guarnecer Palmas, PR, que temia a volta de Vaccariano e os irmãos Vieira. Já o coronel Fabrício estaria na região de Irati, PR, onde tentava reunir gente para encorpar a revolução que pedia um novo estado no Sul

do Brasil. Na região de Paulo Frontin, interior do Paraná, policiais já guarneciam a linha férrea temendo ações dos revoltosos. Naquele período, as diligências do Exército do Paraná chegaram a divisa com o Rio Grande do Sul, onde também já haviam indícios de inquietação das comunidades locais (O ESTADO, 11/08/1917). No Rio de Janeiro, a notícia chegava até o ministro da guerra, general Barbedo, que recebeu um telegrama do coronel Ramalho informando sobre o episódio que envolvia principalmente o grupo de José Júlio Cleto da Silva e Zeca Vaccariano (O ESTADO, 16/08/1917).

Dias depois, a capital catarinense também noticiava que estava confirmada intenção de revolucionários do Estado das Missões se dirigirem para Clevelândia, PR, onde praticariam saques. Além dos grupos que seriam chefiados por Fabrício Vieira e Vaccariano, outras frentes da revolução teriam seguido em direção à Guarapuava, PR, chefiados pelo próprio José Júlio Cleto Silva, principal líder do levante. Inicialmente é possível prever a incidência do banditismo de guerrilha, associando criminalidade e revolução em um mesmo conjunto de atos. Nesta altura dos acontecimentos, Vaccariano teria telegrafado para a família informando as reais condições do movimento e confidenciado o temor da derrota. Fabrício Vieira, segundo a imprensa também teria feito contato com a família e informado que seguiria para a Argentina, de onde manteria os parentes informados das condições. Jornais da época creditavam ao coronel Ramalho, comandante geral das formas em operação, a derrota dos rebeldes diante do cenário de cercos. Na tentativa de dar fim ao movimento rebelde, um grupo de soldados partiu em direção a Palmas, PR, fazendo um reconhecimento em toda a área, objetivando a captura de Zeca e Vieira. Chama atenção, no entanto o teor sensacionalista e declaradamente contrário as causas revolucionárias, contidos ao longo do texto da reportagem publicada em Florianópolis. Mesmo com toda a movimentação, conforme revela a reportagem, Zeca não chegou a ser capturado (O ESTADO, 18/08/1917). A imprensa da Capital da República também seguia o editorial, mencionando que a maioria dos revoltosos era constituída por rio-grandenses emigrados para o Paraná, desabonando a conduta de Vaccariano, que chefiava grupos cujos integrantes teriam participado do assalto ao trem pagador (A RUA, 18/08/1917).

Em episódios seguintes, cerca de duas semanas depois, Alcides Silva, um dos chefes revoltosos, deixou Palmas, PR chegando a Porto União, SC, para apresentar-se ao coronel Ramalho, chefe da polícia local. Silva confidenciou que esteve na região de Passo Fundo, RS, onde se reuniu com o coronel Fabrício Vieira, o qual seria o chefe supremo da causa, mencionando ainda que o movimento teria iniciado precipitadamente antes da hora. Neste período, conforme relatou Silva, Vaccariano encontrava-se na localidade de Horizonte, PR

reunindo 200 homens bem armados com *mouser* e *winchester* além de farta munição para combates. Ao tomar ciência das fortes colunas do exército que seguiram ao encalço de Zeca, o grupo rumou para Clevelândia, PR. Inquirido, Silva negou a existência de saques na região, informando que os comerciantes decidiram por conta própria ajudar as tropas (O ESTADO, 28/08/1917).

Não demorou muito para a imprensa atualizar o caso, dando nítida demonstração de que as notícias da contenda do Estado das Missões, mobilizavam o público ávido por notícias do interior. Desta vez a reportagem abria falando de que as coisas continuavam calmas em Porto União, SC, enquanto que Cleto Silva teria se negado a se apresentar a autoridades policiais em Palmas, PR. O tom da reportagem suscita dúvidas em relação a veracidade dos fatos, dada a conotação ligeiramente cômica e fantasiosa da produção jornalística do período (O ESTADO, 31/08/1917).

No mês seguinte, as notícias sobre os principais sinais de desmobilização da insurgência paranaense, chegavam timidamente pelos periódicos. De Palmas, PR, Capitão Van Ervan, de ofício em Barracão, PR, fronteira paranaense, cita o encontro com Luiz Fabrício e Maurício Fabrício, filhos do coronel Fabrício Vieira, além de Modesto Luz, entre outros, que teriam sido advertidos para se apresentarem após os episódios de tentativa de criação do novo estado. Desta feita, a notícia sobre Vaccariano, não fala sobre os feitos de bravura do personagem e sim mencionam-no por ter debandado para o país vizinho. João Ruas, que seria um dos líderes do movimento em oposição, havia se dirigido para a fronteira com a Argentina, onde teria sido informado que José Vaccariano, que teria “internado” naquele país. A reportagem do Jornal A razão, ainda informa que o fim da revolta se deu de forma pacífica (A RAZÃO, 01/09/1917).

O mês de outubro daquele ano traria novas amarguras para Vaccariano, que perderia um de seus principais integrantes do grupo de confiança. A notícia do assassinato de Salvador Carneiro Pinheiro, vulgarmente conhecido como Dente de Ouro, foi dado pelo próprio Chefe de Polícia do Estado aos jornais da capital catarinense, após ter sido informado por um telegrama em 15 de outubro daquele ano. Os assassinos foram identificados como os sírios Antônio Domit e Amim Domit, que após o crime seguiram para São Paulo, segundo relato do Capitão Manoel Pereira, que solicitou guarnições para seguir em diligência. Dente de Outro era muito conhecido na região do Contestado após ter lutado contra os caboclos ao lado do Exército do Paraná, chegando a ser apontado como autor da degola de 17 homens inocentes nas margens do Iguaçu, na região de Valões. Conhecido por viajar de trem pela EFSPRS, na companhia de políticos locais de Timbó, SC, Dente de Outro tinha ainda uma outra característica que o



distinguiu de bandidos comuns; era sobrinho do general e então senador da República, Pinheiro Machado. Conhecido ainda pela alcunha de Salvadorzinho, buscou refúgio em Santa Catarina após fugir do Rio Grande do Sul acusado de envolvimento em um homicídio. No Contestado, tornou-se líder vaqueano à mando de Manoel Fabrício Vieira (MACHADO, 2004, p. 282).

O relato de um jornal do período menciona detalhes da vida de Dente de Ouro, que na época com 40 anos, confidenciou a um jornalista que teria estudado em um colégio de Padres em São Leopoldo, na Grande Porto Alegre, e que teria ingressado no comércio da erva-mate no interior de Santa Catarina. Conforme o impresso, as pessoas procuravam se relacionar bem com ele, temendo a sua perversidade. Os boatos da época davam conta de que se tratava de um violento bandido, tendo cometido diversos crimes durante a Guerra do Contestado (1912-1916). Contudo a principal conexão com Vaccariano se dava pelo fato de que Dente de Ouro integrou fielmente o grupo de assaltantes do pagador, seguindo firme os propósitos designados por Zeca nos momentos seguintes ao episódio. Salvador tratava a Vila de Timbó como fosse de propriedade dele, costumando viajar acompanhado com pelo menos cinco capangas, o que lhe garantia a segurança (GAZETA DO COMMÉRCIO, 27/10/1917).

Notadamente a rede de relacionamentos construída por Zeca Vaccariano ao longo da carreira vocacionada ao atendimento das demandas de personagens detentores de poder e prestígio nas regiões das Fronteiras Sul-Brasileiras, conforme visto até aqui, constituir-se-á de elemento para o ingresso em momento que pode ser compreendido como uma terceira fase da trajetória do personagem. Para este novo ciclo, além dos vínculos já apresentados e amplamente evidenciados, destaca-se o líder do movimento pró-estado das Missões, José Júlio Cleto Silva, o qual menciona textualmente sua obra “*Accordo Paraná – Santa Catarina ou O Contestado diante das carabinas* (1920)”, a intrínseca relação entre ele próprio, Vaccariano e o Cel. Manoel Fabrício Vieira.

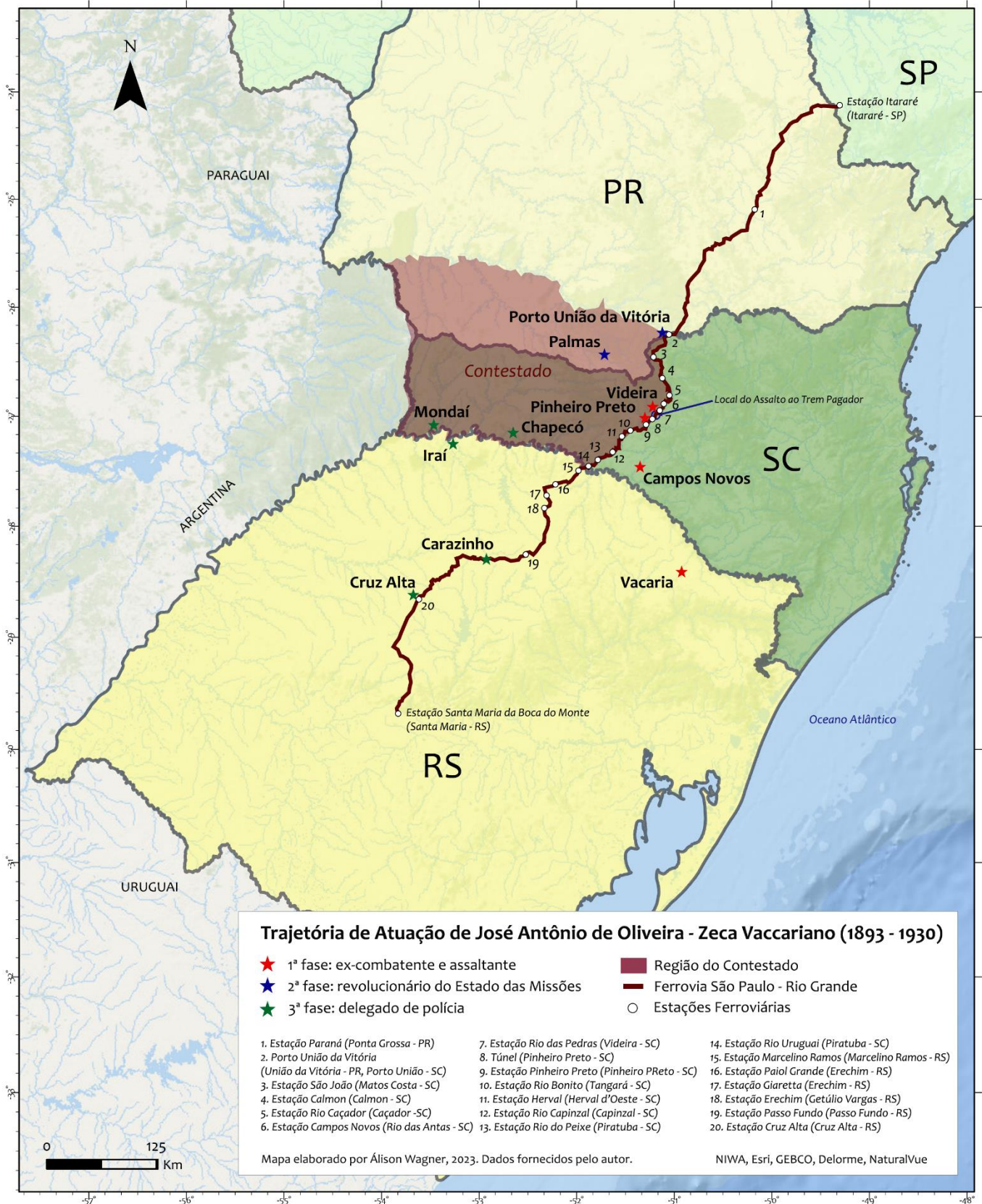
Com sucessivo fracasso da criação do Estado das Missões, tendo a primeira tentativa em 1910 e a dispersão do movimento separatista de 1917, Zeca Vaccariano, assume uma nova vida nas encostas do rio Uruguai, no Extremo Oeste Catarinense. Naquela região, Vaccariano inicia novas atividades econômicas com a criação de gado, extração de erva-mate e especialmente a retirada de madeiras, atuando com protagonismo na navegação balseira do rio Uruguai, o que lhe garantia prestígio social e novas possibilidades rendas as quais somavam-se com ações de contrabando com os *hermanos* argentinos (THOMÉ, 2009).

Nas primeiras décadas do século XX, a região do Extremo-Oeste catarinense era considerada como um Sertão bravo, abrigo de foragidos e renegados de batalhas políticas do

Sul, como a Revolução Farroupilha (1835-1845), a Revolução Federalista (1893-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916) além de fugitivos da justiça de diversas origens (ECKERT, 2010). Do misterioso Augusto Schaffer ao líder caboclo José Fabrício das Neves, sendo mais tarde também paradeiro de renegados da Coluna Prestes (1925-1927), como foi o caso de Porfírio Alves dos Santos, as matas do Velho Oeste catarinense, representaram o refúgio ideal para a vida marginal (ECKERT,2010).

Neste cotidiano, onde as bravatas sobre as revoluções e os assuntos envolvendo ações de crueldade, eram recorrentes nas rodas de conversa, Zeca Vaccariano garante inserção, uma vez que à exemplo dele, conforme atesta o autor, muitos dos moradores do período haviam participado de algum movimento e integrado grupos maragatos ou chimangos, daí a razão para protagonizarem falas de aventura (BREVES,1985).

**Figura 4 – Mapa de Atuação de José Antônio de Oliveira – Zeca Vaccariano (1893-1930)**



**Fonte: Arte elaborada por Álison Wagner (2023)**

A descrição geográfica, paisagística e cultural da porção territorial da região do Contestado, situada a partir da margem direita do rio do Peixe, nos é auferida por Wenceslau de Souza Breves, na literatura *O Chapecó que eu Conheci* (1985). No boletim, editado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – (IHGSC), o ex-auxiliar da Comissão Técnica discriminadora de Terras do Estado, o qual atuou no Oeste catarinense, entre os anos de 1919 e 1924, faz um apanhado memorial dos acontecimentos que marcaram as primeiras décadas do século XX, na região das Fronteiras Sul em Santa Catarina. Os relatos são de uma região de má fama, de chacinas, invasões de fronteiras, forte rivalidade política e acirramento de ânimos, envolvendo caboclos, índios e imigrantes europeus (BREVES, 1985, p. 7-73).

O autor faz um apanhado dos principais episódios políticos, sociais e culturais da região, restringindo-se ao Oeste, porção territorial que até 1917 integravam áreas de domínio dos municípios paranaenses de Palmas, PR e Clevelândia, PR. No período, a vasta área de terras de quase 14.000 quilômetros quadrados pertencia exclusivamente ao município de Chapecó, criado por meio da Lei nº 1147, de 25 de agosto de 1917. A extração da madeira, segundo o autor, teria sido a primeira atividade econômica local, com a chegada da empresa colonizadora Chapecó-Peperi, em 1923. Entretanto, o primeiro produto a ganhar mercado internacional com a exportação, de acordo com Breves (1985), teria sido a erva-mate, um produto nativo das matas cujo principal explorador era um grande proprietário de terras locais que se chamava Antônio Simões Carvalho (BREVES, 1985).

O cavalo era um luxo para o caboclo, já que os moradores da região, não costumavam caminhar. Neste contexto, quando um homem era localizado andando a pé, criava-se a desconfiança de que se tratava de um fugitivo ou criminoso. A rede de boatos era constante, e com a deficiência dos correios os jornais demoravam a chegar, mas só funcionários de repartições públicas do governo tinham acesso. (BREVES, 1985). O intrusamento, como eram denominada a ocupação de terras, sem títulos de posse, impediam as demarcações e legalizações. O autor menciona a existência de uma fazenda em que o número de ocupantes chegara à 200 “intrusos”, sendo a maioria provinda do Rio Grande do Sul, estado do qual haviam fugido após serem pronunciados pela justiça, o que teria contribuído fundamentalmente para que os Sertões de Santa Catarina, recebessem o título de lugar de impunidade, habitada por criminosos e foragidos (BREVES, 1985, p. 26). Tal situação se encaixa perfeitamente nas condições encontradas por Zeca Vaccariano na foz do Laju, onde abrigaria numerosas equipes de homens, conforme veremos à frente. Outro aspecto, segundo o autor, era a presença de grupos armados os quais faziam a segurança particular de grandes proprietários demonstrando

valentia, acessando locais aos gritos e atirando para o alto. Entre as lembranças do autor, destaca-se a do grupo de Simão de Almeida, um velho senhor de cabelos brancos, o qual tinha um filho que embora fosse jovem, apresentava a face marcada por golpes de facção (BREVES, 1985, p. 28).

Entre os principais acontecimentos que marcaram a trajetória das Fronteiras Sul-Brasileiras, destacados por Breves (1985), estavam as disputas eleitorais, em que a intimidação aos grupos adversários e atos de violência e terror marcavam o período, conforme expõem as memórias do autor. Este *modus operandi*, para autores como Tonon (2011), Carvalho (1985) e Leal (1986), não é uma exclusividade da referida região, e sim uma das características que marcam a relação de poder e dominação econômica e social, exercida pelas lideranças políticas do período, formada majoritariamente por grandes fazendeiros e empresários colonizadores os quais inadvertidamente combinavam a força financeira, com às prerrogativas conferidas pelas patentes militares coronelísticas. Com um contingente policial relativamente pequeno, para garantir a segurança local, entendida pelo governo de Santa Catarina, como a ação de “manter a ordem”, o Estado costumava nomear moradores locais como delegados. A ocupação destes cargos, conforme evidencia Breves (1985), era uma questão de afinidade política. O distintivo da lei, no entanto, não representava necessariamente um sinal pacificação, ou mesmo equilíbrio entre a legalidade e a marginalidade, já que os indicados agiam à mando de seus indicadores promovendo a arbitrariedade e truculência, perseguindo e prendendo também opositores políticos (BREVES, 1985, p. 29).

Entre as principais disputas pelo poder político e econômico na região de Chapecó, pode ser destacada a figura do Coronel Fidêncio Mello, que após rápida ascensão financeira advinda de uma associação para comercialização de erva-mate e êxito na venda de balsas de cedro para a Argentina, que decide entrar neste jogo político, aproximando-se de Henrique Rupp Júnior, político prestigiado por toda a região serrana catarinense, o qual tinha grande prestígio com recém-eleito governador de Santa Catarina, Hercílio Luz (BREVES, 1985). A amizade entre Fidêncio Mello e Henrique Rupp Júnior, a qual detalharemos mais à frente, garantiu a nomeação de João Pequeno, como delegado de polícia em Chapecó. Mello usaria a força policial como coerção contra um ex-sócio e desde então opositor político de Rupp Júnior, o superintendente de Chapecó, Coronel Manoel dos Santos Marinho (BREVES, 1985). Para demonstrar o cenário de tensão e insegurança promovido pela presença de Fidêncio Mello, evidenciamos um dos episódios mais complexos, dos quais Breves (1985), se recordara. Trata-se das eleições de Passos Maia à superintendência municipal, ocasião em que o anúncio de um ataque armado à

vila composta quase que exclusivamente de casas de madeira, deixou os moradores aterrorizados.

Segundo o autor, em Chapecó os boatos se espalhavam feito vento e um destes episódios, após a circulação de um bilhete endereçado às autoridades locais, toda a comunidade de Passo Bormann entrou em pânico. A ameaça estava num papel encontrado de posse de um emissário preso pelo delegado especial Calixtrato Cunha e o agente Miguel Savas, era de invasão armada por um grupo de 200 homens chefiados por Zeca Vaccariano, os quais tomariam a cidade no dia das eleições, impedindo a realização do pleito (BREVES,1985, p. 44).

Mas segundo o autor, Passos Maia considerou a ameaça uma bravata fantasiosa e para tranquilizar a população reuniu homens e armas, mantendo a cidade de prontidão. O ataque não se confirmou e o mensageiro foi libertado retornando à fazenda incumbido de informá-lo que deveria se apresentar à polícia, sob pena de uma diligência ir buscá-lo. Vaccariano não compareceu, então o capitão Adelino, um comandado de Passos Maia e um grupo de cinco praças, tentaram busca-lo na Barra do rio das Antas, mas Zeca havia se retirado para o lado gaúcho e a polícia nada pode fazer (BREVES,1985, p. 45). Mas afinal, o que levaria um ex-combatente, apontado como principal líder do assalto ao trem pagador e inocentado pela justiça catarinense a se envolver em episódios controversos das disputas políticas da época? Zeca tinha motivos para tomar parte da situação, como se evidenciará ao longo desta sessão. Conforme veremos à seguir, a sutil compreensão de como a combinação entre o poder político e o poder policial, se manifestava diante das demandas de uma sociedade que buscava se firmar nos Sertões, nos fornece os elementos os quais apontam para a percepção de que a diferença entre o lado da lei e o da marginalidade, naquele período, era mera questão de oportunidade, advinda da complexa rede de interesses.

José Antônio de Oliveira, o Zeca Vaccariano, temido pela valentia e especialmente, segundo Breves (1985), por ter assaltado o trem pagador, após ter se estabelecido nos Sertões do Oeste do estado, passou a desenvolver profundas relações com Fidêncio Mello, o qual se revelara correligionário político de Henrique Rupp Júnior, filho do coronel camponovense, Henrique Rupp, o qual também mantinha ligações com Vaccariano, segundo Oliveira Brito (2016), desde a chegada do ex-combatente ao estado de Santa Catarina. Os laços com a família Rupp também são apontados por Moraes (2020), com certa suspeição e conforme já apresentado em sessões anteriores, oferecem indícios que concorrem para conexões com o episódio do crime do trem pagador. Autores afirmam inclusive, que após o crime da EFSPRS, Vaccariano definiu

por se estabelecer às margens do rio Uruguai, uma opção convencionada aos desígnios de Henrique Rupp (THOMÉ, 2009, p. 49; OLIVEIRA BRITO, 2016, p. 123). Para o Governo de Santa Catarina, a condição domiciliar do morador oestino tornou-se conveniente, uma vez que Vaccariano se defina como catarinense, o que numa época de incertezas e afirmação de fronteiras, reforçava o domínio catarinense em uma região remota e praticamente desconhecida (THOMÉ, 2012).

É neste horizonte ao longo do emergente processo de colonização do Oeste catarinense e reconfiguração de poder governamental, que Zeca encontra as condições ideais para fixar-se na foz do rio das Antas, área estratégica onde mais tarde se originaria o povoado de Porto Feliz (atual município de Mondaí, SC) (KOELLN, 1980; BREVES, 1985; THOMÉ, 2009). Para consolidar as atividades combinadas de criação de animais e extração madeireira, conforme inferido inicialmente, Vaccariano aposta em um modelo comercial que agrega ainda a extração de erva-mate e o escoamento de produtos para a região de São Thomé, na Argentina. Mas a extração dos produtos do Sertão dependiam de uma autorização concedida pelo Governo do Estado, e não por acaso, no segundo mandato de Hercílio Luz (1918-1922), Santa Catarina confiou a abertura de diversas estradas ao longo da Região do Contestado, recém incorporada pelo acordo com o Paraná, ao empresário José Rupp, irmão do coronel Henrique Rupp e tio do parlamentar catarinense, Henrique Rupp Júnior. A estratégia de Hercílio Luiz, era aproximar-se de Rupp Júnior, que demonstrava-se deputado influente no parlamento catarinense (THOMÉ, 2012; PIAZZA, 1983, p. 547). O autor revela que ao invés de dinheiro, José Rupp recebeu como pagamento o direito à terras devolutas e a concessão de exploração de “ervais e matas no território entre os rios das Antas e Pepery-Guaçu”, sendo desta maneira que em 15 de setembro de 1919, celebrou-se o contrato para a construção da estrada de rodagem entre os municípios catarinenses de Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó (PIAZZA, 1983, p. 547).

Conforme visto ainda no primeiro capítulo deste trabalho, segundo Gaertner (1974), Zeca Vaccariano conhecia intimamente a atividade ervateira. Para Breves (1985), a erva-mate era o único produto que podia ser retirado da terra nas primeiras décadas do século passado em Chapecó, entretanto a extração de ervais garantia poucos meses de renda aos moradores locais. (BREVES, 1985). O produto saía dos ervais em cargueiros no lombo de animais e chagava às balsas de madeira onde era condicionado para seguir viagem rumo à Corrientes e Santa Fé, na Argentina (ECKERT, 2010).

Zeca soube tirar proveito deste contexto, uma vez que detinha conhecimento sobre o país vizinho, além de falar a língua daquela região (THOMÉ 2009; PRIMEIRO 2012-2013). A

colheita da erva na região esteve desde o início intimamente ligada ao processo de criação do município de Chapecó, tanto que o primeiro nome cogitado para assumir a direção do novo município, foi o de Antônio Simões de Cavalheiro, o único proprietário ervateiro residente na localidade, com condições suficientes para a retirada do produto dos ervais. Entretanto, a figura do coronel Manoel dos Santos Marinho ganhou mais força, já que o gaúcho radicado na região, era considerado um catarinense histórico, o qual teria se dedicado a causa catarinense na questão de limites, mobilizando-se na obtenção de assinaturas para a definição da contenda. Então, Santos Marinho tornou-se o primeiro superintendente municipal, cargo que na época possuía equivalência ao Chefe do Executivo local (BREVES, 1985). Neste período, Santos Marinho compõe sociedade para o escoamento da safra da erva-mate com o coronel Fidêncio Mello, que tinha ligações com a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Ltda, de propriedade de José Rupp (BREVES, 1985, p. 44; NODARI, *apud* THOMÉ, 2007, p. 42). Nesta época, tanto a carreira política, quanto o campo dos negócios, concorriam para o pleno êxito de Marinho, mas não demorou para que opositores políticos passassem a dirigir-lhe acusações de violência e arbitrariedade contra os ervateiros que estariam sendo obrigados a vender a produção exclusivamente à Fidêncio Mello. A sociedade, no entanto, teve vida curta, assim como a relação de reciprocidade política entre eles já que a ambição de Mello, falavam mais alto (BREVES, 1985, p.12).

A circulação financeira não gerava o crescimento desejado na economia local Assim, o Oeste catarinense acabava dependendo basicamente da madeira e da erva-mate como produto principal para injetar recursos no município. Havia ainda ou outro agravante, o escoamento madeireiro dependia das cheias do rio Uruguai para conduzir as balsas para o exterior. Sem enchente, os trabalhadores da madeira entravam em crise, já que a maior parte da população era formada por caboclos e pequenos agricultores que produziam basicamente para a subsistência. Desta maneira, tropeiros, ervateiros e balseiros, dificilmente conseguiam juntar dinheiro para comprar terras, que embora tendo valores simbólicos, eram rigorosamente exigidos pelo estado para a escrituração da propriedade (BREVES, 1985, p. 32).

Ao que tudo indica, Mello parece ter atentado para o impacto que as condições climatológicas produziam na economia local e conforme expõe Breves (1985), em um ano de seca, Fidêncio comprou um grande número de balsas de cedro, por preços muito abaixo dos valores reais e aguardou pacificamente uma grande enchente, que não tardou para chegar. Após entregar a madeira na Argentina e retornar ao Oeste, comprou dos Bancos do Rio Grande do Sul, uma dívida hipotética, que tinha como credor, Antônio Simões Cavalheiro, que havia



falecido, sem deixar herdeiros. Pouco tempo depois, Mello e Marinho descontinuaram a relação de negócios, dando origem à uma batalha envolvendo o campo político, conforme já versado (BREVES, 1985, p. 13).

Embora desconheça-se as fontes que indiquem uma sociedade entre Fidêncio Mello e Zeca Vaccariano, a lógica dos acontecimentos converge para fortes vínculos entre os personagens combinando uma complexa rede que se estendia muito além das estratégias políticas e de negócios. Entre os elementos colhidos, podemos destacar que enquanto Mello assumira o mercado ervateiro à partir da liquidação dos créditos de Cavalheiro, considerado o maior produtor ervateiro da região, Vaccariano se tornara líder dos balseiros do Uruguai. Zeca costumava dizer que teria iniciado atividades no setor madeireiro investindo 40\$000 (quarenta contos de réis), percentual que lhe sobrara na divisão dos valores obtidos no assalto ao trem pagador (KOELLN, 1980, p. 37; PRIMEIRO 2012-2013).

Para Thomé (2012), Zeca tornou-se balseiro do rio Uruguai especialmente por conhecer o curso do rio, a hora da vazante, o momento das cheias e o instante adequado para o transporte de toras. Era uma atividade simples, composta pela extração do pinheiro nas proximidades do rio, a montagem da balsa e o aguardo do momento certo para seguir viagem. Zeca se especializou nesta atividade, reforçado por boas amizades especialmente com um grupo argentinos extratores de erva-mate que já se mantinham atentos para as potencialidades da extração de pinheiros e transporte por balsas, em meados da segunda década do século passado, pouco tempo após o assalto. Na localidade do Laju, Zeca sentiu-se seguro para iniciar as atividades as quais deu sequência definitivamente após o insucesso do movimento de Pró-Estado das Missões. Com a inserção dos colonos de origem alemã e italiana, muitos posseiros em sua grande maioria luso-brasileiros foram desapropriados das terras, tornando-se mão de obra para companhias colonizadoras e madeireiros da região, atuando especialmente na extração madeireira, montagem e o transporte de balsas (WERLANG, 1992).

Por décadas a atividade balseira foi a principal responsável pelo desenvolvimento econômico e o povoamento de diversos municípios da região Oeste catarinense, como foi o caso de Mondaí, onde Vaccariano fez da experiência com a mata e a jornada balseira, o caminho da ascensão social e financeira. (BRUM DE OLIVEIRA, 2006; BELLANI, 1991; THOMÉ, 2012).

Neste estágio da vida, Zeca Vaccariano que já havia ido de ex-combatente à assaltante de trem, saindo de um julgamento sem dever nada à justiça, passado pelo movimento do estado das Missões e encontrado na interação política o conjunto de elementos ideais para imergir à

um inimaginável posto público para um homem cujas ações corroboram para uma conduta duvidosa. Neste contexto, conforme apresentado anteriormente, os processos políticos de indicações que corresponde o terceiro ato no teatro da vida real do líder balseiro.

Os autores Breves (1985), Thomé (2009) e especialmente Koelln (1989), relatam este momento significativo na trajetória do ex-combatente, cuja ascensão se deve ao fato de ter se tornado homem importante na localidade. No item que segue, as relações de poder e política na região de Chapecó, em meio a colonização do Oeste catarinense, apresentam-se como elementos fundamentais para a ascensão do personagem.

### **3.2 Zeca Vaccariano: De bandido à Homem da Lei**

A biografia de Zeca Vaccariano ganha novos contornos a partir de maio de 1922, momento em que comitiva do pastor e colonizador Hermann Faulhaber aporta na margem catarinense do rio Uruguai, fundando o povoado de Porto Feliz (atual município de Mondaí - SC). O grupo, o qual partiu de Nonoai em uma pequena embarcação à motor, pertencente à um navegador local de nome Camillo Picoli, seguiu Uruguai abaixo, tripulada pelos colonos Jacob Schüller e Friedrich Forbrig, de Neu-Württemberg (atual cidade de Panambi-RS), além do agrimensor Victor Alberto Webering e um comerciante chamado Francisco Martins, de Palmeira (atual cidade de Palmeira das Missões, RS). Chefiados pelo diretor da Empresa Chapecó-Peperi Ltda, o alemão Hermann Faulhaber, a equipe de colonizadores aportou em solo catarinense e tão logo conseguiu orientar-se na mata, tratou de procurar pelo mais importante morador das imediações da futura cidade: Zeca Vaccariano. O personagem é descrito pelo autor como homem influente no local, liderança presente na extração madeireira e condução de balsas, as quais seguiam com toras em direção à região da província de Corrientes, na Argentina (KOELLN, 1980). A propriedade de Zeca Vaccariano, foi localizada pelos recém-chegados colonizadores na região da Barra do Laju, (local onde atualmente existe o Parque de Exposições de Mondaí - SC), onde o ex-combatente, morava em uma em uma casa pintada à cal. A equipe colonizadora, que chegou a pensar que teria dificuldades em dialogar com Vaccariano, já que a maioria só falava alemão, se entendeu bem com aquele que seria pioneiro como morador da localidade, uma vez que as tratativas seguiram o uso da língua espanhola, a qual tanto Faulhaber, quanto Zeca, que com frequência negociava madeiras no lado Argentino, conheciam bem (KOELLN, 1980).

**Figura 5 – Casa de Zeca Vaccariano na foz do rio das Antas em Mondaí-SC**



**Fonte: Acervo Vitor Giehl Mondaí-SC (2022)**

De acordo com Pe. Luiz Heinen, (1997), a referência ao relacionamento construído entre Zeca e os primeiros trabalhadores locais é de cordialidade entre os novos colonos e os agregados do pioneiro do desembocque do rio das Antas. (HEINEN, 1997). O ideário de paz e bom relacionamento com o futuro vizinho, levou Faulhaber a contratar os serviços do chefe dos balseiros, para a abertura das primeiras estradas da vila. Para recompensar os trabalhos prestados, Zeca recebeu dois grandes terrenos, os quais mais tarde anexou a propriedade dele (THOMÉ, 2009). O assaltante do pagador, o qual não escondia o acontecimento e vangloriava-se do feito, vivia cercado de capangas, dos quais, na literatura de Koelln (1980), aparecem como artífices principais *Antônio Fucinheiro*, *Chico sem Medo*, *João Capivara* e *Pistola Preta*, entre tantos outros. (KOELLN,1980, p.24).

Retomando as reminiscências de Breves (1985), no auge da existência o grupo de Vaccariano chegou facilmente à 200 homens, trabalhadores os quais nunca lhe faltaram, sendo a maioria criminosos e foragidos da polícia. A facilidade de esconderijo nas matas e a ausência de leis era o que oferecia a ambiência ideal para o refúgio de bandoleiros (BREVES, 1985). Zeca Vaccariano possivelmente era um dos homens que mais oferecia oportunidades de trabalho e as demandas para tarefas como as de construção de estradas, eram cada vez maiores e nem sempre supridas. Tanto que a firma Bertaso, Maia & Cia, encontrou dificuldades para

cumprir um contrato com o Governo do Estado, para localizar operários para obras entre Passo Goyo-En e Passo dos Índios (BREVES, 1985, p. 21). Esta talvez seja a razão que apesar de conhecida parte da vida pregressa de Vaccariano, mesmo assim, o personagem era considerado um “célebre” morador da localidade, conforme descrito por Paul Friedrich Ramminger, filho do casal de missionários da Missão Evangélica de Basiléia, em entrevista concedida à Piazza (1972). No texto em que é relatada uma viagem pelo interior de Santa Catarina, refazendo os caminhos percorridos pelos colonizadores, com uma carroça de bois até a chegada a Mondai, SC, o entrevistado relata ao historiador Walter Fernando Piazza, da revista Tomo, que na península da Barra do rio das Antas residia Vaccariano, que empregava um grupo de trabalhadores para a extração de madeira. Segundo o relato, Zeca teria aberto uma rota entre Mondai, SC e Barracão, PR, sendo que o caminho em meio a mata era a “única via de comunicação pelo sertão catarinense até a divisa com o Paraná e Argentina” (PIAZZA, 1972, p.183).

A narrativa acima, recebe a contribuição de Boiteux (1931), que faz referências à região, em que o Oeste catarinense era tido como um sertão desconhecido, território invadido, confins do estado e até mesmo sertão bruto, naquela época de 1920 (BOITEUX, 1931). Ratificando o cultivo da violência e as severas práticas de banditismo social que imperavam na região, cunharam uma nova nomenclatura para a recém-criada localidade de Porto Feliz: “Mondaí”, que no tupi-guarani significa “rio dos ladrões” (TIBIRIÇÁ, 1984).

Embora a referência indígena estivesse presente ao longo da região, autor Arno Koelln (1980), relata a estranheza dos colonizadores ao não encontrarem vida indígena entre os rios Chapecó e Peperi, mesmo que as condições da região concorressem pra isso. As hipóteses para tal realidade, segundo o autor, seriam que o grupo de madeireiros de Zeca Vaccariano estaria afugentando os indígenas da localidade e que o mesmo teria sob sua custódia, um jovem indígena o qual servia como mensageiro da família de Vaccariano (KOELLN,1980).

Mesmo com tamanha influência social e política apontada em diversas fontes, a saga de Zeca Vaccariano seguiu alheia aos sangrentos episódios da Guerra do Contestado (1912-1916). Ignorado por edições literais clássicas, compostas por vasto acervo fotográfico dos acontecimentos da época, como as obras *Claro Jansson, O fotógrafo viajante* (2003), e *Contestado* (2001), as quais são edições ricas em fotos que integraram os mais distintos períodos das primeiras décadas do século passado na região, a imagem de José Antônio de Oliveira, o Zeca Vaccariano, assim como a maioria de seus feitos, neste ínterim permanecem um mistério para a história atual. O reduzido número de fontes, ausência de documentos da

época, seriam, segundo Espig (2008), o maior entrave para se inventariar assuntos que circundam diversos episódios da emblemática construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande – (EFSPRS). Contudo, não faltam periódicos da época os quais citam o cenário de caos social bandidagem da região (ESPIG, 2008).

Os relatos textuais que incluem Zeca são praticamente inexistentes e muito provavelmente a literatura de Arno Koelln, possivelmente seja a única a qual se tenha conhecimento, traçando o perfil físico e personalizado de Vaccariano, que segundo o agrimensor Ernesto Mayntszusen o protagonista “era baixo, gordo, marcado por cicatrizes da varíola, um intelectual e sem dúvida alguma uma personalidade” (MAYNTSZUSEM *Apud* KOELLN, 1980, p. 23).

Se por um lado os conceitos semiológicos impedem a construção personal de Vaccariano, a arte cinematográfica, encarregou-se disso. Na obra *Primeiro Assalto ao Trem Pagador*, de 2013, a recriação fílmica do atentado contra o trem pagador deu vida imagética à um contundente personagem, praticamente esquecido no tempo (CATARINENSE, 2013). Mas com o lançamento da obra em fevereiro de 2013 e a expressiva cobertura jornalística, diversos parentes do personagem fizeram contato com a equipe de produção. O advogado Antônio Carlos Teixeira, que reside na grande Porto Alegre, RS e bisneto de Zeca Vaccariano, em correspondência com a direção da obra, forneceu um raro registro fotográfico do personagem, creditado em Iraí, RS, que teria sido realizado em meados da década de 1920. Na imagem em preto em branco, é possível notar que José Antônio de Oliveira posa montado, usando trajes típicos da época, aparentando idade avançada.

**Figura 6 – Zeca Vaccariano em Iraí-RS**



**Fonte: Acervo Primeiro Assalto ao Trem Pagador (2013)**

Por longo período, Zeca Vaccariano, tomado como nome de referência na atividade balseira no rio Uruguai, profundo conhecedor do curso das águas e suas quedas e cachoeiras, manteve ajuda mútua com os colonizadores de Faulhaber (KOELLN,1980). Aproveitando-se do prestígio à ele auferido seja pelos negócios bem sucedidos, pelo temor das ações e especialmente pela conduta permeada pelos mais amplos conceitos do coronelismo, como “mandonismo”, “clientelismo”, “patrimonialismo”, “parentela” e “compadrio, versados na segunda sessão do primeiro capítulo, José Antônio de Oliveira, o Zeca Vaccariano, promove uma virada de chave na biografia (THOMÉ, 2009, p. 51 ; LEAL, 1980, p. 12-13; CARVALHO, 1985, p. 133-148). Como recompensa pela fidelidade aos interesses políticos do coronel Fiêncio Mello e o grupo de apoiadores, é alçado ao cargo de subdelegado, que representava o posto de delegado de polícia na região de Mondaí, jurisdição de Passo Bormann (atual município de Chapecó - SC) (THOMÉ, 2009; THOMÉ, 2012; PRIMEIRO, 2012-2013). A nomeação expedida por Hercílio Luz, reforçou os propósitos daquilo que Vaccariano sabia fazer de melhor: Exercer a força da lei, agora legalizada e combinada com as atividades econômicas. O

distintivo de autoridade policial concorriam para uma outra especialidade do personagem, que envolvia derrubada da mata e a retirada de madeiras. Com grandes áreas de floresta virgem, pertencentes ao estado e as colonizadoras, o delegado Zeca reinou absoluto (KOELLN, 1.980; THOMÉ, 2012; PRIMEIRO, 2012-2013). Com a colonização em franca expansão, teve o empreendimento fortalecido

Mas a articulação entre violência e os negócios, ambos sob a ótica legal, passou a despertar a indignação dos colonizadores da localidade. Promovendo derrubadas em regiões onde agrimensores ainda trabalhavam na divisão de terrenos. A cortesia de Antônio José de Oliveira, conhecido por abrigar fugitivos de diversos recantos e criminosos perigosos, vai por água abaixo feito as balsas do Uruguai, logo primeiro embate de ideias (KOELLN,1980, p. 38).

Para autores como Thomé (2009) e Koelln (1980), em Florianópolis, na capital catarinense, as autoridades do governo desconheciam o fato de que o “coronel José de Oliveira”, como constava nos documentos oficiais, se tratava na verdade de Zeca Vaccariano, famoso por assaltar o trem pagador. Thomé (2012), explica que para os moradores locais, o chefe de polícia se apresentava com o codinome como era tradicionalmente conhecido: Zeca Vaccariano, que o garantia uma autoridade que ia muito além dos poderes proporcionados pelo cargo. O desejo de ter Vaccariano deposto do cargo só aumentava entre os moradores da nova colônia e as lideranças locais, que por diversas vezes se reuniram com o governo do Estado. A situação estava mesmo insustentável e à essa altura, Zeca era visto como um problema. Só com a posse do novo governador, Antônio Pereira Oliveira, em maio de 1924, Vaccariano, finalmente foi despedido. O documento emitido em abril, no entanto só chegou em junho daquele ano, o que ofereceu ainda mais tempo para o ex-combatente atuar na localidade (KOELLN,1980, p. 38; THOMÉ, p. 51; PRIMEIRO 2012-2013).

Segundo evidenciado por Koelln (1980), para ocupar a vaga de Vaccariano no destacamento, foi indicado o nome de Frederico Kloschewski, o qual acumulava diversos ofícios para a época, como mecânico, construtor, tabelião e inspetor de ensino. Mas a nomeação do novo agente da lei seguiu um lento rito consolidando-se após diversas correspondências entre autoridades colonizadoras e o Governo do Estado de Santa Catarina. Enquanto isso, Zeca permaneceu atuando na ilegalidade, passando segundo Koelln (1980), a ameaçar a vila de Porto Feliz (PRIMEIRO, 2013).

Diante do cenário estabelecido, o grupo de colonizadores percebeu que uma ação violenta, não produziria o resultado desejado Após diversas discussões, tomou uma decisão diplomática, ao invés do enfrentamento com Zeca, decidiram recompensá-lo em 100\$000 (cem

contos de réis), pelos serviços prestados e decorrente destituição. Do montante, 60\$000 (sessenta contos de réis), destinava-se a aquisição das posses de terras, localizadas no desemboque do rio das Antas, do Laju e em outros diversos pontos da região costeira do Uruguai. Somando-se a isso, o ex-combatente recebeu uma outra quantia de 40\$000 (quarenta contos de réis), foi entregue à Vaccariano pela aquisição de 84 cabeças de gado, 15 mulas e 12 canoas, além de cerca de mil troncos de cedro já estaleirados ou em formação de balsas. A empresa Maia, de Passo Bormann, foi incumbida do acerto dos cedros restantes de Zeca (KOELLN, 1.980, p. 38).

Apesar do preço indigesto, muito acima dos valores de mercado, a negociação tirou Vaccariano de cena, o que segundo relata Koelln (1980), trouxe alívio para a comunidade local, que prosperou, consolidando-se mais tarde em uma importante cidade da região, com o sucesso dos negócios de vendas de terras e os avanços da indústria madeireira.

Historicamente a categoria que compõe a unidade de análise sobre o banditismo social a partir do conceito geral apresentado por Hobsbawm (1970, 2015, 2017), nos fornece elementos que possibilitam trazer à baila um outro personagem já mencionado neste trabalho, o qual colabora para a linha de compreensão do contexto que envolve o surgimento de sujeitos integrados a este perfil. Estamos nos referindo à Francisco Sanchez Filho, o Paco, como ficou popularmente conhecido o gaúcho que ganhou fama por toda a Serra Gaúcha, misturando feitos de “valentia” e suposto “heroísmo” em uma vida marcada pela criminalidade. Notadamente torna-se fundamental a compreensão de fatores que combinados à exemplo da trajetória de Zeca Vaccariano, concorreram para a modelagem e impulsionamento da vida de um homem cujo perfil está associado à um fora-da-lei (MARINA, 2020).

O pano de fundo para o surgimento de Paco, é o povoamento de terras devolutas na região da Serra Gaúcha, especialmente na então Colônia Alfredo Chaves (atual município de Veranópolis), no Nordeste do Rio Grande do Sul, um povoado surgido com a chegada das primeiras famílias colonizadoras em 1886 em um território que à época pertencia ao município de Lagoa Vermelha, RS (MARINA, 2020).

Francisco Sanchez Filho, o Paco, vinha de família espanhola, um grupo minoritário integrado à uma região composta majoritariamente por italianos, onde eram tidos pelas comunidades da região, como caboclos. Tudo indica que a família Sanchez, que iniciou a trajetória no Brasil na colônia Dona Isabel (atual município de Bento Gonçalves - RS), pode ter sido desapropriada de sua terra. Pobres e com filhos para criar, se mudam para Alfredo Chaves, onde Paco passa a atuar no comércio, voltando as atividades em seguida para o transporte e



escoamento de madeira. Neste período o personagem adquire conhecimento detalhado sobre a região Nordeste do estado, criando vínculos de amizade e relações com um grande número de colonos. Tal condição, permitiu com que o personagem se relacionasse com elites comerciais e políticas do período, atuando em diversas funções que incluíram tornar-se uma espécie de segurança das casas comerciais e dos políticos, sendo ainda de cabo eleitoral, assegurando a prospecção da maioria dos votos na região para Partido Republicano Rio-Grandense – (PRR), não hesitando em empregar a violência, tolerada pela própria polícia, para atingir os objetivos. Entretanto, chegou um momento em que a união entre os partidos Republicano (PRR), e a Aliança Libertadora (FUG), que até então eram opositores, alterou os interesses dessas elites no cenário político. A unificação tinha um objetivo claro: conduzir Getúlio Vargas ao poder como principal líder do Brasil. Assim, Paco, que anteriormente era considerado um aliado elite política, comercial e policial, agindo fora dos parâmetros legais a favor do grupo, passa a ser perseguido e silenciado (MARINA, 2020).

Como pode ser observado, embora não sejam exatamente contemporâneos, as trajetórias dos personagens Paco e Vaccariano, apresentam diversas semelhanças, que não ao acaso convergem para o enquadramento de ambos no conceito que envolve o “banditismo político”. Neste conseqüente, torna-se fundamental compreender que tais personagens ao longo da trajetória, agem no limite entre o tolerável e aceitável para um determinado grupo de social, de acordo com interesses a partir de um contrato oculto de convivência mútua e reciprocidade de favorecimentos. Entretanto, os parâmetros que regem este modelo de ação, estão afeitos às alternâncias de poder e as dinâmicas políticas e econômicas.

Retomando o tema em curso, atuação de Francisco Sanchez Filho como bandoleiro se estabelece no início do século XX, entre 1912, ano do primeiro processo crime, seguindo até 1931, quando do seu assassinato aos 45 anos de idade. Paco foi reconhecido como uma figura misteriosa e temida por muitos, teve seus atributos de valentia usados pelas elites da época, especialmente como assassino, implacável para aqueles que se insurgissem contra os desígnios do Partido Republicano (MARINA, 2020).

Mesmo que breve, este trecho textual nos oferece a possibilidade mesmo que de maneira preliminar, de observarmos uma ligeira semelhança entre os padrões de atuação tanto de Paco no Rio Grande do Sul quanto de Vaccariano em Santa Catarina. Passado nebuloso, mandonismo, violência, ascensão e ocaso sociais, são elementos que, mesmo que apresentados de forma restritiva a esses dois personagens históricos do Sul do Brasil, servem como indicativos para análises na linha do banditismo social. No item seguinte trataremos de

apresentar o declínio do personagem Zeca Vaccariano, cujo desaparecimento embora apresente diversas hipóteses, a realidade sobre fim da vida do personagem, até hoje continua um mistério.

### **3.3 A ausência de José Antônio de Oliveira, um ex-combatente marcado Banditismo Social**

Depois de um breve período de ausência na imprensa, em março de 1923, em plena Revolução Assisista, o personagem volta a ser pautado por periódicos, que noticiam o encontro entre piquetes legalistas e revoltosos na região de Iraí, RS. Chama atenção ao fato de que a manchete menciona que Zeca Vaccariano não estava envolvido no acontecimento, o que denota a importância do personagem, que se faz imprescindível para os eventos daquele período. A sucursal do *Jornal Última Hora* em Palmeiras das Missões, RS, publicava reportagem com informações repassadas pelo chefe das águas de Iraí, RS, Erminio Lima, sobre a escassez de gêneros alimentícios no referido povoado, tendo recebido auxílio de Vaccariano e sua gente, para garantir a ordem na região. Após ter sofrido emboscada de homens da força legalista, Lima declarou que Zeca Vaccariano dias antes teria descido o rio Uruguai em direção à São Thomé, onde trataria de negócios relacionados a madeira, afastando assim qualquer culpa que poderia ser atribuída à Zeca em relação ao episódio do ataque (ÚLTIMA HORA, 23/03/1923). Dias antes, após diversos saques à casas de troca e comércios da região de Sananduva, no Nordeste gaúcho, o próprio Vaccariano já havia se isentado de responsabilidade na onda de crimes, ao ser indagado por viajantes que o encontraram em trem que percorria a EFSPRS, na região entre Soledade e Passo Fundo, RS.

Conforme relatado a imprensa, Zeca estaria ao lado das forças governistas e negou que estaria ajudando bandoleiros, atribuindo as ações criminosas do interior do Rio Grande do Sul à ex-combatentes do Contestado, trazidos para o lado gaúcho pelo general Felipe Nery Portinho para a revolta armada (O PAIZ, 21/03/1923). Embora não se possa afirmar que a declaração tenha efetivamente sido dada por Vaccariano, o fato é que mesmo em idade avançada, Felipe Pontinho foi convocado por Assis Brasil para atuar nas frentes revoltosas da época ao lado de outros companheiros de armas da Revolução Federalista (1893-1895), como foi o caso do coronel Fabrício Vieira (CLAUDEMIR, 2020; DALLANORA, 2019, p. 162).

Curiosamente foi o próprio general Felipe Pontinho, homem com que Zeca negava relações, que convocara coronel Fabrício Vieira para as frentes de batalha em 1923. Segundo Dallanora, a convocação de Vieira aconteceu em Vacaria, RS e tinha como missão, tomar a

cidade de Bom Jesus, no Planalto Nordeste do Rio Grande do Sul, adentrando pela fronteira catarinense (DALLANORA, 2019, p. 162). Espantosamente, outro convocado para os combates foi Fidêncio Melo, o mesmo homem com quem Vaccariano manteve relações de mandonismo na região de Chapecó, SC, época em que assumiu como subdelegado de Passos Bormann (BREVES, 1985; DALLANORA, 2019, p. 162).

Por outro lado, não se pode descartar a hipótese de que Zeca não tinha lado e lutava ou agia conforme conveniência própria, conforme já se discutiu sobre a luta de classe sem classe e banditismo social o qual atendia prioritariamente ao seu jogo de interesses pessoais, atuando à serviço de grupos poderosos. Oliveira Brito (2016), menciona inicialmente que a família Oliveira, incluindo Zeca e o grupo de irmãos, seriam favoráveis ao maragatos, razão pela qual, sempre usara lenço vermelho, conforme pode ser visto em Primeiro (2012-2013). Entretanto é como integrante do grupo legalista de pica-paus, que Vaccariano é inserido na história dos acontecimentos da região do Contestado. Tal condição reforça a teoria de um banditismo social ao estilo político e de guerrilha, muito mais afeito à lograr êxito pelo interesse pessoal do que lutar por uma causa em favor da coletividade (CLAUDEMIR, 2020; DALLANORA, 2019, p. 162).

Ainda era o mês de março quando as tropas de Felipe Pontinho foram batidas nos confrontos de Erechim e Erebangó, sendo obrigadas a dirigirem-se para a região serrana, perseguidos por Firmino Paim Filho (CLAUDEMIR, 2020; DALLANORA, 2019, p. 162). Neste ambiente, mais espantoso é o fato de que Felipe Pontinho era amigo íntimo do senador Pinheiro Machado, apoiador supremo do governo castilhistas e idealizador da temida Divisão do Norte, que deu combate implacável à Coluna do maragato Gumercindo Saraiva. Pinheiro Machado, conforme versado por Dallanora (2019), apresentava profundos laços de parentela com coronel Manoel Fabrício Vieira, homem de confiança do político gaúcho, a quem confiou os cuidados de um de seus sobrinhos, o comerciante Salvador Carneiro Pinheiro, o Dente de Ouro, braço direito de Vaccariano, assassinado em outubro de 1917. Conforme já mencionado, Oliveira Brito (2016), reitera a estreita relação entre Zeca Vaccariano e o próprio Pinheiro Machado (CLAUDEMIR, 2020; OLIVEIRA BRITO 2016; DALLANORA, 2019).

Estranhamente, as relações até então inabaláveis entre Vaccariano e Vieira pareciam ter chegado ao fim, ou temporariamente cessadas, já que Vieira agora se tornara um assistista, enquanto que Vaccariano, permanecia com os borgistas. Em abril daquele ano de batalhas, diversos jornais brasileiros veicularam um telegrama de autoria de Vaccariano dirigido ao próprio Borges de Medeiros, em que Zeca se apresentava para unir-se as forças chimangas,

compreendendo a ação como um ato cívico e dever de integrar as forças do general Firmino de Paula. Na publicação em que Zeca é tratado como “tenente coronel”, o personagem reitera estar a disposição com um grupo de homens pronto a agir à partir de Iraí, RS (O PAÍZ, 12/04/1923; JORNAL DO BRASIL, 12/04/1923 ).

Mas afinal, o que teria levado Zeca Vaccariano, já em idade avançada a lutar em uma nova guerra civil? A resposta pode estar em um texto publicado em periódico da época, dirigido por Florino Mesquita, que funcionava a serviço do comitê pró Assis Brasil. Na publicação, Zeca Vaccariano é duramente atacado e rotulado como bandido, sendo um importante aliado do chimango Firmino de Paula, homem o qual comandou a 5ª Brigada da poderosa Divisão do Norte durante a Revolução Federalista (1893-1895), divisão na qual Vaccariano teria lutado (O DEMOCRATA, 25/04/1923).

A imprensa paulista republicou em maio de 1923, a derrota de forças situacionistas de Zeca Vaccariano em combate com o maragato de Leonel Rocha, publicada originalmente no *Jornal Correio do Povo* de Porto Alegre, RS. Segundo o periódico paulista, Vaccariano teria fugido. A notícia foi telegrafada de Chapecó para Florianópolis e chegou até a redação do jornal portoalegrense, no entanto não oferece muita precisão do local dos combates que possivelmente teriam ocorrido em Palmeira, no interior do Paraná (O COMBATE, 18/05/1923). Enquanto isso nas colunas de um outro periódico, a publicação de um texto reiterando avanços por parte das tropas do coronel Fabrício Vieira, nos mostra que Vaccariano e Vieira, estavam mesmo lutando em campos opostos (CORREIO DA MANHÃ, 21/05/1923).

Dos episódios da Revolução de 1923, o último relato da participação de Zeca Vaccariano, aconteceu em 23 de junho daquele ano, quando do combate do Desvio Giaretta, um pequeno ramal da EFSPRS usado para o carregamento de vagões de madeira. Cumprindo ordens de Borges de Medeiros, então do presidente do Estado, o general Firmino de Paula deslocou suas tropas para Erechim, RS com centenas de homens para enfrentar os soldados de Felipe Portinho. Zeca Vaccariano e o coronel Victor Dumoncel integram a lista de combatentes governistas envolvidos na luta, que teve dezenas de baixas e diversos feridos, levando a vitória o grupo de rebeldes de Assis Brasil (MENEGATTI e CARRARO, 2003, p. 17).

Para Thomé (2012), Zeca Vaccariano teria permanecido em Porto Feliz até pelo menos o ano de 1925, momento em que há informações de que o personagem fez a hospedagem ao grupo revolucionário da Coluna Prestes (1925-1927), que percorreu o interior do Brasil denunciando arbitrariedades do Governo Republicano. Há também registros de Zeca em episódios do trânsito de Leonel Rocha e o movimento armado por Santa Catarina na Revolução

de 1923, na luta entre os chimangos de Borges de Medeiros e os maragatos de Assis Brasil. Nilson Thomé (2012), menciona ainda que Zeca é inferido sobre os acontecimentos da Revolução de 1930, movimento que depôs o presidente da República, Washington Luís impedindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes. Na Revolução Constitucionalista de 1932, quando do confronto entre forças paulistas contra o governo de Getúlio Vargas, segundo o entrevistado, Zeca recebe novas menções por atuar no Oeste catarinense ao lado de diversos coronéis ligados ao grupo de militares comissionados, como é o caso dos irmãos Maia. Depois disso, Thomé (2012), diz não ter recebido novas informações sobre o que teria acontecido com Vaccariano (THOMÉ, 2012). Outra contribuição relevante é apresentada por Scapin (2012), que cita o encontro entre o escriturário Carlos Gaertner e Zeca Vaccariano acontecido em Porto União, SC sendo provavelmente o último relato feito em vida por Zeca, sendo importante relatar episódios marcantes da trajetória do personagem. Segundo a escritora, ao rememorar a fuga da polícia, Vaccariano teria confessado que o primeiro refúgio foi a casa do cunhado Pedro Teles de Alcântara, integrante da força policial no atual município de Rio das Antas, SC. Carlos Gaertner era um jornalista que escrevia para uma revista do Vale do Itajaí, filho de Guilherme Gaertner, proprietário de grandes extensões de terras e comerciante de Rio Caçador, onde também ocupava o cargo de agente de correio (ESPIG, 2008; VINHAS DE QUEIRÓS, 1996).

No inconsciente coletivo, conceito da psicologia analítica definida por Carl Gustav Jung (2000), como um reservatório de imagens latentes conhecidas como arquétipos ou imagens primordiais que cada ser humano herda dos ancestrais a construção arquetípica do personagem é de homem valente, definido não raras vezes por autores como “um sujeito perigoso” (PINTO, 2016, p. 297). Mas Vaccariano não era o único a exercer o ímpeto de bravura diante de cenário dominado pela violência, conforme expressamos no primeiro capítulo. Desta forma “dever dinheiro a homens rudes, afeitos a aventuras e violência”, em uma região cuja palavra era pacto de honra, representava perigo e o tarefeiro sabia muito bem que se deixasse de honrar seus compromissos financeiros com os jornaleiros, poderia pagar com a própria vida (NETO, 2019, p. 66). Logo, nesta conjuntura, eram compreensíveis as atitudes do protagonista. A contribuição de Ramminger *apud* Wagner (2004), que teve contato com o personagem na adolescência, revela a sensação de imunidade na qual vivia Oliveira, que segundo ele, fazia o que bem queria na região, mantendo cerca de 30 juntas de bois usadas para a retirada de madeira da mata local, até as margens do rio Uruguai, soltas pelas roças dos colonizadores. Segundo Ramminger, como era inútil reclamar, certa vez ele pegou uma espingarda e atirou contra um dos animais. Temendo as consequências, por dias teve receio de encontrar o bandoleiro, mas passado certo

tempo, voltou a encontrar o boi novamente na lavoura, são e salvo, o que o fez respirar aliviado (RAMMINGER *apud* WAGNER, 2004). As memórias de Breves (1985), não deixam qualquer dúvida de que Vaccariano era tido como um personagem que impunha respeito pelo temor dos atos dele. Tanto que conforme já citamos neste capítulo, o prenúncio de que Zeca e um grupo de centenas de homens ao comando dele atacariam a vila de Passos Bornann, no então Chapecó, levou integrantes da equipe eleitoral dos coronel Passos Maia e autoridades locais à se organizarem para um possível combate (BREVES, 1985, p. 44). Apresentado como homem destemível em *Primeiro Assalto ao Trem Pagador* (2012-2013), é inegável que um mero boato sobre as ações de Vaccariano, seria suficiente para espalhar o pânico e gerar comentários que por vezes soavam fantasiosamente no entorno do contexto existencial do assaltante do trem pagador. Tanto que dada a natureza da personalidade do mencionado sujeito, por vezes bravatas, contos e a própria realidade se confundiam entre narrativas.

O caso relatado por Oliveira Brito (2016), em que Vaccariano entregou as orelhas de João Petição, um possível desafeto do coronel Manoel Fabrício Vieira, tendo recebido uma recompensa por ter dado fim à vida dele, é um dos exemplos de relatos populares responsáveis pela idealização de Zeca perante a opinião pública (OLIVEIRA BRITO, 2016, p. 120). Nem mesmo os colonizadores da então vila de Porto Feliz, (atual município de Mondaí – SC), ousaram testar os limites do modo cortês com que Vaccariano recebera os imigrantes alemães, preferindo pagarem valores superiores aos de mercado pelas terras do líder balseiro, para livrarem-se sem sobressaltos do assaltante que tornou-se autoridade policial.

Estranhamente, apesar das ligações mantidas com Manoel Fabrício Vieira, como já se evidenciou neste trabalho, não há menções ao personagem ao longo da campanha do Contestado (1912-1916), momento em que José Antônio de Oliveira, efetivamente sai de cena. Mesmo com vasto referencial de relatos sobre vaqueanos e jagunços ao longo daquele período, em quatro anos de barbáries na região contestada, até o presente momento, inexistem elementos que liguem Vaccariano a qualquer episódio daquele tempo. Conforme já apresentadas as fontes no capítulo anterior, Zeca surge para a história escrita a partir da evidenciação do assalto ao trem pagador em outubro de 1909, deixando um vazio de diversos anos em que nada relata-se sobre o personagem, voltando ao cenário dos acontecimentos a partir das inferências de Silva (1920), quando da tentativa frustrada de criação do estado das Missões, fato relatado anteriormente neste trabalho (SILVA, 1920; THOMÉ, 2009; SCAPIN, 1992; SCAPIN, 1996).

Um fato ainda pouco explorado, diz respeito aos familiares de Zeca Vaccariano, já que segundo Oliveira Brito (2016), o personagem pertenceria à uma numerosa família de pelo

menos 12 irmão, conforme conferido no capítulo anterior. Curiosamente, Haro (1950), ao historiar a origem dos primeiros moradores de então recém-criado município de Piratuba, SC, o qual pertenceu a Campos Novos, SC, até 1949, evidencia entre pioneiros da localidade, o nome de Manoel Antônio de Oliveira, o qual chegou na então Vila do Rio do Peixe em 1909, juntando-se aos moradores Jesuíno Antônio de Oliveira e Joaquim Pinto, também chamado de Lageano. Embora não seja possível afirmar com exatidão, evidências apontam que Manoel Antônio de Oliveira, seria um dos irmãos de Vaccariano, já que entre os nomes atestados por Oliveira Brito (2016), consta o de Manoel Antônio de Oliveira como sendo um dos irmãos de Zeca (HARO, 1950, p. 13 ). Indiferente ao fato de Vaccariano possuir relação de parentesco com moradores da região do baixo Vale do Rio do Peixe, relatos de artigos publicados em periódicos mostram que Zeca conhecia bem a região, já que segundo informações relatadas por Wagner (2004), o ex-combatente, também teria concorrido para a criminalidade em ações na região de Marcelino Ramos, município gaúcho o qual faz divisa com Santa Catarina. O trânsito de Vaccariano pela região da foz do rio do Peixe, reforça a teoria de que o gaúcho Manoel Antônio de Oliveira, pioneiro na Vila Rio do Peixe, atual município de Piratuba, SC, seria de fato um dos irmãos de Zeca.

A relação do homem tido como “o chefe dos mais ferozes e bem organizados grupos de foras-da-lei”, que atuava nas Fronteiras Sul-Brasileiras, segundo *Correio Brasiliense apud Oliveira Brito (2016, p. 127)*, ganha novos contornos nas memórias da professora Nilva Regalin (2016), que relembrou em entrevista que para os moradores mais antigos da comunidade de Zonalta, no interior de Piratuba, SC, a abertura da antiga estrada do Picadão, a qual deu nome ao povoado que surgiu no início do século passado, desde sempre, foi atribuída como iniciativa do grupo de revolucionários liderados pelo coronel Manoel Fabricio Vieira, principal aliado de Vaccariano. O trajeto que ligava Marcelino Ramos, RS, ao interior do então município de Campos Novos, SC, atravessava as áreas de cordilheiras, servindo de referência inclusive para as companhias colonizadoras demarcarem as terras, quando da colonização, no princípio do século passado (REGALIN, 2016).

O relato da professora aposentada, valendo-se dos trabalhos juntos da comunidade e as memórias coletivas, vai ao encontro do que escreve Breves (1985), que menciona combates da Revolução Federalista (1895 – 1897), no baixo Vale do Rio do Peixe. Sobre a índole de Vaccariano, nos valeremos ainda de Gaertner (1974), ao relatar que após ser denunciado por intrusão em uma colônia de poloneses em formação na região de Ipoméia, atual município de Rio das Antas, SC, Vaccariano decidiu atacar a moradia de Mikochevski, responsável pela

colonização local. Por outro lado, Gaertner (1974), Scapin (1996) e Koelln (1980), reconhecem as inúmeras tentativas de José Antônio de Oliveira em ter o direito de usufruir de terras. Conforme já relatado, Zeca tenta ocupar espaços devolutos no Vale do Rio do Peixe e por último às margens do rio Uruguai. Tal condição, embora secundária, demonstra que apesar da convergência de forças em que se pese o coronelismo, mandonismo e as da própria política feita à ferro e fogo, Vaccariano colocava-se em segundo plano na escala piramidal dos benefícios concedidos à correligionários políticos de situação. As ponderações dos autores Koelln (1980) e Breves (1985), sobre os aspectos da colonização local e em específico em Porto Feliz, atual cidade de Mondaí, SC, nos induzem ao pensamento de que Vaccariano era um posseiro local como tantos outros, não tendo título ou escritura das terras dele, salvo uma pequena parte, oferecida pelos colonizadores, para que Vaccariano e os homens dele abrisse as primeiras estradas locais.

Na obra cinematográfica *Primeiro Assalto ao Trem Pagador* (2012-2013), conforme detalharemos mais à frente, relata-se que a família de Zeca teria tentado sem sucesso reaver terras reivindicadas por Vaccariano na região de Mondaí, Oeste catarinense. Neste contexto, Scott (2013), nos apresenta a tese a qual versa sobre as formas de resistência dos grupos sujeitos à dominação social com base em um discurso escondido, objetado ao seu discurso público. A partir desta análise de exemplos históricos em que apresentam-se domínios extremos, o referido autor questiona as clássicas teses, de acordo com as quais o discurso, os valores e as crenças que toleram tais formas de dominação, seriam amplamente partilhadas pelos dominados, sendo necessário estes serem previamente libertados deste universo social, para só então tornarem-se conscientes da sua própria condição.

Em desacordo com estas perspectivas, o autor vê na aparente aceitação dos subordinados, estratégias de sobrevivência e formas simuladas as quais objetivam ocultar a sua revolta e a sua resistência. Tal conjunto que encena a partilha e a submissão das regras e normas das elites dominantes, merece ser visualizado e considerado como uma forma de salvaguarda e proteção dos dominados (SCOTT, 2013). Desta forma, questiona-se *modus operandi* do personagem o qual é tido como criminoso, integrante do conceito de banditismo social conceituado por Hobsbawm (2017), considerando as ações de Vaccariano como uma tentativa de exercício do discurso oculto, na condição de resistência aos ditames impostos pelo grupo Norte-americano da *truste* de Percival Farquhar.

Os últimos relatos da presença de Zeca Vaccariano, no Extremo Oeste, apresentados pelos autores Koelln (1980) e Nascimento (1984) afirmam a aquisição da propriedade do



personagem pelos colonizadores locais. Entretanto, como inferem os jornais da época, José Antônio de Oliveira permaneceu mais tempo pelo Vale do Rio Uruguai do que os relatos literários nos mostram. Para Thomé (2009), e Scapin (1996), as últimas menções oficiais de Zeca Vaccariano, é de que ele teria sido visto nas vilas de Perdizes e Vitória em 1927. Mais velho, de cabelos grisalhos, José Antonio de Oliveira, conservava a elegância de vestir-se bem, mantendo o famoso chapéus de abas largas cobrindo os olhos, grande variedade de armas à cintura, tendo ainda um lenço vermelho no pescoço, um costume “maragato” contrariando os hábitos dos pica-paus ou chimangos, grupo que Zeca originalmente pertenceu, que adotaram o lenço branco. Como de costume, Zeca mantinha o hábito de ter nos bolsos, doces os quais costumava dar as crianças que encontrava nas ruas de chão das vilas por onde cruzava caminhos (THOMÉ, 2009).

Apesar de ser considerado um bandoleiro, Eckert (2012), pondera que não cabe à ele julgar as ações de Zeca Vaccariano, o qual, para alguns é tido como herói, enquanto que outros o mencionam-no como bandido. Chefe de um cartório de registro de imóveis em Mondaí, SC, Eckert (2012), recorda-se da ocasião em que por conta da profissão, recebeu no cartório uma senhora que se identificou como neta de Vaccariano. Portando uma escritura pública de sessão de posse registrada em um cartório de Montenegro, RS, a mulher procurou-lhe para reaver terras que pertenceriam à Zeca Vaccariano, uma propriedade de 690 hectares, localizada na então comunidade de Iracema, (atual município de Mondaí-SC), que na época fazia parte do território de Chapecó, SC. O documento datado de 1924, fazia inferência ao que seria na atualidade a margem esquerda entre o rio das Antas e o rio Iracema, na divisa entre os atuais municípios de Riqueza, SC e Caibi, SC. Convicto, Eckert (2012), afirma que Zeca Vaccariano, nunca teria chegado a tomar posse ou ocupado as referidas terras, uma vez que o Exército Brasileiro mantinha interesse estratégico sobre área (ECKERT, 2012).

A busca por informações biográficas do personagem também levaram familiares de Zeca Vaccariano à Pinheiro Preto, SC, onde o crime do pagador aconteceu no início do século XX. A visita que envolveu rápida passagem pelo museu da cidade e o local do assalto, foi divulgada pelo Poder Executivo do município e reproduzida pela imprensa, que mencionou a presença de Elisa Terezinha Quadros e Antônia Silveira Quadros, as quais seriam neta e bisneta de Vaccariano, respectivamente (MEIO OESTE, 2018). Antes disso, em setembro de 2012, a notícias das filmagens de um documentário sobre o episódio, levou a aposentada Rita Gomes, moradora de Santa Maria, RS, a fazer contato com a equipe de produção da obra. A mulher que se apresentou como neta de Vaccariano, informou que o avô pertencia à uma família numerosa

e teria tido diversos filhos, se casando mais do que uma vez, tendo segundo ela, abandonado a última esposa ainda com filhos pequenos. O fato foi divulgado pela imprensa, levando a página oficial da obra cinematográfica a promover postagem assinada pela jornalista Cleide Matielo (PRIMEIRO ASSALTO AO TREM PAGADOR, 2012).

Cercada de mistérios e especulações, os causos contados sobre a passagem de Vaccariano, fazem parte das memórias de Eckert (2012), que tem como a lembrança mais contundente, uma casa lendária existente no local onde atualmente fica o Parque de Exposições de Mondaí, SC. O local onde costuma-se realizar a Festa da Fruta, teria sido construída sobre os alicerces da antiga moradia de Vaccariano no município. Entre as histórias que se ouvia dos mais velhos era de que a edificação possuía túneis no porão que levavam até a margem do rio Uruguai. A estrutura serviria de rota de fuga em uma eminente necessidade de Vaccariano escapar de alguma ameaça (ECKERT, 2012).

Apesar do tempo, os episódios envolvendo Zeca Vaccariano continuam bastante presentes na reminiscência cotidiana das comunidades do interior catarinense, apresentando-se como uma figura controvertida. A professora Alzira Scapin (2012), revela uma outra face curiosa do personagem: a de conquistador. Segundo a entrevistada, Zeca tinha fama de namorador e corriam boatos no início do século na região, de que ele teria uma casa com diversas mulheres, e que tanto a venda às margens da ferrovia, quanto a mordida na região do Laju, eram frequentadas e conhecidas como local de diversão para homens daquele período. Muitos chefes de família costumavam construir casas altas e fazer o quarto das moças no sótão, temendo terem a filha raptada por Vaccariano (SCAPIN, 2012).

Para Thomé (2012), Zeca é um personagem típico, integrado a história dos vales do rio do Peixe e Uruguai, tendo sido o primeiro morador das atuais cidades de Pinheiro Preto, SC e Mondaí, SC, respectivamente. Contudo, as impressões do historiador sobre as informações sobre os últimos dias da trajetória de Vaccariano, são no mínimo controvertidas. Entre as versões, uma delas é a de que o ex-combatente, teria se mudado para Porto Alegre, RS, enquanto que a outra é de que Zeca teria falecido em Mondaí, SC.

Por outro lado, nem sempre o ímpeto do banditismo falava mais alto nas ações de Vaccariano, tanto que o personagem é citado como um dos interlocutores na recepção da comitiva de Adolfo Konder, então presidente da província de Santa Catarina, quando da visita à Mondaí e região circunvizinha. Um periódico da época revela os detalhes da conversa entre Zeca, referido pelo jornal como um “cavaheiro” ligado a abertura das estradas ligando Barracão à Mondaí, obras de fato realizadas por ele e o grupo de homens que lhe prestavam serviço. Ao

longo do texto do impresso evidencia-se que em 1929, ano de circulação do exemplar, Vaccariano estaria residindo em Irai, RS e não mais no município de Mondaí (A REPÚBLICA, 1929).

Apesar do codinome Zeca Vaccariano, convergir para um entendimento que o personagem José Antônio de Oliveira, seria natural de Vacaria, RS, conforme tornou-se uma convenção popular, a verdadeira origem dele ainda é incerta, já que as Negativas de Certidão, declaram a inexistência nos livros de batismo da época, de registros de José Antônio de Oliveira, bem como sobre o pai dele, Cypriano Antônio de Oliveira. Os documentos assinados por Dom Orlando Dotti – Bispo Hemérito – Notário, datado de 10 de fevereiro de 2022, indicam que Vaccariano não fora registrado naquela cidade. A hipótese aceitável é que muito provavelmente, conforme Oliveira Brito (2016), com a fixação de residência na região do então município de Carazinho, no Planalto Médio do Rio Grande do Sul, o personagem tenha nascido naquele município, não sendo efetivamente um vacariense, como por longo tempo sugeriu-se (NEGATIVA DE CERTIDÃO DE CYPRIANO ANTÔNIO DE OLIVEIRA, 2022; NEGATIVA DE CERTIDÃO DE JOSÉ ANTÔNIO DE OLIVEIRA, 2022).

O limiar da vida de Zeca Vaccariano, aparentemente oculto para a história, também é um mistério que intriga Eckert (2012), que revela antigos rumores de que o personagem teria tido a casa cercada por policiais gaúchos e sido assassinado ao tentar fugir. Outra hipótese retirada dos contos populares, é de que José Antônio de Oliveira teria conseguido escapar transferindo-se para o Rio Grande do Sul. Uma outra versão é ainda explorada em uma sessão dedicada a reportagens históricas, encartado no *Jornal Zero Hora* de Porto Alegre, RS e reproduzida por Oliveira Brito (2016, p. 127), A matéria jornalística vincula o suposto desaparecimento de Vaccariano à passagem da Coluna Prestes pela região. A misteriosa saída de cena do personagem é comumente creditada pelos moradores de Mondaí, ao movimento de Carlos Prestes e neste caso em específico o desaparecimento teria se dado já em Frederico Westphalen, onde Zeca estaria residindo por último. Embora pouco provável, dado ao conjunto argumentativo já apresentado, cogita-se à partir de informações obtidas na entrevista, que Oliveira tenha se sentido intimidado com a revolução e tenha se refugiado nas áreas selvagens do Oeste do estado do Paraná (THOMÉ, 2012).

Neste contexto, com base na argumentação de Thomé (2012) e a partir de relatos da imprensa que ligam o personagem à diversos episódios e movimentos revolucionários da época, é possível que Zeca tenha seguido com o grupo até a região paranaense, mas na condição de integrante do movimento. Contudo, a reportagem acrescenta um novo fato que se insere ao

contexto da vida familiar do personagem: A presença de um soldado integrante da Força Pública de Santa Catarina, que seria filho de Zeca Vaccariano. Paul Rammiger revela que encontrou no trabalho dele sendo sargento cujo nome de guerra era “Vaccariano” no batalhão dele, durante a Revolução de 1930. O personagem da matéria jornalística, por um momento acreditou que aquele seria o momento de desvendar os segredos sobre Zeca Vaccariano, só que no entanto, sargento Vaccariano era um homem de poucos amigos e jamais revelou informações sobre o paradeiro de Zeca (ZERO HORA, *apud* Olivera Brito, 2016).

Documentos oficiais atestam a veracidade ao menos desta parte da história relatada por Paul Rammiger à imprensa. A prova é a certidão de casamento de n.º 78, emitida pelo 3º tabelionato de Cruz Alta, RS, que em 29 de novembro de 1933 uniu o casal João Teles de Oliveira, nascido em Campos Novos, SC, no dia 05 de janeiro de 1902 e Marieta Gomes de Oliveira, nascida em Cruz Alta, em 27 de fevereiro de 1907. O documento não deixa dúvidas de que o sargento Vaccariano, citado inclusive por Olivera Brito (2016, p. 93), é filho legítimo de José Antônio de Oliveira, o Zeca Vaccariano. O documento acompanhado de fotos da família, fornecido pelo advogado Antônio Carlos Teixeira, bisneto de Vaccariano, que reside em Porto Alegre, RS, aos produtores do filme *Primeiro Assalto Ao Trem Pagador* (2012-2013), revela ainda que João Teles de Oliveira, que à época do casamento aos 31 anos de idade, era comerciante (CERTIDÃO DE CASAMENTO JOÃO TELES DE OLIVEIRA, 1933).

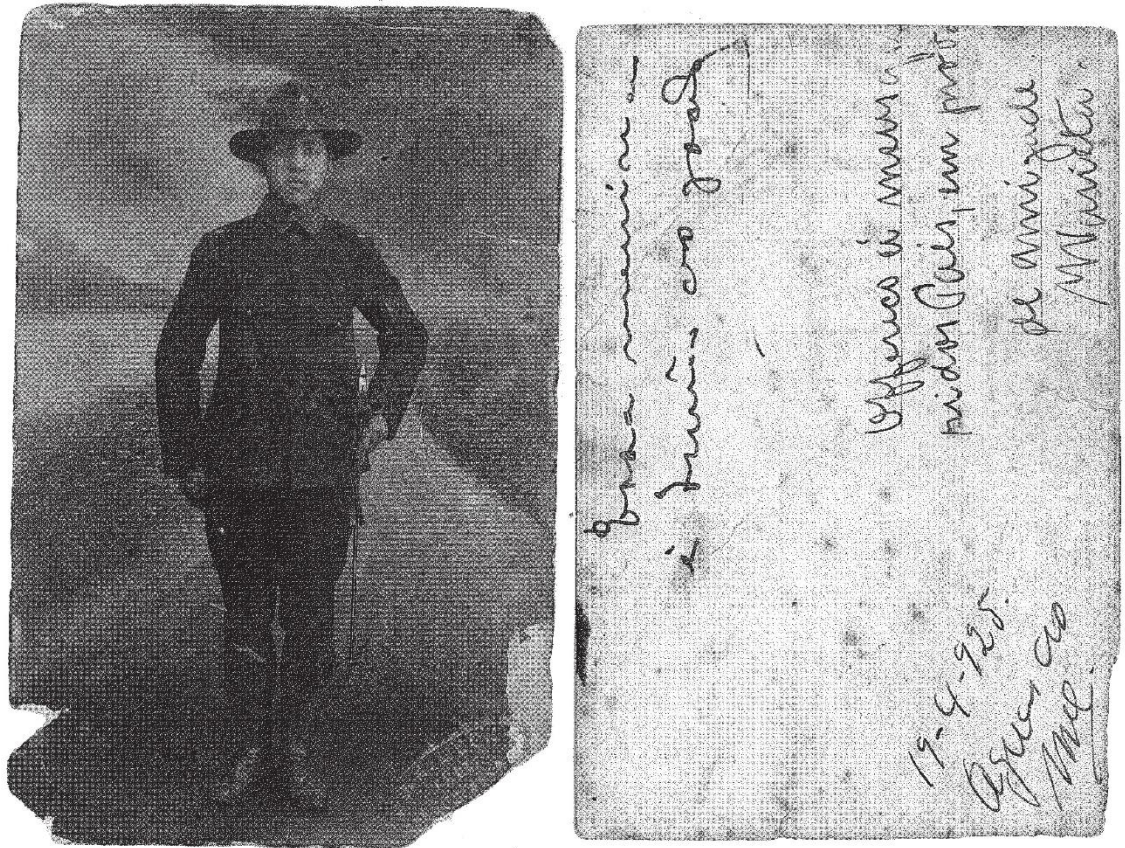
**Figura 7 – Certidão de Casamento João Teles de Oliveira (sargento Vaccariano)**

Tabela A  
 Nº 19574  
 Pag. \_\_\_\_\_  
 REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
 3º TABELIONATO  
 REGISTRO CIVIL  
 Estado de São Paulo  
 Município de Itajaú  
 Comarca de Itajaú  
 Distrito de Itajaú  
**CASAMENTO** (N. 19574)  
 O Dr. João Teles de Oliveira Oficial de Registro Civil  
 Certifico que, a fls. 94 do livro n.º 10 de registro de casamentos foi celebrado hoje, o assento do matrimônio de João Teles de Oliveira e Marieta Gomes de Oliveira  
 celebrado perante João Teles de Oliveira  
 Ela, nascida em Itajaú em 1907 e residente em Itajaú  
 Ela, nascida em Itajaú em 1907 e residente em Itajaú  
 Foram apresentados os documentos a que se refere o artigo 180 do Código Civil. Observações: Deposito em 29 de abril de 1925  
 O referido é verdade e dou fé.  
 10.200  
 4.000  
 1.000  
 1.000

Fonte: Acervo Primeiro Assalto ao Trem Pagador (2012)

Se por um lado, João Teles de Oliveira, o sargento Vaccariano, preferiu o silêncio em vez de satisfazer a curiosidade dos colegas de farda quanto aos detalhes envolvendo os últimos períodos de vida do pai, Zeca Vaccariano, para a família, o filho do ex-combatente, fez questão de registrar a trajetória dele na Força Pública de Santa Catarina, como mostra a reprodução à seguir de uma foto enviada em meados de abril de 1925, para a então noiva Marieta Gomes de Oliveira, que residia em Cruz Alta, RS, demonstrando o orgulho do militar pela carreira.

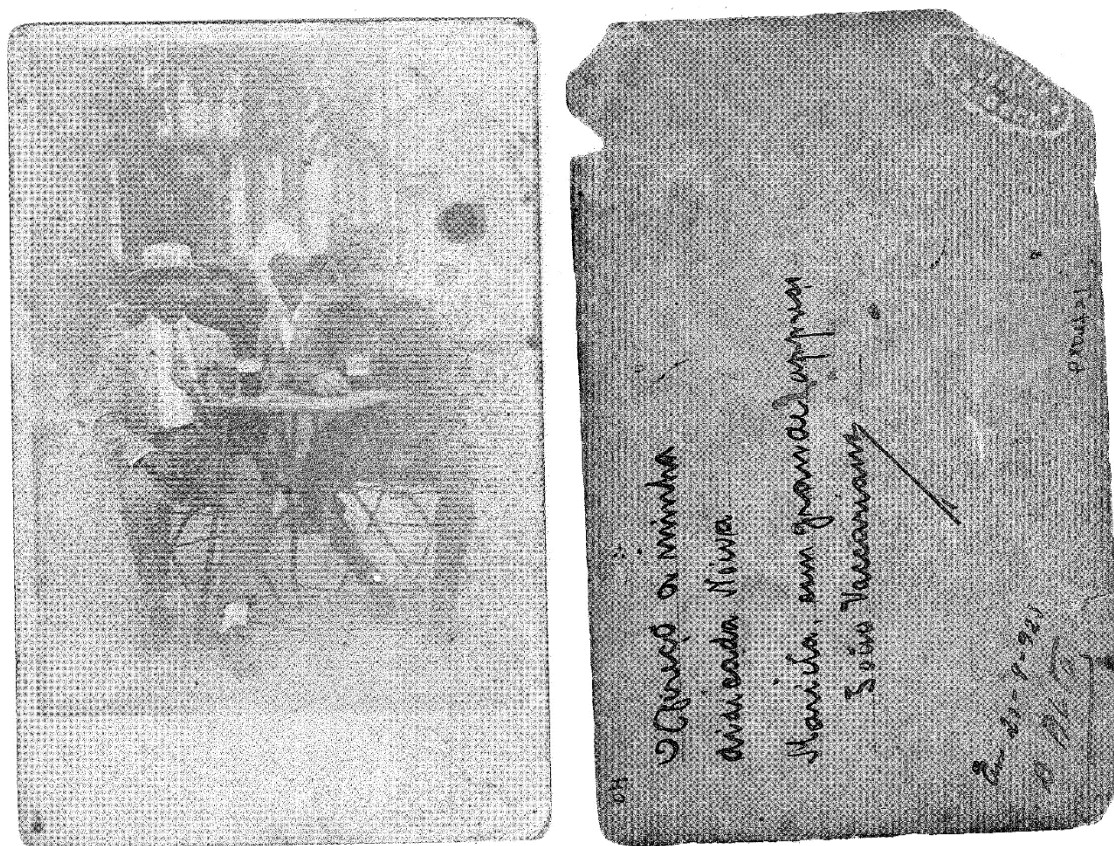
**Figura 8 – Foto do sargento Vaccariano enviada à noiva em 1925**



**Fonte: Acervo Primeiro Assalto ao Trem Pagador (2012)**

Passados pouco mais de três anos, João Teles de Oliveira, voltou a corresponder-se com a noiva enviando-lhe uma nova foto a qual oferece e dedica à ela posando fardado em um local que aparenta ser uma mesa ao ar livre em uma cidade grande.

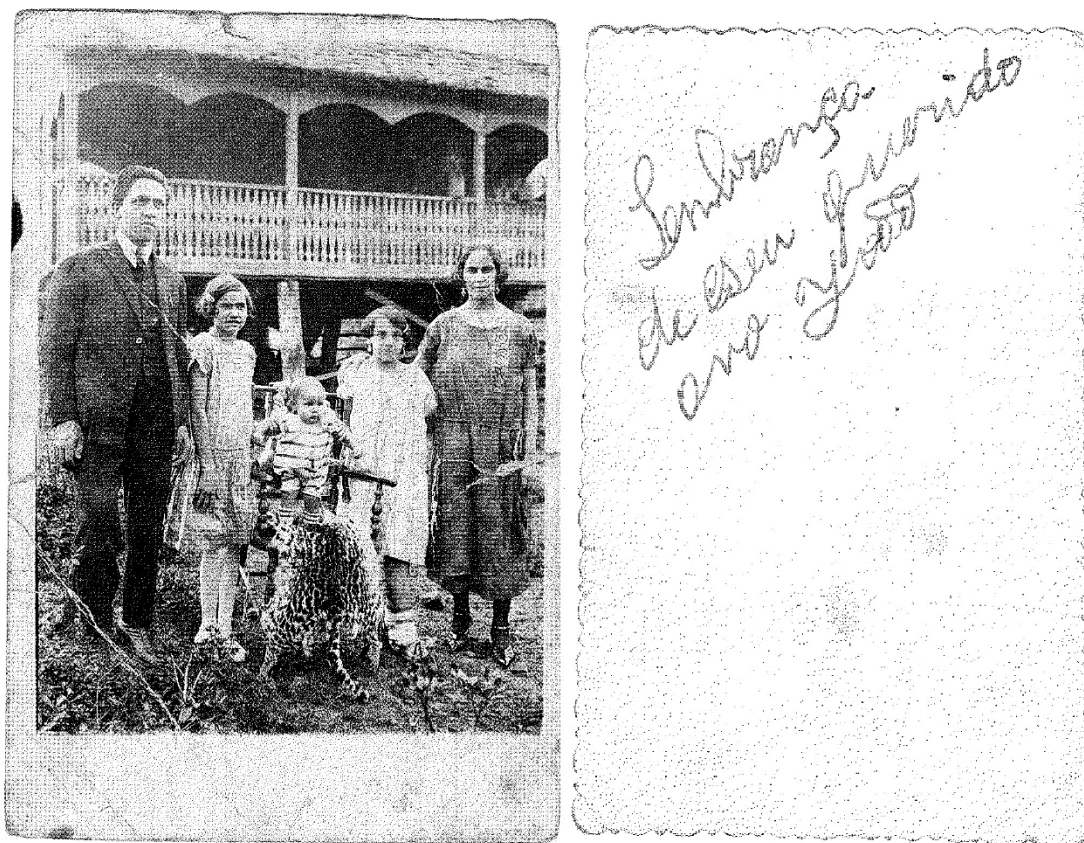
**Figura 9 – Foto do sargento Vaccariano enviada à noiva em 1928**



**Fonte: Acervo Primeiro Assalto ao Trem Pagador (2012)**

Finalmente casado e já pai de família, o sargento Vaccariano e a esposa Maristela Gomes de Oliveira posam para uma foto oficial de família diante de uma casa de madeira. A foto anos mais tarde recebeu dedicatória, sendo entregue ao neto Antônio Carlos Teixeira, bisneto vivo de Zeca Vaccariano.

**Figura 10 – Foto sargento Vaccariano e a esposa Maristela Gomes de Oliveira, dedicada ao neto Antônio Carlos Teixeira**



**Fonte: Acervo Primeiro Assalto ao Trem Pagador (2012)**

Um artigo assinado pelo pesquisador assinado Gustavo Falluh, publicado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no portal Jusbrasil, em 2016, suscita o debate sobre o julgamento e absolvição de Zeca Vaccariano. Conforme já visto em sessões anteriores e reiterado no artigo, na sexta-feira, 04 de abril de 1919, o desembargador Américo da Silva, relator da apelação, após ouvir 13 testemunhas, concluiu o rito sentenciado: "Acordam dar provimento à apelação interposta para anular, como anulam o julgamento e mandam que o réu apelado Zeca Vaccariano seja submetido a novo júri, visto ser manifestamente contrária a prova dos autos a decisão recorrida." A publicação infere sobre o uso do dinheiro advindo da ação criminosa, administrada no pagamento dos jornaleiros que trabalhavam nas sessões empreitadas por Vaccariano, tendo assim repartido o dinheiro após o roubo. A justificativa de Vaccariano, combinada ao endosso do grupo de coronéis e autoridades públicas, teria impedido um novo julgamento e Zeca jamais foi preso (JUSBRASIL, 2016).



Mas afinal, onde foi parar todo o dinheiro da ação criminosa? Zeca teria mesmo usado todo o montante para pagar os trabalhadores? O tema que por mais de um século vem sendo tratado como mistério, para a família de Vaccariano tem uma solução racional que põe fim a questão e ordena o entendimento sobre a impunidade para mentor intelectual do crime tido como o primeiro assalto a um trem pagador. Para além dos trabalhadores, os quais eram também devedores assumidos, constantes em cadernos da bodega de Zeca Vaccariano o fruto do assalto, acabou mesmo caindo nas mãos da família Rupp. Investidor de Vaccariano, conforme já expusemos, quando da chegada de Vaccariano em Santa Catarina e mesmo após o assalto, em que Zeca é orientado a procurar regiões mais afastadas às margens do rio Uruguai, o coronel Enrique Rupp, ex-prefeito de Campos Novos, SC é apontado por Antônio Carlos Teixeira, bisneto de Vaccariano, como o homem que teria enriquecido às custas do crime. Rupp teria ludibriado o ex-combatente e ficado com a maior parte do dinheiro fruto do assalto, restando ao personagem uma velhice marcada pela pobreza (TEIXEIRA, 2015).

Tão impactante quanto os contos populares, a exposição de Teixeira (2015), se integra a versão oferecida por uma outra parte da família de José Antônio de Oliveira, na qual o destino reservaria outro desfecho para a saga de Zeca Vaccariano. Conforme Oliveira Brito (2016), aproximando-se a Revolução Constitucionalista de 1932, episódio também conhecido como a Guerra Paulista ou Revolução de 1932, a insurreição armada envolvendo o estado de São Paulo, Rio Grande do Sul e o Mato Grosso do Sul, Zeca Vaccariano, que sempre estivera do lado do Governo, busca prestigiar o movimento de Getúlio Vargas e mesmo não sendo político, procura integrar-se às forças que garantiriam espaço governamental ao estadista (OLIVEIRA BRITO, 2016).

Naquele período, Vaccariano, mesmo residindo no interior de Santa Catarina, é convidado por amigos próximos para comandar um grupo que ficaria conhecido como “Pés no Chão”, nome dado aos soldados do 3º Corpo Auxiliar da Brigada Militar, originários de Palmeira das Missões, os quais lutaram na Revolução de pés descalços (OLIVEIRA BRITO, 2009). O ex-combatente resolve aceitar o convite, mas o destino de José Antônio de Oliveira, destoaria do rumo planejado e Zeca Vaccariano, teria tido o capítulo final de sua saga biográfica marcada pela enfermidade. Sentindo o peso da idade recaindo sobre os ombros, o então ex-combatente da Revolução Federalista, destemível executor do Assalto ao Trem Pagador, balseiro do Uruguai e ex-delegado de polícia, já com 67 anos de idade passaria a sentir a debilidade do tempo (OLIVEIRA BRITO, 2016).

Após ter acompanhado as forças regimentais até a cidade de Santo Ângelo, no Noroeste

do Rio Grande do Sul, revela Oliveira Brito (2016), que Zeca Vaccariano hospeda-se em um hotel local e antes de partir para o combate no interior paulista, acabou falecendo na presença de alguns poucos amigos. Um inimaginável término de vida para um ex-combatente que foi da demonização pública com assaltante a glorificação do posto de delegado, tendo o fim da linha marca pela morte anônima.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decurso desta produção, foi possível compreender a dinâmica social, econômica e cultural que levou José Antônio de Oliveira, O Zeca Vaccariano, a arquitetar e executar o assalto ao grupo de pagadores da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, em 24 de outubro de 1909. O episódio do assalto ao trem pagador, no entanto, não pode ser visto como um acontecimento isolado, devendo ser percebido a partir de um contexto complexo, no qual o período histórico, as questões geográficas, o cenário de transição política, transformação econômica e modernização e especialmente as forças políticas edificadas sobre os pilares do coronelismo e suas interfaces, somam elementos decisivos os quais concorreram para a deflagração do assalto.

Incidentalmente a Fronteira Sul-Brasileira, especialmente a região do Contestado, advinha de um processo de ocupação que compreende espaços integrados pelos povos originários, Kaingánges e Xocklém, pela miscigenação cabocla tropeirista e culminando com a introdução das etnias de colonização articulando Estado e mercado num processo de modernização conflituoso. O período marcado pela acomodação dos estratos sociais nos anos de pós-revoluções é o elemento gerador da convulsão social e contendas geopolíticas, ocasionadas pelo processo de definições de fronteiras, desenvolvimentismo e ocupação estratégica de território.

Este trabalho não permite - tampouco ambiciona - conclusões definitivas que convirjam para a resolução de todos os problemas inseridos no contexto da Fronteira Sul do Brasil, nem oferece respostas para todas as questões que permeiam o imaginário popular sobre a biografia de Zeca Vaccariano, uma vez que desde a apresentação desta proposta de estudo, pautou-se por analisar os conceitos de relações e conflitos envolvendo a figura humana do referido personagem. Entretanto, mesmo enfrentando dificuldade de fontes, especialmente as documentais em que se tange a negativa do Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em fornecer os elementos necessários para uma investigação mais profunda no que se refere as questões inqueritais, procurou-se um estudo reflexivo sobre a história e os contextos socioeconômico, cultural e étnico que envolveram a região do Contestado na ambientação do caso criminal em questão.

Não podendo ser visto como um elemento desconexo do período, o assalto ao trem pagador, reúne subsídios suficientes para estabelecer-se como um episódio na órbita dos acontecimentos que integram a Guerra do Contestado (1912-1916), cujos desdobramentos,

seguem na paralela da contenda deflagrada no território em litígio representando um destacado contributo na escalada para a violência do período.

Do ponto de vista da abordagem teórica empreendida neste trabalho, num primeiro olhar, o protagonista não reveste-se das características gerais que o definiriam como um mero bandido em essência, haja visto que desde os primeiros relatos, conserva atributos de um personagem que busca a coexistência econômica. Isso se mantém nas tentativas de estabelecer-se inicialmente como ervateiro, tendo em seguida o ofício de comerciante na então região de Rio das Pedras (atual município de Videira, SC) e em seguida como fornecedor de víveres para operários da EFSPRS. É assim que Vaccariano é alçado à tarefa de obras ferroviárias da Linha Sul, o que efetivamente requer uma percepção que extrapola a ingenuidade do senso comum e não por acaso firma-se como empreiteiro de uma audaciosa obra severamente caracterizada pela estruturação oligárquica mandonista.

Merece atenção especial o fato de que Vaccariano gozava de plena confiança da Companhia, mantendo relações de reciprocidade, especialmente com o engenheiro Achilles Stenghel, para quem fornecia inclusive guarnição para as equipes de pagamento. Esta informação pode ser observada nas entrelinhas das cartas de Gisela Stengel, que descreve o tarefairo, como um homem que atraíu o pai dela, tendo em vista inclusive as informações privilegiadas as quais tinha acesso sobre datas de pagamento e *modus operandi* do grupo pagador. Na medida em que imerge na região naquele contexto, observa-se que Zeca convenientemente vai assumindo um papel importante no quadro de relações de poder mediante o atendimento das demandas de grandes coronéis, tendo a maioria de suas ações as quais ganharam notoriedade na imprensa da época, vinculadas a figura do coronel Manoel Fabrício Vieira. Não por acaso Zeca foi atrelado quando do episódio do assalto, como sendo gente da família Vieira.

Observa-se ainda que “fazer justiça” no caso do pagador, requer inclusive mergulhar em uma análise ainda que rasa, mas necessária no jornalismo comparado, trazendo à tona subsídios que mostram que a demonização de Zeca Vaccariano, produzida pelos periódicos da época, interessava muito mais os próprios jornais, do que propriamente quem quer que fossem as personalidades do poder da época. A ação da imprensa, agindo por conta própria, revelou no episódio do pagador, uma potente forma de atração de leitores e fidelização do público, comparados a poucos episódios do período. Assim, suíte, pós suíte, os fatos cotidianos ligados ao Vaccariano foram se maximizando a inapagável centelha que elevava Zeca Vaccariano à um produto midiático, que por décadas pautou os principais periódicos daquele tempo.

Muito embora na cultura oral, haja registros de feitos de bravura e valentia, oficialmente o único crime o qual oferece materialidade efetiva participação de Vaccariano, é propriamente o assalto ao trem pagador, ação criminosa da qual foi julgado e inocentado. Evidências que podem ser consultadas nos autos da fase de inquérito e pós-processual, demonstram inclusive que Zeca tentou atenuar os efeitos do crime do pagador poupando a vida do tesoureiro Henrique Baroni e do engenheiro Ernesto Kaiser. Mesmos sendo aceito como o mandante do crime, possivelmente Zeca entrou e saiu de cena naquele domingo sombrio, possivelmente sem ter disparado um tiro se quer.

Apropriadamente ao passo que se discute o conceito de banditismo social, observa-se em Vaccariano uma característica fundamental e inerente ao personagem, presente ao longo dos acontecimentos que norteiam esta pesquisa. Trata-se de um atributo selvagem que faz de Zeca Vaccariano um ser rústico, indômito por natureza. Não se trata de uma condição que o define como selvícola, insociável; muito pelo contrário, Zeca sempre esteve afeito à manutenção de relações sociais, feitas é claro, ao modo dele, o que notadamente lhe garantiu a condição de destemível. Isso desloca Vaccariano do modelo prioritário de bandido social, sobretudo aquele construído por Hobsbawm, para apresentar um homem que mantinha endereço sabido, relações sociais consolidadas e posteriormente alteradas pelo fato de ter assaltado o grupo pagador da ferrovia.

Esse deslocamento conceitual culmina com o cargo de delegado de polícia conferido à Zeca Vaccariano, que auferiu ao personagem central deste trabalho uma condição simbólica, fazendo do ex-combatente, assaltante do trem pagador, uma espécie de celebridade mítica dos sertões. Notadamente a indicação de Vaccariano ao cargo se deu em uma condição muito especial, proporcionada pela relação pentagonal, envolvendo o cel. Manoel Fabrício Vieira, à quem atendia prioritariamente e era sócio, o senador Gomes Pinheiro Machado, conselheiro pessoal, o qual enviou o próprio sobrinho, Salvador Carneiro Pinheiro, vulgo Dente de Ouro, para integrar o grupo de Vaccariano, o coronel Henrique Rupp, o qual supostamente teria fornecido as armas para a emboscada do pagador, e por último Fidêncio Mello, que servia aos interesses de colonização a família Rupp, e se tornou sócio de Vaccariano nas atividades extrativistas no Oeste catarinense. Muito provavelmente, o posto de delegado de polícia, foi confiado a Zeca como uma espécie de recompensa pelos seus feitos, inclusive o assalto ao trem pagador, cuja divisão dos valores subtraídos continua uma incógnita perdida no espaço-tempo da história.

Diferente do destino final do inglês Ronald Biggs, assaltante confesso do trem pagador de Glasgow (Escócia), Vaccariano não se esquivou em assumir a ação. Julgado e inocentado, viveu os últimos dias em plena liberdade, deixando a vida terrestre pelas agruras do tempo, assumindo o papel atribuído pela sociedade, vivendo um perfil transitório em que para alguns era considerado um bandido e para outros a representação de um herói. Observa-se no entanto, que à Vaccariano cai melhor as características de homem de carne e osso, assumindo a interface de um ser moldado pelos rigores do período, fruto de um ambiente rústico, que à rigor era implacável com quem permitisse a exposição das fraquezas naturais humanas. Contudo a condição de ex-combatente, e a capacidade de arregimentar grande número de foras-da-lei ao seu entorno, fez de Zeca um homem temido pelos inimigos e respeitado pelos grupos com os quais mantinha relações de reciprocidade, resguardando inclusive as Fronteiras Sul-Brasileiras contra um possível ataque ou ocupação internacional. Assim, é importante assinalar que o próprio Zeca Vaccariano não se entedia como um bandido e muito embora sentisse orgulho dos feitos, instituiu na família valores que conduziram o próprio filho, João Teles de Oliveira, às fileiras das Forças Públicas de Santa Catarina.

Para além dos conceitos até aqui apresentados sobre Banditismo Social, seja nas variantes guerrilheiro ou político ou mesmo num modelo híbrido que reúne ambos atributos, Zeca Vaccariano surge para a história em pleno início do século passado, estabelecendo novos elementos que podem contribuir para a origem de um novo exemplo de banditismo, caracterizado pela elevada exposição midiática, a ausência de concretude dos fatos e escalada da reprodução literal e oral de fatos lendários, os quais nem sempre se conectam com a realidade dos acontecimentos. Muito embora seja inegável que as ações de Zeca Vaccariano tenham concorrido para uma biografia marginalizada, a imagem criada ao longo da trajetória humana do personagem garantem margem para a elevação de sua figura ao banditismo mítico, em que nem tudo o que tenha sido mencionado até aqui corresponda necessariamente a verdade, mas fruto do elementar conceito arquetípico de um personagem que foi além dos acontecimentos reais, tornando-se um mito indômito ao longo da história, mantendo uma conduta controversa e paradoxal entre o típico fora-da-lei e o próprio agente da lei.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- AMADOR, Milton Cleber Pereira. **A colonização na pequena propriedade familiar pelo descendente de imigrante e o desenvolvimento socioeconômico de Concórdia (1920 a 1960)**. Concórdia – SC: Fundação Municipal de Cultura de Concórdia, 2015.
- BAUDRILLARD, J. **A transparência do mal**. São Paulo: Editora Papirus, 1996.
- BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio D'água, 1991.
- BAUDRILLARD, J. **Simulations**. Massachussets: Sementiotext(e), 1983.
- BELLANI, Eli Maria. **Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai**. Florianópolis: EdUFSC, 1991.
- BLOK, A. **The peasant and the brigand: Social Banditry reconsidered in: Comparative studies in Society and History**. Cambridge: Cambridge University Press, v. 14, n. 4, September 1972.
- BOITEUX, José A. **Oeste catarinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira**. Florianópolis: Livraria Central de Alberto Entres e Irmão, 1931.
- BRAUDEL, F. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, v. II, pp. 96 a 118 (1ª ed. em francês: 1966)
- BREVES, Wenceslau de Souza. **O Chapecó que eu conheci**. In: Boletim do IHGSC, n.6, 1985.
- CABRAL, O.R. João Maria. **Interpretação da campanha do Contestado**. São Paulo. Nacional, 1960.
- CARVALHO, J. M. de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.
- COLODEL, Jose Augusto. **Obrages e companhias colonizadoras: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960**. Santa Helena: Prefeitura Municipal de Santa Helena, 1988.
- CORNEJO, Carlos; GERODETTI, João Emilio. **As Ferrovias do Brasil nos Cartões Postais e Álbuns de Lembranças**. 1ª Ed. São Paulo – SP: Solaris Edições Culturais, 2005.
- DANTAS, José Ibarê Costa. **Coronelismo e Dominação**. Aracaju – SE: Editora UFS, 1996.
- D'EÇA, Othon. **Aos espanhóis confinantes**. FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992a.
- ECKERT, Ivo. **O Brasil do Imigrante Alemão**. 1ª ed. Florianópolis -SC: Premier, 2010.
- FÉLIX, L. O.. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999. Versão 3.0.

- FRANCO, M. S. C.. Homens livres na ordem escravocrata. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1997.
- GONZÁLEZ, P. J. J.. **Introducción al Bandolerismo**. Revista Innovación y experiencias educativas, Madrid, n. 15, p. 1-10, 2009.
- HAGEMEYER, R. **História & Audiovisual**. São Paulo: Editora Autêntica, 2012.
- HARO, Rubem. **História do município de Piratuba**. 1950.
- HEINEN, Pe. Luiz. **Colonização e Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina**. Joaçaba, SC: Unoesc, 1997.
- HEINSFELD, Adelar. **A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o Início da Colonização Alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe**. 2ª ed. Curitiba, PR: Editora CRV, 2018.
- HOBSBAWM, Eric. **Bandidos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976 (1ª ed. em inglês: 1969).
- HOBSBAWM, Eric. **Bandidos**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- HOBSBAWM, Eric. **Primitive Rebels: Studies in Archaic forms of Social Movements in the 19th. and 20th. Centuries**. Manchester, Manchester University Press, 1974 (1ª ed. em inglês: 1959).
- HOBSBAWM, Eric. **Rebeldes Primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- JANOTTI, M. M. I. **Coronelismo: uma política de compromissos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- JUNG, Carl Gustav. **Arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: 2ª ed. Vozes, 2000.
- KOELLN, Arno. **Porto Feliz**. A História de uma Colonização às Margens do Rio Uruguai. Mondaí - SC, 1980.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1980. (2ª ed. Alfa-Omega, 1975).
- LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: História e Memória. Campinas - SP: Editora Unicamp, 1994.
- LEVI, Giovanni. “**Sobre a micro-história**” In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.
- LIMA, Jarbas. **O tropeirismo e o surgimento de Lagoa Vermelha. Raizes de Lagoa Vermelha**. I Encontro dos municípios originários de Lagoa Vermelha. Porto Alegre: EST, 1996.
- LONDERO, Márcia. **Paco: um bandido social da Serra gaúcha**. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos; TEIXEIRA, Alex Niche; RUSSO, Maurício (Orgs.). Violência e cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais. Porto Alegre: Sulina; UFRGS, 2011. p. 151-171.



- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: A formação e Atuação das Chefias Caboclas (1912 – 1916)**. 1ª Ed. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2004.
- MARINA, Marinilse. Paco: herói ou Bandido. In: ROCHA, Humberto José da (Org.). **Bandidos, Milenários e Étnicos: História dos Movimentos Sociais no Sul do Brasil (XIX – XX)**. 1ª ed. Passo Fundo – RS: Acervus Editora, 2020, 339-366
- MEIRINHO, J.. 1893-1894: **história e historiografia da revolução em Santa Catarina**. Florianópolis, SC: Insular, 2009.
- MENDONÇA, Sônia Regina. **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária: natureza e comportamento 1964-1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- MENEGATTI, Altair José e CARRARO, Geder. **O Combate no Desvio Giareta : revolução de 1923**. Volume 1 de Coleção E o vento não levou. 1ª ed. Erechim, RS: Editora CTG Recanto dos Tauras, 2003.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- NETO, Miguel Sanches. **No Tempo do Trem**. 1ª Ed. Curitiba – PR: Sesc, PR, 2019.
- OLIVEIRA BRITO, Eloy de. **Um pouco da Minha Vida 1888-1988**. 1ª ed. Soledade, RS: Editora Sagrada Família, 2016.
- OLIVEIRA BRITO, João R. de. **História, família, geração & poesia**. 1ª ed. Porto Alegre, RS: Imprensa Livre, 2009.
- PEIXOTO, Dermeval. **A Campanha do Contestado**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. 3 v. (Coleção Farol do Saber).
- PEREIRA, Clarissa Josgrilberg (Org.). **Jornalismo Comparado: Um Dia na Imprensa Brasileira**. 1ª ed. Edifurb, 2016.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. **Cansaço, a Longa Estação**. 1ª ed. São Paulo – SP: Editora Boitempo, 2012.
- PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica**. São Paulo – SP: Editora Boitempo, 2010.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. São Paulo – SP: Editora Brasiliense S.A., 1983.
- PINTO, Vitor Gomes. **O Nome do Presidente é Dom Pedro**. 1ª ed. São Paulo – SP: Chiado editora, 2016.
- PRIORI, A. et al. **A Revolução Federalista e o cerco da Lapa**. In: PRIORI, A. et al. História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá, PR: Eduem, 2012. p. 23-33.
- QUIJANO, Aníbal. **Los movimientos campesinos contemporáneos en América Latina**. Revista OSAL, CLACSO, p. 171-180,2000.
- RENK, A.. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste Catarinense**. 2ª ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

- REVEL, Jacques. **Microanálise e construção do social**. In: REVEL, Jacques (org.) Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FVG, 1998.
- ROCHA, Humberto José da (Org.). **Bandidos, Milenários e Étnicos: História dos Movimentos Sociais no Sul do Brasil (Séculos XIX-XX)**. 1ª ed. Passo Fundo – RS: Acervus Editora, 2020a.
- ROSSETO, Santo. **Síntese histórica da Região Oeste**, Cadernos do CEOM, v.1, no I (1960) p.7
- ROSSI, Giovanni. **Colônia Cecília e outras utopias**. Curitiba: Imprensa oficial, 2000.
- RÜBENICH, Wilmar Wilfrid. **Marcelino Ramos: A Guerra e o Pós Guerra do Contestado**. 1ª Ed. Marcelino Ramos, RS: Editora São Cristóvão, 2002.
- SAINT CASSIA, P.. Banditry. In: STEARNS, P. N. et al. **Encyclopedia of European social history from 1350 to 2000**. v. III. New York: Charles Scribner's Sons, 2001. p. 373-382.
- SÊGA, R. A.. **Tempos Belicosos: a Revolução Federalista no Paraná**. 2ª ed. Curitiba, PR: Instituto Memória, 2008.
- SCAPIN, Alzira. **Pinheiro Preto: sua história sua gente**. Pinheiro Preto, SC: Prefeitura Municipal, 1992.
- SCAPIN, Alzira. **Videira nos Caminhos de sua História**. Videira, SC: Prefeitura Municipal, 1996.
- SCOTT, James C. **Dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Livraria Letra livre, 2013.
- SILVA, Cleto da. **ACCORDO Paraná – Santa Catarina ou O Contestado diante das carabinas**. Papelaria Globo – Rua 1º de Março, 15, CORITIBA, 1920.
- SILVA, Cleto da. **Apontamentos históricos de União da Vitória, 1769-1933**. União da Vitória: Ed. do Autor, 1933.
- SINGELMANN, P. **Establishing a Trail in the Labyrinth**. In: Latin American Research Review. New Mexico, University of New Mexico, v. XXVI, n. 1, 1991.
- SINGELMANN, P. **Political structure and Social Banditry**. in Northeast Brazil. In: Journal of Latin American Studies. Cambridge: Cambridge University Press, v. 7, part 1, May 1975, pp. 59- 83
- SLATTA, R. (Ed.). **Bandidos. The varieties of Latin American Banditry**. New York: Greenwood Press, 1987.
- SLATTA, R. **Bandits and rural Social History: A comment on Joseph**. In: Latin American Research Review. New Mexico: University of New Mexico, v. XXVI, n. 1,1991.
- SOUZA, Derly. **Camponovenses**. Campos Novos, SC: Ed. do Autor, 2012
- THOMÉ, Nilson. **O Assalto ao Trem Pagador: quando Pinheiro Preto entrou para a História do Brasil**. Pinheiro Preto, SC: Edição do autor, 2009.
- THOMÉ, Nilson. **O ciclo da Madeira**. Caçador, SC: Imprensa Universal, 1995.

THOMÉ, Nilson. **Trem de Ferro: A Ferrovia no Contestado**. 2ª ed. Florianópolis, SC: Lunardelli, 1983.

TIBIRIÇÁ, L. C. **Dicionário Tupi-Português: com esboço de gramática de Tupi antigo**. São Paulo: Traço, 1984.

TOMAZI, Gilberto. **Mística do Contestado: mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado**. 1ª ed. Xanxerê, SC: News Print, 2010.

TOMAZI, Gilberto. **Juventude: Protagonismo e Religiosidade**. 1ª ed. São Paulo, SP: Paulinas, 2013.

VALENTINI, Delmir. **Da Cidade Santa à Corte Celeste: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado**. 1ª ed. Caçador, SC: Editora UnC, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história: Os protagonistas anônimos da história**. Rio de Janeiro - RJ: Campus, 2002.

VINHAS DE QUEIRÓS, Maurício. **Messianismo e Conflito Social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)**. 2ª ed. São Paulo, SP: Ática, 1977.

#### **Fontes Acadêmicas e Acervos Históricos**

BARBOZA, Gabriel Goulart. **O Movimento em Prol do Estado das Missões: Uma Luta pela Emancipação do Contestado (1909-1917)**. Florianópolis. 390 f. Dissertação (Mestrado em História). – Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

BRANDT, Marlon. **Uma História Ambiental dos Campos do Planalto De Santa Catarina. Florianópolis**. 332 f. Tese (Doutorado em História). – Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

BRUM DE OLIVEIRA, Noeli Woloszyn. **Os Trabalhadores do Rio: Balsas e balseiros do Alto Uruguai - 1930-1960**. Passo Fundo. 147 f. Dissertação (Mestrado em História). – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, 2006.

CARVALHO DA SILVA, Rafael Sancho. **Os cangaceiros: ensaio de interpretação histórica**. Resenha – Hist. R., Goiânia, v. 17, n. 2, p. 227-233, jul./dez. 2012.

Certidão de Casamento João Teles de Oliveira, Cruz Alta, RS, 1933. Acervo Primeiro Assalto ao Trem Pagador.

DALLANORA, Cristina. **Conflitos no Ex-Contestado: Coronelismo e Bandoleirismo Numa Região de Fronteira**. Florianópolis. 215 f. Tese (Doutorado em História). – Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

ESPIG, Márcia Janete. **Personagens do Contestado: Os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1.908 -1915)**. Porto Alegre. 431 f. Tese (Doutorado em História). – Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

FERRERAS, Norberto O. **Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o Banditismo Social na América Latina**. História, São Paulo, 22 (2) 211-226, 2003.

GALLO, Ivone Cecília d'Ávila. **A aurora do socialismo: fourierismo e o falanstério do Sai (1839-1850)**. 2002. 290 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

GRITTI, Isabel Rosa. *As Companhias Colonizadoras e a Intrusão de Terras no Norte do Rio Grande do Sul: o caso da Fazenda Quatro Irmãos 1948-1950*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. Anais... Natal: ANPUH, 2013. p. 1-14.

HASS, Mônica. **Do Coronelismo Tradicional ao Novo Coronelismo: reflexões a partir do cenário político e social do oeste de Santa Catarina, Chapecó**, 2014.

MORAES, João Felipe Alves. **Nas Entrelinhas Do Processo Judicial: O Assalto ao Trem Pagador**. Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia [recurso eletrônico] / Organizador Eduardo do Nascimento. p. 166-174, – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

NASCIMENTO, José Antônio Moraes do. **A terra em disputa: câmara municipal versus juízes comissários**. História Unisinos, v. 19, n. 2, p. 229-241, maio/ago. 2015.

Negativa de Certidão de Cypriano Antônio de Oliveira, Vacaria, 2022. Cúria Diocesana de Vacaria, RS.

Negativa de Certidão de José Antônio de Oliveira, Vacaria, 2022. Cúria Diocesana de Vacaria, RS.

Processo crime Firmino Alves Cardoso, Curitibaanos, 1915. Acervo do Museu do Judiciário Catarinense.

Processo crime Zeca Vaccariano nº 1521, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos.

ROCHA, Humberto José da. **Peculiaridades sobre o Banditismo Social no Sul do Brasil entre os séculos XIX E XX. XV**. Encontro Estadual de História AMPUH RS, História & Resistência – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS: 2020b.

RODRIGES, Rogério Rosa. **Veredas de um Grande Sertão: A Guerra do Contestado e a Modernização do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro. 430 f. Tese (Doutorado em História). – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

TEDESCO, João Carlos; CARON Marcia. **Intrusões no Alto Uruguai gaúcho –1927-29: o caso do “bando de João Inácio”**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 161-185, jan./jun. 2012.

THOMÉ, Nilson. **A Formação do Homem do Contestado e a Educação Escolar – República Velha**. Campinas. 334 f. Tese (Doutorado em História). – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TONON, Eloy. **O Poder dos Coronéis no Movimento do Contestado**. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol. 3, núm. 2, eneroabril,2011, pp. 264-281, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, Brasil.

Translado de Apelação crime João Mariano nº 1393, Campos Novos, 1918. Arquivo da Casa de Cultura de Campos Novos.

VALENTINI, Delmir José. **Tropeiros, ervateiros e balseiros: memoráveis personagens da história do sertão catarinense**. In: Ágora. Revista de divulgação científica, UnC, v. 6, n. 1, 1999, p. 79-89.

WERLANG, Alceu Antonio. **A Colonização as Margens do Rio Uruguai no Extremo Oeste Catarinense: Atuação da Cia Territorial Sul Brasil (1925-1954)**. Florianópolis. 223 f. Dissertação (Mestrado em História). – Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA. Florianópolis, 1992.

### Fontes Cinematográficas

**A LINHA da Memória**: Direção: Júnior Padilha. Florianópolis: Prêmio Assembleia Legislativa, (2022). 1 Blu-ray (120 min.).

**MEMORÁVEL Trem de Ferro**: Direção: Ernoy Mattiello. São Paulo: VMS Produções/Virtual Pictures, (2011). 1 Blu-ray (52 min.).

**PRIMEIRO Assalto ao Trem Pagador**. Direção: Ernoy Mattiello. São Paulo: VMS Produções/Virtual Pictures, (2012 -2013). 1 Blu-ray (52 min.).

### Fontes Orais:

ECKERT, Sérgio Pompílio. **Sérgio Pompílio Eckert: entrevista** [ago. 2012]. Entrevistador: Ernoy Mattiello. Mondaí,SC: Primeiro Assalto ao Trem Pagador, 2012. 1 sonora. Entrevista concedida ao Primeiro Assalto Ao Trem Pagador - Extras.

REGALIN, Nilva. **Nilva Regalin: entrevista** [abr. 2016]. Entrevistador: Ernoy Mattiello. Capinzal, SC: Rádio Barriga Verde AM Capinzal, 2016. 1 sonora. Entrevista concedida ao Jornal Barriga Verde - Edição Especial de Sábado.

SCAPIN, Alzira. **Alzira Scapin: entrevista** [ago. 2012]. Entrevistador: Ernoy Mattiello. Videira,SC: Primeiro Assalto ao Trem Pagador, 2012. 1 sonora. Entrevista concedida ao Primeiro Assalto Ao Trem Pagador - Extras.

TEIXEIRA, Antônio Carlos. **Antônio Carlos Teixeira: entrevista** [out. 2015]. Entrevistador: Ernoy Mattiello. Capinzal, SC: Rádio Barriga Verde AM Capinzal, 2015. 1 sonora. Entrevista concedida ao Jornal Barriga Verde - Edição Especial de Sábado.

THOMÉ, Nilson. **Nilson Thomé: entrevista** [ago. 2012]. Entrevistador: Ernoy Mattiello. Lages,SC: Primeiro Assalto ao Trem Pagador, 2012. 1 sonora. Entrevista concedida ao Primeiro Assalto Ao Trem Pagador - Extras.

### **Fontes Jornalísticas:**

**A Razão**, do Rio de Janeiro, 24 de abril de 1917; 21 de março de 1917; 10 de agosto de 1917; 01 de setembro de 1917.

**A República**, de Curitiba, 01 de novembro de 1909.

**A República**, de Florianópolis, 29 de maio de 1929.

**A Rua**, do Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1917

**CHAVES**, Ricardo. Zeca vacariano: herói ou bandido? Almanaque Gaúcho. In GZH Porto Alegre, agosto de 2021.

**Comércio de Joinville**, de Joinville, outubro de 1909.

**Correio da Manhã**, de Rio de Janeiro, 03 de novembro de 1909; 21 de maio de 1923.

**Correio Paulistano** de, São Paulo, 29 de outubro de 1909

**Der Kompass**, de Curitiba, 10 de novembro de 1909.

**Diário Catarinense**, de Florianópolis, 23 de outubro de 2021.

**Diário do Paraná**, de Ponta Grossa, 01 de novembro de 1909; 29 de outubro de 1909.

**Diário da Tarde**, de Curitiba, 16 de março de 1908 a 31 de dezembro de 1908; 02 de janeiro de 1909 a 31 de dezembro de 1909; 01 de janeiro de 1910 a 31 de dezembro de 1910; 02 de janeiro de 1911.

**Folha do Comércio**, de Florianópolis, de 03 de outubro de 1909 a janeiro de 1911.

**GAERTNER**, Carlos. O Contestado e a Colonização. Revista Tomo, Blumenau, 15 de setembro de 1974.

**Gazeta do Comércio**, de Florianópolis, 27 de outubro de 1917.

**Gazeta de Notícias** de, Rio de Janeiro, 01 de abril de 1923

**Jornal Comunidade**, de Piratuba, 03 de novembro de 2021

**Jornal do Brasil**, de Rio de Janeiro, 12 de abril de 1923.

**NASCIMENTO**, Antônio Roberto. O Lampião Catarinense. In A Notícia. Joinville, 4 fev. 1984.

**O Dia**, de Florianópolis, 02 de junho a 10 de agosto de 1907, julho a setembro de 1908; dezembro de 1910; 17 de agosto de 1917; outubro de 1917.

**O Combate** de, São Paulo, 18 de maio de 1923.

**O Comércio** de, São Paulo, outubro de 1909.

**O Democrata**, de Caxias do Sul, 25 de abril de 1923.

**O Dia**, de Florianópolis, 18 de fevereiro de 1917.

**O Estado**, de Florianópolis, 22 de novembro de 1916; 16 de agosto de 1917; 11 de agosto de 1917; 18 de agosto de 1917; 28 de agosto de 1917.

**O Paíz**, do Rio de Janeiro, 21 de março de 1923; 12 de abril de 1923.

**O Progresso**, de Ponta Grossa, segundo semestre de 1909 e primeiro semestre de 1910.

**O Libertador**, de Campos Novos, 09 de fevereiro de 1910.

**Última Hora**, do Rio de Janeiro, 06 de março de 1923

**PIAZZA**, Walter Fernando. Relato de Um Pioneiro. Revista Tomo, Blumenau, 13 de outubro de 1972.

**WAGNER**, Carlos. Bandoleiro dos anos 20 virou lenda no interior. Memória. In Zero Hora, Porto Alegre, 2004.

#### **Fontes documentais:**

STENGHEL, Gisela. [**Correspondência**]. Destinatário: Júlia Stenghel. Calmon, 26 de out. 1909 1 bilhete.

STENGHEL, Gisela. [**Correspondência**]. Destinatário: Júlia Stenghel. Calmon, 28 de out. 1909 1 bilhete.

STENGHEL, Gisela. [**Correspondência**]. Destinatário: Júlia Stenghel. Calmon, 04 de nov. 1909 1 bilhete.

STENGHEL, Gisela. [**Correspondência**]. Destinatário: Júlia Stenghel. Calmon, 09 de nov. 1909 1 bilhete.

#### **Outras Referências:**

G1, Globo. Você conhece o gaúcho que arquitetou o primeiro assalto a um trem pagador no Brasil? Porto Alegre, RS, 2012. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/video/voce-conhece-o-gaicho-que-arquitetou-o-primeiro-assalto-a-um-trem-pagador-no-brasil-2119554.ghtml>> Acesso em 27 de julho de 2022.

JUS, Brasil. Assalto ao trem pagador teve batalha judicial. Tribunal anulou primeiro julgamento. Florianópolis, SC, 2016. Disponível em: <<https://tj-sc.jusbrasil.com.br/noticias/432801770/assalto-ao-trem-pagador-teve-batalha-judicial-tribunal-anulou-primeiro-julgamento>> Acesso em 29 de outubro de 2022.

MEIO OESTE, Blogspot. O Fim Pobre de Zeca Vacariano. Disponível em: <<https://meiooeste.blogspot.com/2018/05/o-fim-pobre-de-zeca-vacariano.html/>> Acesso em 25 de outubro de 2022.

PRIMEIRO ASSALTO AO TREM PAGADOR, Blogspot. Cineasta pode ter desvendado mistério sobre Vaccariano. Piratuba, SC, 2012. Disponível em: <<https://primeiroassaltoaotrempagador.blogspot.com/2012/09/>> Acesso em 25 de outubro de 2022.